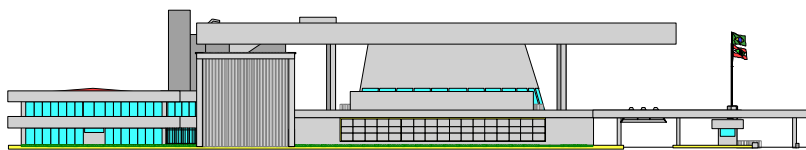


PALÁCIO BARRIGA-VERDE



DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

ANO XLVII

FLORIANÓPOLIS, 29 DE JUNHO DE 1998

NÚMERO 4.551

13ª Legislatura
4ª Sessão Legislativa

MESA DIRETORA

Neodi Saretta
PRESIDENTE

Francisco Küster
1º VICE-PRESIDENTE

Vanderlei Olívio Rosso

2º VICE-PRESIDENTE

Odacir Zonta

1º SECRETÁRIO

Gervásio José Maciel
2º SECRETÁRIO

Afonso Spaniol
3º SECRETÁRIO

Adelor Francisco Vieira
4º SECRETÁRIO

LIDERANÇA DO GOVERNO

Romildo Titon

PARTIDOS POLÍTICOS

(Lideranças)

PARTIDO DO MOVIMENTO DEMOCRÁTICO BRASILEIRO

Líder: João Henrique Blasi

PARTIDO PROGRESSISTA BRASILEIRO

Líder: Gilson dos Santos

PARTIDO DA FRENTE LIBERAL

Líder: Norberto Stroisch Filho

PARTIDO DOS TRABALHADORES

Líder: Pedro Uczai

PARTIDO DA SOCIAL DEMOCRACIA BRASILEIRA

Líder: Jorginho Mello

PARTIDO DEMOCRÁTICO TRABALHISTA

Líder:

COMISSÕES PERMANENTES

CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO DE LEIS

Ivan Ranzolin – Presidente
Júlio Teixeira – Vice-Presidente
Eni José Voltolini
Olices Santini
Romildo Luiz Titon
Miguel Ximenes
João Henrique Blasi
Pedro Uczai
Jorginho Mello

FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO

Gilmar Knaesel – Presidente
Ivo Konell – Vice-Presidente
Eni José Voltolini
Sérgio de Souza Silva
Leodegar Tiscoski
Jorginho Mello
Gelson Sorgato
Wilson Rogério Wan-Dall
Carlito Merss

AGRICULTURA, COOPERATIVISMO, CIÊNCIA, TECNOLOGIA E ECONOMIA

Idelvino Furlanetto – Presidente
Manoel Mota – Vice-Presidente
Olices Santini
Eni José Voltolini
Herneus de Nadal
Norberto Stroisch Filho
Pedro Uczai

DIREITOS HUMANOS E DEFESA DO CONSUMIDOR

Sérgio de Souza Silva – Presidente
Jorginho Mello – Vice-Presidente
Udo Wagner
Ivan Ranzolin
Narcizo Parisotto
Wilson Rogério Wan-Dall
Idelvino Furlanetto

TRANSPORTES, DESENVOLVIMENTO URBANO E RURAL E TURISMO

Reno Luiz Caramori – Presidente
Leodegar Tiscoski – Vice-Presidente
Volnei Morastoni
Gelson Sorgato
Manoel Mota
Norberto Stroisch Filho
Pedro Bittencourt Neto

EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO

Luiz Roberto Herbst – Presidente
Ideli Salvatti – Vice-Presidente
Udo Wagner
Lício Mauro da Silveira
Manoel Mota
Júlio Vânio Celso Teixeira
Idelvino Furlanetto

SAÚDE E MEIO AMBIENTE

Volnei Morastoni – Presidente
Sérgio de Souza Silva – Vice-Presidente
Udo Wagner
Ivo Konell
Gilmar Knaesel
Lício Mauro da Silveira
Cesar Antônio de Souza

TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E DE SERVIÇO PÚBLICO

Pedro Bittencourt Neto – Presidente
Olices Santini – Vice-Presidente
Ideli Salvatti
Gilmar Knaesel
Herneus de Nadal
Miguel Ximenes
Jaime Aldo Mantelli

FISCALIZAÇÃO, CONTROLE E EFICÁCIA LEGISLATIVA

Norberto Stroisch Filho – Presidente
Carlito Merss – Vice-Presidente
Lício Mauro da Silveira
Reno Luiz Caramori
Luiz Roberto Herbst
Miguel Ximenes
Júlio Vânio Celso Teixeira

**DEPARTAMENTO
PARLAMENTAR****Divisão de Anais:**

responsável pela digitação e/ou
revisão dos Atos da Mesa Diretora e
Publicações Diversas, diagramação,
editoração eletrônica, montagem e
distribuição.

Diretor: Valter Clementino Pereira

Divisão de Taquigrafia:

responsável pela digitação e revisão
das Atas das Sessões.

Diretora: Iwana Lúcia Lentz Gomes

Divisão de Divulgação e**Serviços Gráficos:**

responsável pela impressão.

Diretor: Vanoir Guarezi Zacaron

**DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA
EXPEDIENTE**

Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina
Palácio Barriga-Verde - Centro Cívico Tancredo Neves
Rua Jorge Luiz Fontes, nº 310 - Florianópolis - SC
CEP 88020-900 - Telefone (PABX) (048) 221-2500
Internet: www.alesc.sc.gov.br

IMPRESSÃO PRÓPRIA
ANO VII - **NÚMERO 945**
1ª EDIÇÃO - 110 EXEMPLARES
EDIÇÃO DE HOJE: 32 PÁGINAS

ÍNDICE**Plenário**

Ata da 069ª Sessão Ordinária
realizada em 09/06/1998..... 2
Ata da 070ª Sessão Ordinária
realizada em 10/06/1998..... 13
Ata da 071ª Sessão Ordinária
realizada em 15/06/1998..... 17

Publicações Diversas

Atas de Comissão Permanente ..
..... 23
Edital..... 28
Projetos de Lei..... 28
Redações Finais..... 31

P L E N Á R I O

ATA DA 069ª SESSÃO ORDINÁRIA

4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 13ª LEGISLATURA

EM 09 DE JUNHO DE 1998

PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO NEODI SARETTA

Às quatorze horas, achavam-se presentes os seguintes Senhores Deputados: Afonso Spaniol - Carlito Merss - Cesar Souza - Eni Voltolini - Gelson Sorgato - Gervásio Maciel - Gilmar Knaesel - Gilson dos Santos - Herneus de Nadal - Ideli Salvatti - Idelvino Furlanetto - Ivan Ranzolin - Ivo Konell - Jaime Mantelli - João Henrique Blasi - Júlio Teixeira - Leodegar Tiscoski - Lício Silveira - Narcizo Parisotto - Neodi Saretta - Norberto Stroisch - Odacir Zonta - Olices Santini - Pedro Bittencourt - Pedro Uczai - Reno Caramori - Romildo Luiz Titon - Vanderlei Rosso - Volnei Morastoni - Wilson Wan-Dall.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Vanderlei Rosso) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito ao senhor Secretário "ad hoc", Deputado Júlio Teixeira, que proceda à leitura da ata da sessão anterior.

(É lida e aprovada a ata.)

Solicito ao senhor Secretário "ad hoc", Deputado Júlio Teixeira, que proceda à leitura do expediente.

O SR. SECRETÁRIO "AD HOC" (Deputado Júlio Teixeira) - O expediente consta do seguinte, senhor Presidente:

PROJETO DE LEI:

- de autoria do senhor Deputado Volnei Morastoni, que declara de utilidade pública a Associação Estadual das Mulheres Agricultoras, com sede e foro na cidade e Comarca de Chapecó.

Era o que constava do expediente, senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Vanderlei Rosso) - Terminada a leitura do expediente, passaremos às Breves Comunicações.

Com a palavra o primeiro orador inscrito, Deputado Gervásio Maciel.

O SR. DEPUTADO GERVÁSIO MACIEL - Senhor Presidente, senhores Deputados, comissão de educação de Ibirama, que nos honra com sua visita, temos acompanhado pela imprensa, assim como toda Santa Catarina, o exame das contas do Governador do ano de 97, feito pelo Tribunal de Contas na tarde de ontem, em sessão plena e pública, e o resultado desse exame tem a ver com o assunto que gostaríamos de abordar nesta tarde, mas sem adentrar nas contas do Governo, que foram examinadas pelo Tribunal de Contas sem parecer prévio, embora contenham oito irregularidades graves, que a Comissão de Finanças deverá apreciar, e se quiser, poderá questionar e pedir um reexame.

O assunto que queremos encaixar com as contas do Governo está ligado ao 13º salário, e eu trouxe um quadro para distribuir para a imprensa, para os Deputados, que é o maior desastre. Pedi para alguém do Besc que me fizesse a seguinte conta: um funcionário que tinha R\$1.000,00 para receber, no dia 10 de dezembro entra no seu cheque especial e fica devendo, pois sabe que o Governo vai pagar no dia 20 de dezembro, que é a data máxima para se pagar o 13º salário. Mas o Governo não pagou o 13º salário, e no dia 10 de janeiro este cheque especial já estava em R\$1.111,00; em fevereiro, em R\$1.235,00; em março, em R\$1.373,00; em abril, em R\$1.526,00; em maio, em R\$1.696,00; e em 10 de junho, amanhã, pelo nosso cálculo vai estar custando a gosto do Governador.

Hipoteticamente, R\$1.000,00 seria o valor que o funcionário teria direito a receber como 13º salário, mas quando chegar no dia 10 de julho, os juros do Besc (e não vai aí nenhuma crítica, porque é o juro normal de comércio) estarão consumindo o 13º salário do servidor!

Ou seja, este Governo não vai pagar o 13º salário, porque, mesmo se pagar, o funcionário não vai receber, já que o valor a ser acertado vai ser exatamente os juros que o funcionário terá que pagar ao Besc ou a qualquer outro banco de onde tenha usado o seu cheque especial.

Portanto, este Governo fica a dever aos nossos funcionários o 13º salário, Sua Excelência vai sair do Governo devendo este valor. Solicitamos ao Governo e aos homens que o defendem (não mais com tanta ênfase) que paguem o 13º salário corrigido, como prometeu o ex-Secretário Nelson Wedekin. Espero que o Governo pague o 13º no mês de julho com os juros, que são de 9.90% ao mês, mais o IOF de 1,25%, ou seja, 11,15% ao mês.

O Sr. Deputado Reno Caramori - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO GERVÁSIO MACIEL - Em seguida, Deputado Reno Caramori, até para que V.Exa. possa fazer um aparte com mais dados.

Veja bem que não é falta de dinheiro deste Governo, porque eu peguei o parecer do Tribunal de Contas do Estado (por telefone) das contas que foram examinadas agora: a receita global de 97 foi R\$3.669.000.000,00 e a receita líquida disponível foi de R\$1.980.000.000,00 no ano passado.

Veja que em 94, quando tínhamos parceria no Governo de Vilson Kleinübing, do PFL, o Governo arrecadou R\$1.250.000.000,00; portanto, aqui dá mais de 60% de aumento na receita do Governo passado para este Governo, relativo a 97.

Então, dinheiro não falta, o que falta é responsabilidade, vergonha na cara e, acima de tudo, competência.

Mas ouço V.Exa.

O Sr. Deputado Reno Caramori - Deputado Gervásio Maciel, eu tenho certeza de que a sua preocupação é a de todos aqueles que não receberam até hoje o 13º salário. Agora, o que nos chama a atenção é que o Governo continua levando convênio politiquês aos Municípios: dez aqui, vinte ali, quarenta acolá, e ao bel-prazer, é lógico, do Governador, desconhecendo e menosprezando qualquer atitude de qualquer Parlamentar ou de quem quer que seja. Que ele cumpra a Constituição e pague o 13º salário!

Hoje, pela manhã, eu recebi quatro telefonemas de alunos que estão desistindo da faculdade porque não têm mais condições de pagar a sua mensalidade. O Governo deve a todo o sistema fundacional de Santa Catarina mais de R\$55.000.000,00 e não está nem um pouquinho preocupado, mas V.Exa. vai ver o Governo na televisão, nos jornais, nas rádios, nos outdoors fazendo propaganda enganosa.

Nós estamos fazendo um levantamento na área da habitação e é uma vergonha as mentiras que o Governo está mostrando ao povo!

O SR. DEPUTADO GERVÁSIO MACIEL - Eu agradeço o seu aparte. Também pretendia abordar esse assunto, mas V.Exa. abordou-o com melhor competência.

O que eu queria pedir aqui é que a Comissão peça ao Tribunal o reexame das contas. O assunto que V.Exa. abordou, Deputado Reno Caramori, comprova que as contas têm que ser rejeitadas e reexaminadas no Tribunal de Contas, porque o Governador infringiu a Constituição ao não pagar as fundações. Este Governo fez

abertura de créditos adicionais de R\$406.000.000,00 sem recursos hábeis, ou seja, manuseou o Orçamento ao seu bel-prazer, não pagou as contas devidas às fundações, trancou as bolsas dos alunos e gastou onde quis.

Portanto, é um fato comprovado de ilegalidade e inconstitucionalidade, e imagino que o nosso Líder, Deputado Gilson dos Santos, haverá de abordar esse assunto hoje e pedir para a Comissão de Finanças o reexame das contas, do atraso dos recursos à Assembleia Legislativa, ao Tribunal de Justiça, ao Tribunal de Contas e às fundações.

Um princípio constitucional foi ferido por este Governo, portanto, ele não pode ter as suas contas recomendadas favoravelmente pelo Tribunal. O Governo pagou, assinou contrato, empenhou sem ter recursos orçamentários e muito menos financeiros. São irregularidades que, a nosso ver, não podem prosperar, e a Comissão presidida pelo Deputado Gilmar Knaesel deverá pedir o reexame das contas, porque qual é o exemplo que este Governo deixa para o futuro Governo? Não respeitar mais as leis? Não pagar o 13º salário? Não cumprir com nada neste Estado? Então, não pode e não deve ter as suas contas aprovadas, até para servir de exemplo à nossa juventude e em respeito aos catarinenses.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Vanderlei Rosso) - Com a palavra o próximo orador inscrito, Deputado Volnei Morastoni, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO VOLNEI MORASTONI - Senhor Presidente e senhores Deputados, nesse final de semana participei do I Fórum e I Encontro Catarinense de Redutores de Danos. Este evento, da maior importância, contou com a participação de representantes de vários Estados brasileiros, que trocaram experiências e debateram os programas de redução de danos, que versam sobre as ações de prevenção e de acompanhamento aos usuários de drogas, especialmente os usuários de drogas injetáveis, intercalando-se programas de distribuição de seringas mediante troca, com o objetivo de conter a disseminação do vírus da Aids em nosso Estado e no Brasil.

Esses programas, na verdade, têm até um apoio a partir de um programa do Banco Mundial, passando pelo Ministério da Saúde, pela Secretaria Estadual da Saúde e por algumas Secretarias Municipais, como a Secretaria Municipal de Itajaí, que já desenvolve há alguns meses um programa de redução de danos.

Eu dei entrada nesta Casa, em novembro do ano passado, ao Projeto de Lei nº 381/97, que propõe uma política estadual para fazer frente às drogas e à Aids e estabelece medidas de prevenção, tratamento aos dependentes químicos e combate ao tráfico de drogas.

Eu entendo que estas ações têm que ser exercidas de forma conjugada, de forma interativa, para podermos fazer frente a este binômio drogas e Aids, que andam de mãos dadas. E já disse aqui que nós estamos numa situação em que a Aids está avançando de forma assustadora na região Sul do País, inclusive em nosso Estado.

Referenciando-se o número de casos por cem mil habitantes, Itajaí, minha cidade, ocupa hoje o primeiro lugar dos casos de Aids no Brasil; Balneário Camboriú, o segundo lugar; Florianópolis, o sétimo lugar. Quer dizer, das dez cidades com maior número de casos, três são de Santa Catarina, e a correlação entre drogas e Aids é direta.

Itajaí e Balneário Camboriú são corredores do tráfico de drogas, mas quero registrar aqui que, ao contrário do que já se pensou, não tem absolutamente nada a ver com o porto, seja o mercante, seja o pescador; as drogas chegam à nossa região, segundo dados e pesquisas da Polícia Federal, por via rodoviária, vindas de vários países da América do Sul e de outros Estados do Centro-Oeste.

Eu ainda terei outras oportunidades para debater este assunto. Aliás, o próprio Presidente da República ontem, na Organização das Nações Unidas, manifestou-se sobre a questão das drogas em nosso País, criando um órgão em nível nacional para encaminhar as políticas de prevenção ao uso, de combate ao tráfico e também proporcionando tratamento aos dependentes químicos.

Eu acho que nós estamos atrasados nesse processo; precisamos, portanto, dar passos largos, com uma diretriz de política nacional que possa se conjugar com as diretrizes em nível do Estado e dos Municípios. Acho que tem que ser em forma de mutirão, conjugando os esforços de todas as instituições do Governo Federal, dos Estados e dos Municípios, e também em nível de todos os credos, das Organizações Não Governamentais, das universidades, enfim, de todas as entidades, para fazermos frente a este enorme desafio e podermos salvar a nossa juventude, a nossa população e até a humanidade desse flagelo.

O Sr. Deputado Gilson dos Santos - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO VOLNEI MORASTONI - Pois não!

O Sr. Deputado Gilson dos Santos - Eu queria cumprimentar V.Exa., que, como médico, conhece com profundidade esse assunto. E V.Exa. poderia estar se omitindo, mas por reiterada vezes tem colocado nesta Casa como ponto principal de seu trabalho, o chamamento da atenção de todos aqueles que podem e devem participar de uma caminhada buscando, se não uma resolução total desse gravíssimo problema, pelo menos a amenização e a conscientização do mesmo perante todos os segmentos da sociedade.

Eu estarei inteiramente à disposição de V.Exa., e tenho certeza que falo isso em nome de minha Bancada, que daqui a pouco estará neste Plenário, pois nós sabemos que no horário das Breves Comunicações, quando não existe uma matéria que chame maior atenção, poucos são os Deputados que comparecem. Mas no dia de hoje ainda teremos a oportunidade de ver este Plenário cheio.

Mas as colocações de V.Exa. devem e vão merecer, tenho certeza, o atendimento por parte daqueles que têm o melhor poder de comunicação, o melhor poder de conscientização das pessoas, objetivando fazer com que esse problema de gravíssimas proporções seja no mínimo amenizado.

V.Exa. terá em nós sempre um defensor intransigente, porque isso é algo que realmente não só penaliza como assusta a população de Santa Catarina e do País.

O SR. DEPUTADO VOLNEI MORASTONI - Muito obrigado, Deputado Gilson dos Santos.

Eu quero aproveitar a oportunidade também para anunciar aqui que, independentemente de continuar tramitando o Projeto de Lei nº 381/97, que trata sobre o assunto drogas e Aids do ponto de vista da prevenção, do tratamento e do combate ao tráfico, vou oportunizar a esta Casa realizar audiências públicas, congregando aqui Secretarias de Estado, Secretarias Municipais, Organizações Não Governamentais. Este foi um compromisso que eu assumi perante centenas de participantes nesse seminário sobre redução de danos, na última sexta-feira.

Eu vou apresentar nos próximos dias a esta Casa um projeto de lei para destacar uma autorização à Secretaria Estadual de Saúde a fim de implementar, juntamente com os Municípios, os programas de redução de danos em nosso Estado, em cujas ações existe a proposta da distribuição de seringas mediante troca para os usuários de drogas injetáveis.

O problema é da maior gravidade. Em Santa Catarina, 40% dos casos de Aids registrados são em decorrência de usuários de drogas que compartilham seringas. Em Itajaí, 71% dos casos registrados também são pelo compartilhamento de seringas.

Então, não está aqui em discussão se é legal ou ilegal o uso de drogas; temos que nos despir de certos preconceitos, de conceitos morais e religiosos e iniciar, do ponto de vista da saúde pública, de defesa da vida, o mais urgente possível o debate dessa questão. E a Assembléia Legislativa, que é um espaço de interlocução com a sociedade, precisa se abrir para propiciar esse debate em Santa Catarina.

Embora essa proposta esteja no art. 4º do projeto de lei que está tramitando nesta Casa, eu vou separá-lo e apresentá-lo independente do projeto, que vai tratar de forma mais ampla e global a questão de drogas e Aids.

São Paulo é o único Estado da Federação até hoje...

(Discurso interrompido por término do horário regimental)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Vanderlei Rosso) - Com a palavra o próximo orador inscrito, Deputado Pedro Uczai, por dez minutos.

O SR. DEPUTADO PEDRO UCZAI - Senhor Presidente, senhores Deputados, demais pessoas presentes na Casa nesta tarde, vou discutir aqui uma questão específica: o financiamento da educação, e particularmente no Estado de Santa Catarina, nos diferentes níveis de ensino. E há pouco o Deputado Gervásio Maciel denunciava a ausência de responsabilidade do Governo no repasse de recursos para as fundações educacionais.

É possível pensar qual é o papel do Estado no financiamento da educação? Se o discurso neoliberal ou o discurso de esquerda dizem que o Estado tem um papel importante na educação, como discutir a questão do financiamento da educação?

Um primeiro ponto: este mês estamos discutindo o sistema estadual de ensino e estamos propondo para a educação infantil e para o ensino médio uma complementação do financiamento da educação na perspectiva do Estado. Se a LDB coloca para a educação infantil somente a gratuidade, nós estamos colocando que o Estado não tem que só oferecer gratuita mas obrigatoriamente educação infantil no Estado de Santa Catarina a partir do ano 2005.

As crianças deste Estado têm direito à educação, por isso nós estamos trabalhando para que até o ano 2005 o Estado consiga garantir condições das crianças terem acesso à educação pública, gratuita e de qualidade.

A segunda novidade nessa proposição é em relação ao ensino médio. Se a maioria das empresas hoje não contrata os jovens que não têm o ensino médio, cabe ao Estado concedê-lo, e estamos propondo que o ensino médio seja gratuito e obrigatório a partir de 1999. É responsabilidade do Estado conceder gratuidade e obrigatoriedade à educação dos nossos jovens.

Portanto, é responsabilidade do Estado conceder educação básica, de 0 a 17 anos, um direito social, cultural, histórico e socialmente adquirido e conquistado pelo menos nos últimos três séculos do mundo ocidental.

Em relação ao ensino superior, gostaria de sonhar, Deputado Gilson dos Santos, que daqui a 20 anos todas as nossas universidades fundacionais pudessem ser não só de origem pública mas gratuita. E para chegar lá temos que construir mecanismos e instrumentos. O art. 170 é um!

No ano passado fizemos um abaixo-assinado com mais de 20 mil assinaturas, realizamos audiência pública aqui e reivindicamos ao Governo do Estado o repasse referente ao art. 170. E o último encaminhamento que fizemos, no final do ano, foi remeter um parecer jurídico aos Reitores das universidades para que pudessem, então, de forma jurídica - já que não conseguimos buscar politicamente esses recursos -, conseguir os recursos do art. 170, garantindo, assim, investimentos e bolsas de estudo para os alunos.

A chamada lei das bolsas é para a formação de professores que atuam na rede pública estadual, para frequentarem cursos de licenciatura nas nossas fundações educacionais. Eles têm direito à bolsa de estudo, mas, infelizmente, o Governo do Estado, desde abril de 1996, não repassa esses recursos para os seus professores, que buscam se formar e se habilitar para melhorar a qualidade do ensino médio e do ensino de 1º grau em Santa Catarina.

A sugestão é que os alunos entrem na Justiça para buscar esses direitos. Se em relação ao art. 170 estamos sugerindo aos Reitores que entrem na Justiça para buscar esse direito, em relação à bolsa de licenciatura sugerimos que os alunos busquem esse direito, que é legal, que é constitucional.

Uma outra lei que ainda não foi regulamentada é a do crédito educativo estadual. Muitos Deputados têm solicitado bolsas para os estudantes todo mês. A direção da Codesc, o diretor de operações do Besc e o do Badesc são favoráveis a essa lei; o próprio Besc aceita administrar esses recursos do crédito educativo estadual.

Através de uma emenda, há um milhão de reais já disponibilizados para 98; está faltando só vontade política para implementar o crédito educativo estadual para os nossos vinte e poucos mil alunos do sistema Acafe, que têm dificuldades financeiras para pagar a sua universidade.

O Deputado Gilson dos Santos sabe das dificuldades, porque muitos alunos solicitam dele recursos para bancar as mensalidades. Agora, não resolve nós, Deputados, subsidiarmos alguns estudantes; temos que garantir, através da lei, que milhares de jovens possam ter acesso ao ensino superior e, portanto, acesso a recursos públicos, para que possam se manter na universidade.

Hoje de manhã discutimos um outro projeto de lei que regulamenta o art. 171, que financia o ensino superior. Todas as empresas privadas que tiverem benefícios fiscais ou financeiros têm que, em contrapartida, destinar um percentual para o ensino superior, que deverá ser distribuído na seguinte proporcionalidade: 10% para o Fundo do crédito educativo estadual; 30% para a Udesc, para que ela amplie os seus *campi* e seus cursos no interior do Estado de forma gratuita; e 60% para as fundações do sistema Acafe, e desses 60%, 30% em forma de bolsa de estudo gratuita para os estudantes das universidades de origem municipal do Estado de Santa Catarina.

Esses são, portanto, alguns instrumentos para ampliar o acesso ao 3º grau dos nossos jovens. Por isso, temos que continuar a luta, viabilizando novas leis e, mais do que isso, implementar, executar as leis existentes, para poder sonhar uma universidade cada vez mais pública, gratuita e de qualidade, porque o Projeto nº 171 visa também investimento em pesquisa no ensino superior de Santa Catarina.

Defender a universidade pública federal, a universidade pública estadual, as escolas técnicas públicas federais de Santa Catarina e as fundações de origem municipal é torná-las não só cada vez mais públicas mas gratuitas, porque os jovens de Santa Catarina, filhos de trabalhadores, de agricultores, de funcionários públicos inclusive, têm direito ao ensino superior, tem direito à universidade.

Esta luta tem que ser de todos para conquistar a cidadania e a qualidade de vida.

O Sr. Deputado Gilson dos Santos - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO PEDRO UCZAI - Pois não!

O Sr. Deputado Gilson dos Santos - Deputado Pedro Uczai, realmente V.Exa. tocou num assunto que é preocupante para todos nós. Tenho alguma experiência neste sentido, até porque da verba de subvenção social que temos, eu aplico 90%, todos os meses, em auxílio às universidades, para que os alunos tenham condições de continuar os seus estudos.

Entendo que deve ser algo muito frustrante para alguém que, tendo feito um esforço sobre-humano para fazer o 2º grau, tem um sonho de cursar o nível superior e, quando passa no vestibular, que já é uma tarefa difícil, no instante de sentar-se num banco da universidade se vê impossibilitado de continuar o seu curso por falta de condição financeira.

O art. 170 visa exatamente abrir este leque, e não vão ser os 40 Deputados desta Assembléia Legislativa que resolverão, concordo plenamente com V.Exa. Tem que haver vontade política por parte do Governo do Estado para resolver este problema, e ele tem como resolver, porque várias são as universidades que têm interesse até em patrimônios do Estado, que poderiam ser cedidos, e as universidades, em contrapartida, investiriam o valor integral dessa importância nas bolsas de estudo para os alunos que tivessem maior dificuldade financeira.

Agora, isso dependerá de vontade política, sem vontade política vai continuar assim. O art. 170 não vai ser repassado, o Governo não tem nenhuma proposta e as universidades também se acomodam, esta é a grande verdade, porque começam a dizer que o problema não é bem delas.

Realmente este é um assunto preponderante para todos nós, e esperamos que se tenha uma solução o mais rápido possível, mesmo entendendo que este Governo que aí está, lamentavelmente - e não só neste aspecto do art. 170, mas na grande maioria dos aspectos estaduais -, não está tendo vontade nem credibilidade necessária para a implementação de um programa desta natureza.

O SR. DEPUTADO PEDRO UCZAI - Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Vanderlei Rosso) - Não havendo mais oradores inscritos, livre a palavra a todos os senhores Deputados.

O Sr. Deputado Gilson dos Santos - Peço a palavra, senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Vanderlei Rosso) - Com a palavra o Deputado Gilson dos Santos, por cinco minutos.

O SR. DEPUTADO GILSON DOS SANTOS - Senhor Presidente, senhores Deputados, nobres visitantes que nos honram com sua presença na tarde de hoje, entrará para votação na Ordem do Dia de hoje o projeto de lei que trata da criação de funções gratificadas para o preenchimento nas Coordenadorias Regionais de Educação, projeto este já aprovado no mês de maio próximo passado, estando hoje em regime de urgência para a sua apreciação.

E neste particular eu queria até dar uma posição pessoal do Deputado Gilson dos Santos, que na oportunidade deu parecer favorável para a criação dessas coordenadorias regionais e que agora, evidentemente, por coerência e por espírito de responsabilidade, não poderá ser contrário, uma vez que a criação das Ucles ensinará a sua instalação, a qual está condicionada exatamente ao preenchimento das vagas não só comissionadas, como principalmente às FECs, às funções gratificadas, que serão produtos deste projeto de lei.

Este assunto será, no momento do encaminhamento de votação, colocado por este Deputado. A Bancada, evidentemente, ficará livre para a sua manifestação, mas eu, Deputado Gilson dos Santos, por uma questão de coerência, como disse, não poderei em absoluto fugir daquele primeiro voto, que foi pela criação dessas Ucles.

Gostaria, ainda, de tecer algumas considerações a respeito de do veto oposto pelo Governador ao projeto de lei de autoria do Deputado Lício Silveira, projeto este referendado por todos nós da Bancada do PPB, bem como pela Bancada do PFL, do PT e por outros Partidos Políticos, objetivando proibir o Governo do Estado a vender ativos do Governo sem a autorização do Legislativo.

O parecer da Comissão de Justiça, pela unanimidade dos presentes, foi pela rejeição desse veto, e o Plenário hoje haverá de consolidar esta posição, haja vista o relatório do Tribunal de Contas do Estado sobre o que ocorreu com as contas de 1997. E se o déficit do Governo do Estado é superior a 500 milhões de reais, realmente algo não está certo!

O Governo do Estado, ao vender os seus patrimônios... Porque isso nem é privatização, Deputado Reno Caramori, não existe nada regulador do Estado com respeito às privatizações; estão dando as grandes empresas de Santa Catarina (Celesc, Casan) para buscar recursos - e aí é que está o grande problema da situação - para pagar compromissos de pessoal, quando nós verificamos que a arrecadação do Estado, todos os meses, tem sofrido acréscimos normais, quando nós verificamos que a arrecadação deste Governo, em comparação com o Governo anterior, ultrapassou em mais de 50% em termos de crescimento, mas o Governo não deu um real de aumento aos servidores efetivos deste Estado! Em três anos e pouco deu 2.8% de reajuste salarial. Como podem ter desaparecido esses recursos? Alguma coisa não está certa, e eu sei o que não está certo!

Nós tivemos a oportunidade de fazer algo aqui num momento anterior, e se não o fizemos, não foi por falta de boa vontade nossa. Mas algo precisa ser feito, e o que colocou aqui o Deputado Gervásio Maciel é altamente procedente.

A Comissão de Fiscalização e Controle tem que se aprofundar no estudo dessas contas, já que houve seis itens em que o Tribunal de Contas apresentou contrariedade total sobre as contas do Governo.

Então, é importante que isso seja feito, objetivando ter clareza da escolha, porque o Governo, lamentavelmente, continua dizendo que está tudo bem, só que não honra os seus compromissos. E isso, evidentemente, eu não considero algo certo, o certo seria o Governo cumprir os seus compromissos e vir dialogar com esta Casa em igualdade de condições, olhando no olho de cada um, objetivando resolver os problemas do Estado de Santa Catarina.

Eram essas as considerações neste momento, senhor Presidente e senhores Deputados.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Vanderlei Rosso) - Passaremos ao horário reservado aos Partidos Políticos. Hoje, terça-feira, os primeiros minutos são destinados ao PFL.

O PFL propõe uma inversão com o PPB, que é o último.

O Sr. Deputado Gilson dos Santos - Pela ordem, senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Vanderlei Rosso) - Com a palavra, pela ordem, o Deputado Gilson dos Santos.

O SR. DEPUTADO GILSON DOS SANTOS - Senhor Presidente, V.Exa. poderia repetir a ordem dos Partidos?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Vanderlei Rosso) - O primeiro horário pertence ao PFL, por nove minutos; o segundo, ao PMDB, por dezessete minutos; o terceiro, ao PT, por nove minutos; o quarto, ao PSDB, por seis minutos; e o último, ao PPB, por dezesseis minutos.

O Líder do PFL nos comunicou que queria acoplar...

O SR. DEPUTADO GILSON DOS SANTOS - Aí há uma diferença: o acoplamento do horário do PFL ao horário do PPB.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Vanderlei Rosso) - Só que aí fica inviabilizado, Deputado Gilson dos Santos, porque a relação da distribuição do tempo é essa. Teria que haver a inversão do horário de um Partido e de outro, porque a Mesa não recebeu a comunicação oficial do bloco PFL/PPB, para aí ser distribuído o tempo de um horário único.

O SR. DEPUTADO GILSON DOS SANTOS - Senhor Presidente, quero dizer a V.Exa. que eu utilizarei o horário do meu Partido no horário adequado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Vanderlei Rosso) - Sendo assim, os primeiros nove minutos são destinados ao PFL.

(Pausa)

Não havendo Deputado do PFL que queira fazer uso da palavra, os próximos dezessete minutos são destinados ao PMDB.

(Pausa)

Não havendo Deputado do PMDB que queira fazer uso da palavra, os próximos nove minutos são destinados ao PT.

Com a palavra o Deputado Pedro Uczai.

O SR. DEPUTADO PEDRO UCZAI - Senhor Presidente e senhores Deputados, quero trazer a esta Casa a discussão sobre a educação nas escolas técnicas públicas federais, sobre o movimento de paralisação dos profissionais dessas escolas, associado à greve dos professores, dos técnicos administrativos e das universidades públicas federais.

Vamos extrapolar um pouco a discussão anterior, quando falávamos de Estado. Em nível nacional, está se construindo no País uma reforma educacional fragmentadamente, homeopaticamente, para haver a resistência necessária às modificações, às transformações que se estão fazendo nas legislações, na própria Constituição Federal.

A LDB abortou, autoritariamente, um processo democrático em discussão durante oito anos; entrou um outro projeto sem discussão da sociedade; o provão entrou autoritariamente, em nível nacional, sem discussão com a sociedade, nem com estudantes, nem com os profissionais, nem com as entidades educacionais; a Reforma Constitucional nº 14 foi aprovada na calada da noite, também sem consulta, sem debate e sem discussão com a sociedade.

Emitem decretos, medidas provisórias, portarias de forma autoritária regulamentando a educação, transformando a perspectiva educacional brasileira. E na perspectiva de educação pública gratuita e universal, este direito está sendo destruído, desmantelado. Está-se tirando o direito da sociedade à educação pública, gratuita e universal e vai-se passando por um processo de mercantilização da educação, construindo-se mercados educacionais, destruindo as instituições públicas e gratuitas de 2º grau, de 3º grau e as escolas técnicas.

Estão aí os profissionais das escolas técnicas federais em greve não só pelo reajuste de salários, não só por melhor qualidade de trabalho, mas também para defender a manutenção das escolas públicas gratuitas em nível técnico federal, assim como a qualidade desses cursos, dessas escolas e a própria universidade pública e gratuita de qualidade.

Quando os técnicos defendem a derrubada do Decreto nº 208/97, não é só por uma questão de qualidade do ensino, mas também por uma questão autoritária.

Então, este é o eixo central do debate, da discussão que tem que ser colocado aqui.

Os que estão em greve, Deputada Ideli Salvatti, querem construir não só o acesso às escolas técnicas de qualidade existentes, mas defender a ampliação do acesso à escola e à universidade pública e gratuita.

Vemos aqui a pauta de reivindicações do sindicato, que pede a garantia de educação pública gratuita de qualidade em todos os níveis; a retirada do plano nacional de educação, autoritariamente apresentado pelo Governo Nacional; a revogação do Decreto Ministerial nº 2.208 e da Portaria do MEC nº 646; eleições diretas, portanto, a democratização das nossas instituições; o aumento da oferta de vagas para as instituições dos cursos regulares e técnicos de nível médio; o aumento salarial de 48.68%, da reposição salarial, conforme tabela de 1995; a apresentação de uma política salarial para os servidores públicos federais; o pagamento imediato dos 28.86% já concedido aos militares; outras reivindicações em relação aos recursos humanos e ao orçamento das instituições, bem como uma política para os aposentados e pensionistas.

Além da defesa do profissional, está colocada aqui nesta Casa a necessidade de defender as instituições públicas, tendo o Estado a responsabilidade estratégica na escola pública, na educação pública em todos os níveis.

Cabe ao Estado intervir no processo educacional. Nesta greve que está ocorrendo não se busca só melhores salários, manutenção das escolas técnicas federais, revogação do decreto, mas também a qualidade do ensino de 2º grau, a rediscussão da própria LDB, que fragmenta o ensino médio e o ensino técnico, destruindo a qualidade, tornando-se uma perspectiva extremamente tecnicista e não mais da cidadania e da construção de sujeitos que se situam na sociedade e não só no trabalho.

Pensar num novo 2º grau, pensar na manutenção das escolas técnicas federais é pensar num futuro melhor para este Estado e para este País. Somos contra o decreto, somos contra o autoritarismo nas reformas educacionais neste País!

Defendemos a greve dos servidores, dos docentes. Somos contra a proposta do Governo Federal para essas categorias.

Não queremos só defender os técnicos, os profissionais, mas também a escola técnica pública gratuita e de qualidade.

A Sra. Deputada Ideli Salvatti - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO PEDRO UCZAI - Pois não!

A Sra. Deputada Ideli Salvatti - Senhor Deputado, quero dizer, em especial aos professores e aos funcionários da Escola Técnica que acompanham esta sessão, que esta Casa tem procurado estar

muito atenta a toda essa questão. A Comissão de Educação já realizou uma audiência pública na Escola Técnica, inclusive com a participação de Parlamentares Federais da Bancada catarinense.

Gostaria de registrar que tudo que se abate sobre o funcionalismo público de maneira geral, no caso das universidades e das escolas técnicas, tem ainda algumas particularidades que são extremamente malélicas para o funcionamento de uma escola pública formadora de cidadãos, mas também preocupada com o ensino profissionalizante.

O Decreto nº 2.208, que separa a educação geral da formação profissional, é indiscutivelmente a base dessa ideologia, que faz com que as pessoas tenham que ser apertadoras de parafusos e não cidadãos conscientes da sua cidadania, dos seus direitos e deveres.

É Por isso que, juntamente com o Decreto nº 2.208, com a ausência absoluta de perspectiva de concurso público, com a não-renovação dos quadros tanto da Escola Técnica quanto das universidades, com a questão de todas as propostas que o Ministério da Educação apresenta sempre, no sentido de dividir a categoria, de dividir o espaço educacional brasileiro, é que nós entendemos que esta Casa deverá, de todas as formas possíveis, manter-se alerta e atuante na defesa da universidade pública e na defesa da Escola Técnica Federal, que grande serviço vêm prestando à comunidade catarinense.

Espero, apesar da pouca presença que temos agora neste Plenário, que a Comissão de Educação possa se reunir hoje, ao final dos trabalhos, para analisar atentamente quais ações são possíveis de serem impetradas por esta Casa em defesa da Escola Técnica Federal.

O SR. DEPUTADO PEDRO UCZAI - Agradeço o aparte, nobre Deputada!

Senhores Deputados, para concluir, gostaria de dizer que o art.60 do Projeto do Sistema Estadual de Ensino diz, com relação ao ensino médio, que a organização dos conteúdos, das metodologias e das formas de avaliação deverá propiciar ao aluno, ao final do ensino médio, domínio dos conhecimentos científicos e tecnológicos e de suas consequências culturais e sociais para a humanidade, conhecimento das formas contemporâneas de linguagem, conhecimentos de política, filosofia e sociologia necessários ao exercício da cidadania.

Contra a fragmentação; contra o Decreto nº 2.208, que fragmenta, que destrói a qualidade do ensino técnico e do ensino de 2º grau, o ensino médio! Nossa solidariedade à luta dos profissionais, dos professores e dos técnicos administrativos da Escola Técnica Federal!

Temos que, efetivamente, lutar por um País e por um projeto político diferente em defesa da escola pública, da universidade pública, gratuita e de qualidade!

Parabéns pela luta de vocês! Nossa solidariedade, nosso apoio contra a privatização da educação e das empresas públicas e pela defesa de um País onde o Estado tem um papel estratégico...

(Discurso interrompido Por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Afonso Spaniol) - Ainda dentro do horário dos Partidos Políticos, os próximos seis minutos pertencem ao PSDB.

(Pausa)

Na ausência de representantes do PSDB, o próximo horário pertence ao PPB.

Com a palavra o Deputado Gilson dos Santos, por até 16 minutos.

O Sr. Deputado Wilson Wan-Dall - Peço a palavra, pela ordem, senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Afonso Spaniol) - Com a palavra, pela ordem, o Deputado Wilson Wan-Dall.

O SR. DEPUTADO WILSON WAN-DALL - Senhor Presidente, como o PFL dispõe de nove minutos, esse tempo está incluído nos 16 minutos do pronunciamento do Deputado Gilson dos Santos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Vanderlei Rosso) - Deputado Wilson Wan-Dall, Líder do PFL, consultando o Regimento Interno verificamos que não podemos fazer a transposição, mas depois serão redistribuídos os 17 minutos do PMDB, os nove do PFL e os seis do PSDB, assim V.Exa. terá participação também nesse horário.

Com a palavra o senhor Deputado Gilson dos Santos.

O SR. DEPUTADO GILSON DOS SANTOS - Senhor Presidente e senhores Deputados, como Líder do Partido Progressista Brasileiro, o PPB, quero dar conhecimento à Assembléia Legislativa e a todos os catarinenses que, concluindo conversas com o Partido da Frente Liberal, através de seu Líder e de Membros da sua Bancada, numa reunião havida na noite de ontem, em que estava presente praticamente a totalidade dos Membros dos dois Partidos na Assembléia Legislativa, resolvemos, para dar encaminhamento às eleições de 04 de outubro de 1998, iniciar um trabalho conjunto na Assembléia Legislativa entre os 17 Deputados, sendo 11 do PPB e seis do PFL.

O objetivo desse trabalho conjunto evidentemente passa pela discussão, apreciação e sugestão de vários projetos que se encontram em tramitação nesta Casa, no sentido de que esses dois Partidos tenham tanto quanto possível uma posição idêntica nas votações.

É claro, senhor Presidente e senhores Deputados, que estivemos até recentemente, mais propriamente até um ano atrás, separados por problemas de ordem partidária, mas agora estamos visando um reencontro que dê a condição de marchar em conjunto para uma eleição que na nossa concepção é exatamente aquela que toda Santa Catarina espera de retorno, a credibilidade de um Governo do Estado.

Pensamos nós em formar um bloco, evidentemente um bloco político, que seria administrado de comum acordo entre as duas Bancadas. Isso traz um fortalecimento muito grande à coligação que hoje tem sinalizações praticamente certas para a eleição do futuro Governador do

Estado - temos como nosso candidato o Dr. Esperidião Amin -, e as vagas de Vice-Governador e Senador da República. A de Senador, em particular, está assegurada ao Partido da Frente Liberal, e o nome mais comentado é o do Dr. Jorge Konder Bornhausen.

Esses dois Partidos também buscam a inclusão do Partido da Social Democracia Brasileira, fazendo com que o reforço junto com o PPB, com o PL e outros Partidos Políticos tenham uma coligação que represente, acima de tudo, a esperança de uma Santa Catarina melhor a partir de 1º de janeiro de 1999.

Quero, nesta oportunidade, em nome do meu Partido, que tenho a honra de liderar nesta Casa, assegurar que haveremos de buscar o amalgamento de posições, a discussão ampla de projetos e, inclusive, um trabalho visando uma campanha solidária.

Gostaria ainda de dizer a todos os companheiros do PFL que estamos numa luta que não é de dois Partidos Políticos, mas uma luta da maioria do povo de Santa Catarina.

Deputado Wilson Wan-Dall, espero que tenhamos condições amplas de discutir, na plenitude, tudo aquilo que vier para as duas Bancadas com espírito de honestidade, de sinceridade e, acima de tudo, por vontade de ajudar o nosso Estado de Santa Catarina.

O Sr. Deputado Wilson Wan-Dall - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO GILSON DOS SANTOS - Pois não!

O Sr. Deputado Wilson Wan-Dall - Deputado Gilson dos Santos, Líder do PPB, o encontro das duas Bancadas na noite de ontem foi um encontro, acima de tudo, de lealdade, um encontro de um projeto para o futuro. Este pacto de fazer um bloco entre PPB e PFL surgiu depois de muita discussão.

Todos os Parlamentares ali presentes puderam dar o seu depoimento. A nossa meta, sim, é ganhar o Governo do Estado, mas, principalmente, fazer com que o Estado volte a ter, novamente, credibilidade.

O Estado do Rio Grande do Sul está crescendo assustadoramente, assim como o Estado do Paraná, mas parece que Santa Catarina ainda está paralisada. Precisamos, realmente, modificar Santa Catarina, fazer uma administração mais dinâmica, mais criativa e, acima de tudo, com credibilidade.

Temos certeza absoluta que este pacto vai dar resultado, o passado comprova isso, basta ver as administrações passadas.

Por isso, Deputado Gilson dos Santos, o PFL assumiu este compromisso. O PFL está formando este bloco com o PPB para fazer com que Santa Catarina volte a ter esperança, volte a ter uma imagem bonita lá fora.

Muito obrigado pelo aparte, Deputado!

O SR. DEPUTADO GILSON DOS SANTOS - Deputado Wilson Wan-Dall, o objetivo deste bloco é exatamente para podermos discutir em conjunto os programas de Governo, as aspirações de todos os catarinenses e, sem dúvida alguma, buscar, também, a participação de outros segmentos do Estado de Santa Catarina.

As eleições de 4 de outubro estão aí, e precisamos ter propostas claras,

objetivas, fazendo com que o nosso Estado tenha, no seu Governo, no mínimo um animador, no mínimo uma pessoa que incremente e que crie idéias que façam retornar ao povo de Santa Catarina a esperança.

Tivemos momentos muito difíceis neste Governo. E uma coisa ficou muito arranhada: a nossa credibilidade como Estado.

Temos a responsabilidade de, neste momento, colaborar para que o nosso Estado, em primeiríssimo lugar, volte a ter um crescimento, volte a ter a resolução, por parte do seu Governo, dos graves problemas que atravessa, assim como o País.

Queremos dizer a V.Exa. e aos Membros do PFL que buscaremos incessantemente a união de mais pessoas e de mais Partidos Políticos para fazer um barco homogêneo, que restabeleça e que traga novamente a esperança para o nosso Estado.

O Sr. Deputado Reno Caramori - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO GILSON DOS SANTOS - Pois não!

O Sr. Deputado Reno Caramori - Nobre Deputado Gilson dos Santos, temos a responsabilidade de conduzir os destinos desta Casa através deste bloco Parlamentar. Os Partidos que querem rever a situação de Santa Catarina, que querem buscar a volta da dignidade da sua gente, tenho certeza, deverão acompanhar os trabalhos nesta Casa não somente até o dia 4 de outubro, quando deveremos realizar as eleições eleitorais, mas também depois, para mostrar a Santa Catarina e a sua gente o quanto este Governo errou, o quanto este Governo está judiando dos catarinenses, o quanto este Governo está menosprezando a nossa grande família de Santa Catarina.

Por isso, Deputado Gilson dos Santos, a iniciativa do PPB e do PFL, ao buscar essa unidade, está fazendo com que Santa Catarina retome o seu desenvolvimento.

O SR. DEPUTADO GILSON DOS SANTOS - Deputado Reno Caramori, agradeço o aparte de V.Exa.

Hoje, aqui, senhor Presidente, será feita uma votação, que já vai ter, por parte do bloco formado pelo PFL e PPB, uma posição única na defesa daquilo que nós consideramos importante para Santa Catarina.

Às 16h, senhores Deputados, teremos a votação de um veto de um projeto de lei de autoria de um Companheiro nosso, que já foi subscrito por todos os Membros destas duas Bancadas e também pelo PT, o projeto de lei que dispõe sobre a proibição de formalização de contratos pelo Poder Executivo, empresas públicas e de economia mista, com as cláusulas que menciona.

Acho, Deputado Lício Silveira, que não poderia haver momento melhor para a formalização deste bloco Parlamentar. Precisamos dizer a todos aqueles que nos honram hoje com suas presenças que votaremos em bloco dizendo não ao Governador do Estado, pois consideramos imoral a venda, pura e simples, das empresas de economia mista do Estado de Santa Catarina.

Acho, senhor Presidente e senhores Deputados, que a posição que será adotada pelo bloco Parlamentar aqui criado, e com os votos de outros Partidos Políticos...

Espero que o Partido do Movimento Democrático Brasileiro também dê sustentação. Não acredito que eles queiram ver as nossas empresas liquidadas.

Aproveito até a oportunidade, Deputado Ivan Ranzolin, para solicitar ao Partido do Movimento Democrático Brasileiro que diga não a uma posição autoritária do Governador do Estado, que pensa que manda neste Estado isoladamente, que está hoje a deixar milhares de catarinenses preocupados com a venda pura e simples de empresas que sempre orgulharam o nosso Estado, e que sempre deram resultados excepcionais à nossa economia.

O Sr. Deputado Ivan Ranzolin - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO GILSON DOS SANTOS - Pois não!

O Sr. Deputado Ivan Ranzolin - O que a Assembléia Legislativa está fazendo, Deputado Gilson dos Santos, é proteger a sociedade catarinense, proteger o patrimônio de Santa Catarina, proteger aquilo que foi conquistado com muito suor e muito trabalho. Não podemos permitir que aconteça o que o Governo quer.

Santa Catarina não outorgou estes poderes ao Governo. O povo de Santa Catarina não outorgou ao governador a possibilidade de realizar essas operações. A Assembléia Legislativa, que representa o povo, não outorgou, pelo contrário, já tomamos várias posições no sentido de evitar as operações, porque os negócios estão sendo mal feitos, são negócios predeterminados e dirigidos, que vão delapidar violentamente o nosso patrimônio.

Por isso, Deputado Gilson dos Santos, todos nós estamos aliados, associados nessa tese, nessa idéia de impedir a realização de um mau negócio para Santa Catarina. Temos que nos unir, como fizemos naquela proposta de protesto para ressalva de direitos.

Quem adquirir jamais vai poder dizer que comprou de boa fé, porque a Assembléia Legislativa tomou a iniciativa. Precisamos manter isso com toda força, temos que impedir que Santa Catarina fique prejudicada, pois foi um trabalho de muitos anos.

Eu agradeço a oportunidade que V.Exa. me deu.

Muito obrigado!

O SR. DEPUTADO GILSON DOS SANTOS - Muito obrigado, Deputado Ivan Ranzolin!

O Sr. Deputado Júlio Teixeira - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO GILSON DOS SANTOS - Ouço com muito prazer o Deputado Júlio Teixeira, que tem demonstrado um trabalho intenso, objetivando fazer com que as nossas Bancadas se unam, o que é importante para Santa Catarina.

Temos que agir de maneira coerente, de maneira responsável, olhando com o olho de cada um dos Companheiros, fazendo com que este bloco faça o melhor para o Estado de Santa Catarina. E eu tenho certeza e convicção de que isso ocorrerá, uma vez que temos pessoas que efetivamente têm a boa condição de interpretar aquilo que é fundamental, que é a vontade e o desejo do povo de Santa Catarina.

O Sr. Deputado Júlio Teixeira - Deputado Gilson dos Santos, V.Exa. sempre bondoso nas suas colocações, motivado, evidentemente, pelo laços fraternos de amizade, mas partindo de V.Exa. não consideramos meramente um elogio mas, sim, um estímulo para continuarmos perseguindo aquilo que V.Exa. sempre perseguiu. V.Exa. nos deu demonstrações de conhecimento, de maturidade e, acima de tudo, de equilíbrio, sendo um ícone nesta Assembléia Legislativa. Temos em V.Exa. um paradigma da nossa condução Parlamentar.

Deputado Gilson dos Santos, a reunião de ontem, ocorrida na casa do Deputado Ivan Ranzolin, coroou de êxito uma vontade já manifesta há muito tempo, a consagração do Bloco Parlamentar.

Com toda certeza, Deputado Gilson dos Santos, a condução deste processo, que está sendo levado com a maior responsabilidade possível, conduzido por V.Exa., como Líder do PTB, pelo Deputado Wilson Wan-Dall, como Líder do PFL, e pelos dois Presidentes das nossas agremiações, Deputados Leodegar Tiscoski e Pedro Bittencourt, não será um bloco meramente disposto para votação de projetos mas, sim, uma coligação de idéias.

O que pretendemos não é a coligação de pessoas, é, acima de tudo, uma junção de idéias para que nós restabelecamos a credibilidade no Estado de Santa Catarina.

Se V.Exa. me permitir um segundo ponto de encaminhamento, quero falar sobre o que diz respeito ao veto ao projeto do Deputado Lício Silveira, que será votado dentro de poucos minutos.

Recebemos uma informação, Deputado Gilson dos Santos, partida do Deputado Lício Silveira, da maior responsabilidade. Uma colocação, inclusive, que o Deputado Lício Silveira, na defesa do seu projeto na tribuna nesta tarde, antecipou. Fará revelações altamente assustadoras no que diz respeito a expressões ditas a ele por pessoas que espontaneamente. Fará com que haja incredulidade total nesta Assembléia Legislativa com relação ao encaminhamento do presente projeto, e mais, ao apelo recebido pelo Deputado Lício Silveira.

Não estamos fazendo suspense, estamos criando, sim, uma verdadeira expectativa de uma verdade dilacerante. E o Deputado Lício Silveira saberá, melhor do que nós, porque foi o interlocutor privilegiado dessa informação, colocar na defesa do seu projeto na tribuna desta Casa.

Muito obrigado!

O Sr. Deputado Gervásio Maciel - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO GILSON DOS SANTOS - Eu que agradeço a manifestação de V.Exa., incorporando-a ao meu modesto pronunciamento.

Concedo um aparte ao Deputado Gervásio Maciel, que no dia de ontem, inclusive, por problema de força maior, não esteve presente na reunião.

O Sr. Deputado Gervásio Maciel - Deputado Gilson dos Santos, nosso Líder do PPB, tomamos conhecimento da reunião. Se estivéssemos presente teríamos nos posicionado no mesmo momento positivamente, porque nada mais, este novo bloco PPB/PFL, do que o desejo das nossas bases.

Nós, que somos do Alto Vale e da serra, temos participado de vários encontros, e não temos dificuldades de transitar com o PFL ou com o PPB em todos os Municípios, pois há um consenso no sentido de que nós deveremos trabalhar efetivamente em favor de Santa Catarina.

Nós sempre estivemos presente trabalhando, defendendo os interesses de Santa Catarina. E os nossos irmãos do PFL de todo o Estado desejam que tenhamos forças somadas em favor de Santa Catarina.

O nosso projeto, sem dúvida nenhuma, não vai machucar ninguém, não vem para prejudicar, para perseguir quem quer que seja. Vem, sim, para ter uma força política capaz de buscar outras pessoas, até muitas vezes já desesperançadas, para mostrar uma luz no fim do túnel, mostrar que existe esperança. Existem pessoas responsáveis que desejam o melhor para Santa Catarina.

Por isso, não tenho dúvidas que nós, Deputados do PPB, como também os Deputados do PFL, haveremos de dar esta contribuição a Santa Catarina pensando no futuro, evidentemente com um trabalho muito maior a partir de 99, com o nosso futuro Governador.

O SR. DEPUTADO GILSON DOS SANTOS - Agradeço, Deputado Gervásio Maciel. Sem dúvida nenhuma, vamos procurar colaborar, trabalhar no sentido de buscar posições homogêneas, posições que visem, acima de tudo, o retorno da esperança em Santa Catarina.

Iniciamos este trabalho sem qualquer problema relacionado com o passado, que temos que esquecer, porque, afinal de contas, temos que viver o presente e plantar para colher um bom futuro.

Deputado Olíces Santini, que participou do encontro no dia de ontem, tenho certeza que haverá de nos dar muitos subsídios visando o aprimoramento de um programa que inclua cada vez mais as pessoas para dentro dos sistemas produtivos.

Conforme as pesquisas indicam, Esperidião Amin será o Governador a partir de 1º de janeiro. Ele terá a condição incrementar, de alegrar, de trazer aquilo que lamentavelmente nós perdemos nesses últimos três anos.

O Governo vai ter que ser o grande incentivador das aspirações e dos desejos de todos os catarinenses.

E acho que este bloco é o início do processo que vai buscar mais segmentos para nele se integrar, visando, acima de tudo, o bem do nosso Estado e o bem do nosso País.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Ainda dentro do horário destinado aos Partidos Políticos, os próximos minutos pertencem ao PFL.

O Sr. Deputado Olíces Santini - Pela ordem, senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Com a palavra, pela ordem, o senhor Deputado Olíces Santini.

O SR. DEPUTADO OLÍCES SANTINI - Senhor Presidente, eu gostaria de anunciar com muita alegria e com muito prazer a presença nesta Casa do Prefeito de Rio Rufino e do Vereador César Paulo Walter, que é Secretário da Agricultura daquele Município, que estão acompanhados do assessor da Prefeitura, Celso Pereira, que vem transmitir a esta Casa a alegria de estar inaugurando, na segunda-feira, uma agência da cooperativa de crédito naquele Município.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Fica o registro feito pelo Deputado Olíces Santini.

Com a palavra o senhor Deputado Norberto Stroisch, Vice-Líder do PFL.

O SR. DEPUTADO NORBERTO STROICH - Senhor Presidente e senhores Deputados, catarinenses presentes a este recinto, assomo à tribuna no horário do meu Partido, o PFL, para ir ao encontro de manifestações de Parlamentares relativas a determinadas tentativas que o Governo do Estado busca promover no intuito de delapidar o patrimônio público. Ter que se desfazer de um patrimônio para saldar a folha de pessoal, caracteriza, mais do que nunca, o processo falimentar que instalou-se neste Governo, ou seja, neste des-governo.

O Departamento de Estradas de Rodagem, ao qual tenho a honra de pertencer ao seu quadro há mais de vinte anos como engenheiro civil, é um órgão hoje completamente sucateado. O quadro funcional está completamente desmotivado.

Esta é a realidade do Governo do Estado, do Governo que envergonhou os catarinenses, que manchou a nossa história, história pautada no sacrifício de imigrantes, de catarinenses que construíram a bela e progressista Santa Catarina.

Um drama se vivencia no nosso Estado patrocinado por este Governo.

Aonde está a GM? Foi anunciado que a sua instalação iria gerar em Santa Catarina milhares de empregos e empresas secundárias. Aonde está a GM? Está no Rio Grande do Sul, em fase de construção! Outros investimentos internacionais externos estão no Paraná. No nosso Estado, o Governo carece de total credibilidade.

Por isso mesmo a Assembléia Legislativa, atenta às questões importantes do nosso Estado, sentiu-se na necessidade de buscar mecanismos através de uma legislação que busque impedir este tipo de delapidação do nosso Estado.

Estamos alertando a todos aqueles que a princípio tencionavam e tencionam adquirir debêntures, ações, títulos que vamos impedir este tipo de procedimento com o patrimônio de todos os catarinenses.

Vamos usar todos os expedientes necessários para que se evite esse tipo de desgoverno patrocinado pelos atuais ocupantes do Palácio Santa Catarina.

Desejo registrar também a minha alegria de poder, a partir de agora, como integrante da Bancada do PFL, fazer parte do bloco Parlamentar, que de forma sintonizada, unida e leal deseja reconstruir uma Santa Catarina melhor a partir do ano que vem.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Ainda dentro do horário destinado aos Partidos Políticos, os próximos minutos pertencem ao PMDB.

(Pausa)

Não havendo oradores inscritos, livre a palavra a todos os Deputados do PMDB.

O Sr. Deputado Wilson Wan-Dall - Pela ordem, senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Com a palavra, pela ordem, o Deputado Wilson Wan-Dall.

O SR. DEPUTADO WILSON WANDALL - Senhor Presidente, gostaria de fazer o registro da presença de dois amigos que se encontram nesta Casa: Gerson De Natia, instrutor de esportes de Fraiburgo, e Vilson Pereira, servidor público do Estado.

O SR. PRESIDENTE(Deputado Neodi Saretta) - Não havendo interesse dos Deputados do PMDB em fazer uso da palavra no horário destinado aos Partidos Políticos, os próximos quatro minutos pertencem ao PT.

Com a palavra o Deputado Carlito Merss.

O SR. DEPUTADO CARLITO MERSS - Senhor Presidente, senhores Deputados, amigos da Eletrosul e da Celesc, lutadores de todas as horas contra esta privatização que infelizmente virou moda no País.

Estava sossegado no meu canto, mas ao ouvir algumas falas não me contive e pedi ao meu Líder para falar nesses quatro minutos, pois não dá para ficar impassível ao ouvir alguns discursos.

Parece que o problema da privatização da Celesc e da Casan começou ontem. Senhores Deputados, recordar é viver.

Fala-se muito que a nossa população não tem memória, mas quero aqui aproveitar estes quatro minutos para lembrar algumas coisas.

Este processo de privatização é a nível federal. E o senhor Fernando Henrique Cardoso tem na sua base de sustentação o PSDB, o PMDB, o PFL, o PPB e outros Partidos de aluguel. Isto tem que ficar claro, porque senão não seria tão fácil ao Governo do Estado impor, da forma como tem feito nesses últimos anos, esse processo de privatização.

Quero lembrar também que essa luta começou aqui em 1995, quando tentamos, de todas as formas, evitar a aprovação da Invesc, grande armadilha para a Celesc. A Casan e o Besc só não estão na mesma situação porque nós impedimos o projeto da Invesc II.

É importante resgatar, senhores catarinenses aqui presentes, que alguns Deputados votaram a favor da Invesc. Alguns Deputados também votaram a favor das Letras, trazendo todo este constrangimento para Santa Catarina.

Então, eu não vou admitir que simplesmente se apague o passado, num retorno da velha Arena, como se tudo estivesse bacana, que Partidos que agora mudaram de lado não tiveram nada a ver com o que aconteceu aqui, que permitiu essas dificuldades que estamos tendo hoje, porque todos sabem que apesar do esforço, da luta deste grande Deputado chamado Lício Silveira, que desde o início lutou em favor dessas estatais, amanhã vai ter um leilão no Rio de Janeiro, e provavelmente todo o nosso esforço aqui será em vão, porque é uma decisão inclusive de interferência no Judiciário que está permitindo esta onda de privatização no País.

Eu queria levantar que na questão da Celesc a coisa começou em 91, quando o Governador Wilson Kleinübing vendeu 18% das ações da Celesc numa dívida que tinha com o Banco Morgan, utilizando dação e pagamento com um deságio de 2,5 milhões de reais.

O problema da Celesc já começou lá. Então, não é agora, que é época eleitoral, que todo mundo é bacana, que todo mundo é igual! (Palmas das galerias)

A Bancada dos Trabalhadores, através do ex-Deputado Vilson Santin, tem até hoje um processo correndo na Justiça. Infelizmente a Justiça é lenta em alguns casos e muito rápida em outros.

Eu queria levantar que nesta luta, muito da personalidade do Deputado Lício Silveira, teve o apoio da Bancada do PT, porém não vamos aceitar que todo mundo fique igualzinho agora, porque não é verdade!

O Sr. Deputado Gilson dos Santos - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO CARLITO MERSS - A grande verdade é que este deságio permitido...

(Falas paralelas entre os Deputados Carlito Merss e Gilson dos Santos.)

Por favor, senhor Presidente, gostaria de ter o direito a falar.

O Sr. Deputado Gilson dos Santos - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO CARLITO MERSS - Concederei assim que terminar o raciocínio.

Em 1991 havia união por toda Santa Catarina, com o controle absoluto desta Casa, que iniciou o processo de privatização da Celesc, sim. E isso tem que ficar claro, não se pode apagar passado...

O Sr. Deputado Gilson dos Santos (Intervindo) - Mas, Deputado, só restabeleça a verdade.

(Falas paralelas entre os Deputados Carlito Merss e Gilson dos Santos.)

O SR. DEPUTADO CARLITO MERSS - E esta coisa contra Santa Catarina, que se forma a partir de agora, será explicitada, sim! Todas as atitudes de agora e de antes serão mostradas ao povo catarinense!

Só queria fazer essa manifestação, porque não é possível simplesmente fazermos de conta que está tudo bem, que todo mundo é bonzinho...

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

(Palmas das galerias)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Fim do horário destinado aos Partidos Políticos.

O Sr. Deputado Gilson dos Santos - Pela ordem, senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Com a palavra, pela ordem, o Deputado Gilson dos Santos.

O SR. DEPUTADO GILSON DOS SANTOS - Senhor Presidente, ainda restam quatro minutos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Deputado, já houve uma redistribuição de horário e não há...

O SR. DEPUTADO GILSON DOS SANTOS - Senhor Presidente, eu quero apenas restabelecer algumas coisas. Foi o Partido do Deputado Carlito Merss que deu o apoio crítico ao Governo que aí está.

Quero ainda dizer o seguinte: com referência às Letras, a nossa Bancada unanimemente as rejeitou; com referência à Invesc, a nossa Bancada unanimemente rejeitou.

Deputado Carlito Merss, restabeleça a verdade e assuma a responsabilidade!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Deputado Gilson dos Santos, feito o seu esclarecimento, gostaria de lembrar que o art. 88, parágrafo único, letra "c", diz que não haverá segunda divisão do tempo não utilizado pelos Partidos.

Passaremos à Ordem do Dia.

Esta Presidência comunica a justificativa de ausência dos seguintes Deputados: Adelor Vieira, que se encontra em Joinville e Blumenau; Francisco Küster, que se encontra em Brasília; Jorginho Mello, que também está viajando; Luiz Herbst, que se encontra em reuniões no Planalto Norte; Udo Wagner, que está participando de reunião em São Paulo, juntamente com empresários, a respeito de feiras e exposições; e Onofre Santo Agostini, que se encontra no Município de Frei Rogério.

Solicito ao senhor Primeiro Secretário, Deputado Odacir Zonta, que proceda à chamada dos senhores Deputados para verificação de quórum.

(Procede-se à chamada dos senhores Deputados.)

Estão presentes 26 senhores Deputados.

Há quórum para deliberação.

Votação da redação final do Projeto de Lei nº 276/97, de autoria do Deputado Gilmar Knaesel, que disciplina regras sobre a ocupação de vagas em estabelecimento de veículos localizados em imóveis pertencentes a órgãos ou empresas da administração direta, indireta ou autárquica do Estado de Santa Catarina, e dá outras providências.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os senhores Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Discussão e votação em turno único da Mensagem nº 3482/98, que apõe veto total ao Projeto de Lei nº 046/98, que dispõe sobre proibição de formalização de contratos pelo Poder Executivo, empresas públicas e de economia mista com as cláusulas que menciona.

Conta com parecer da Comissão de Constituição, Justiça e Redação de Leis pela rejeição.

Em discussão.

O Sr. Deputado Ivan Ranzolin - Peço a palavra, senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Com a palavra o senhor Deputado Ivan Ranzolin.

O SR. DEPUTADO IVAN RANZOLIN - Senhor Presidente, senhores Deputados, senhores e senhoras que prestigiam esta sessão, que procuram nesta Casa evitar que se pratiquem atos em Santa Catarina contrários ao interesse público.

(Passa a ler)

"O Projeto de Lei nº 46/98, de autoria de vários senhores Deputados, tendo o Deputado Lício Silveira como seu autor principal, dispõe sobre a proibição de formalização de contratos pelo Poder Executivo, empresas públicas e de economia mista com as cláusulas que menciona.

O Art. 1º diz o seguinte: é vedado ao Poder Executivo, às empresas públicas e de economia mista, cujo controle acionário pertence ao Estado de Santa Catarina, assinarem contratos ou outros instrumentos legais congêneres, que em suas cláusulas constem a transferência do controle técnico administrativo ou de gestão compartilhada das mesmas.

Esta lei entra em vigor na data da sua publicação."

Este projeto foi aprovado por esta Casa, recebeu o veto do Governador do Estado, voltou novamente, com o relato do Deputado Olives Santini foi à votação na Comissão de Justiça. Aprovado o relato, está no Plenário para deliberação.

Vim a esta tribuna para esclarecer alguns pontos que entendendo fundamentais sobre a questão de operação, venda de ações e comprometimento de empresas públicas.

A Bancada do nosso Partido tomou uma série de iniciativas nesse sentido, e vem tomando há muito tempo, desde o início dessa Legislatura. Tivemos a oportunidade de apresentar uma emenda na rolagem da dívida, proibindo de qualquer maneira a venda de ações, de letras de qualquer espécie em Santa Catarina sem o crivo, sem que Assembleia Legislativa se manifestasse. Foi aprovado, o

Governo rejeitou com veto, e a Assembléia Legislativa rejeitou o veto fazendo valer aquele artigo. Através de uma ação de inconstitucionalidade o Governo reverteu o quadro no Supremo Tribunal Federal, considerando inconstitucional a nossa alteração e a nossa grande preocupação.

Depois disso várias medidas foram adotadas, inclusive um protesto para ressalva de direito, publicado em toda a imprensa, evitando os adquirentes de boa fé ou que os adquirentes se declarassem de boa fé na compra, eis que estaria protegido pela legislação quem adquire de boa fé, mesmo que o faça ilegalmente muitas vezes.

Portanto, Deputado Carlito Merss, vim à tribuna para resgatar uma verdade! Não quero contestar a suas palavras, nem as suas afirmações, mas o que V.Exa. disse na tribuna, na frente de todos os presentes, é que praticamente o único Partido preocupado com esta situação, preocupado em não privatizar é o PT, o que não é verdade.

O Deputado Gilson dos Santos, em num aparte, relembrou que este Governo só está no poder em função de ter recebido o apoio do seu Partido, e hoje estamos contestando este Governo por várias questões e também por esta privatização disfarçada, porque ela será privatizada, as empresas serão privatizadas na venda dessas ações.

Então, percentualmente quem criou, quem democraticamente elevou ao governo o atual Governador foi uma composição, onde estava integrado o Partido de V.Exa., que tem, na proporcionalidade, que receber também a responsabilidade.

Por isso, devo dizer mais um pouco, porque o candidato a Governador do Partido de V.Exa. no primeiro turno foi aquele que assumiu a Secretaria da Fazenda do atual Governo. Então, que história é essa de fazer discurso, de fazer proselitismo político, com a Casa cheia, tentando livrar toda a sua responsabilidade e jogar a sua responsabilidade nas costas dos outros?

Eu acho, tenho vinte anos de Assembléia Legislativa, que já erramos, já cometemos equívocos, a Assembléia Legislativa já cometeu equívocos quando aprovou a questão das Letras, quando aprovamos outros projetos, e muitas vezes aprovamos projetos na boa fé, com espírito popular, com espírito comunitário.

Agora, entendo que o projeto de lei vai trazer benefício à comunidade, melhor qualidade de vida, mas na hora da execução somos surpreendidos, porque o Executivo quando vai fazer a execução do projeto muda um pouco as regras do jogo, ou não respeita os ditames da lei votada nesta Casa. Somos surpreendidos com o que está acontecendo com o Fundo da Educação, com o salário-educação, eis que não está se respeitando a lei, como aconteceu na questão, há pouco tempo, da grade escolar, que não se respeitou uma decisão maior e se legislou por decreto.

Na realidade, o que estamos tendo hoje é um Executivo que não respeita os dispositivos da lei, da Constituição, das normas jurídicas que estão em vigor, mesmo que tenha aqui, desta mesma tribuna, proferido o seu juramento de respeito à lei.

Então, Deputado Carlito Merss, V.Exa. se inflamou e tentou jogar as pessoas que estão aqui contra aqueles que vêm lutando por esse mesmo objetivo, contra aqueles que lutaram durante toda essa Legislação e que estão nesta Casa já há muito tempo procurando trazer benefícios à sociedade catarinense.

Então, vim a esta tribuna para significar duas questões fundamentais: a primeira é que só isso não vai evitar a venda das ações. Isso é mais um instrumento, porque vários já foram utilizados.

Na realidade, se amanhã as ações forem vendidas, elas estarão vendidas. Se o Governo não respeita a Constituição, não vai respeitar uma lei. Mas é mais um instrumento para que aqueles que adquirirem essas ações saibam que a sociedade catarinense não quer, que não é esse o caminho, que o caminho foi completamente equivocado, feito na clandestinidade, na calada da noite, procurando parceiros que não são adequados para a sociedade catarinense.

Não queremos que se privatize o Besc, como aconteceu com o Bamerindus, como aconteceu com outros bancos, onde o Governo, através do Proer, colocou o dinheiro, e depois vieram grupos estrangeiros e levaram o patrimônio nosso.

Não queremos isso. Se existe uma forma de privatizar, não é essa que queremos, porque é uma privatização completamente equivocada, ao arrepio da lei e da legislação.

Por isso, quero cumprimentar o Deputado Lício Silveira de uma forma serena pela sua preocupação, porque ele tem sido o porta-voz da nossa Bancada nessa preocupação.

O segundo ponto da minha vinda à tribuna é não acatar e não receber passivamente as afirmações feitas por V.Exa., porque durante toda essa Legislação estivemos juntos, aliados, fizemos uma aliança de Plenário junto com o PT, porque o nosso interesse era defender realmente a sociedade catarinense. E tivemos muitas vitórias juntos, tivemos realmente muitas posições favoráveis. E agora também na época da eleição não é justo que V.Exa. venha fazer essas colocações, porque foi um discurso de época de eleição.

Por isso, Deputado Carlito Merss, venho, para fazer essa contestação, porque se V.Exa. diz que estamos fazendo um trabalho em época de eleição, o seu discurso foi discurso de época de eleição.

Então, não vim aqui para polemizar, porque na realidade o objetivo nosso é de salvar um patrimônio catarinense. E acho que vamos e estamos no caminho certo, porque a única coisa que a Assembléia Legislativa pode fazer está fazendo.

O Sr. Deputado Carlito Merss - V.Exa. nos concede um aparte?

O SR. DEPUTADO IVAN RANZOLIN - Pois não! Eu, como não vou fazer como V.Exa., vou dar o aparte, porque o diálogo e o entendimento no Parlamento é a coisa mais importante que se pode fazer.

(Palmas das galerias)

O Sr. Deputado Carlito Merss - O acordo que tínhamos, aqui, com o Deputado Lício Silveira foi o seguinte: não nos inscreveríamos para discutir o projeto. Estávamos falando no horário dos Partidos Políticos em que durante alguns minutos houve proselitismo a favor da União por Santa Catarina. Essa é a discussão. Foi isso que levantei no horário dos Partidos.

Neste momento nem me inscrevo em homenagem ao Deputado Lício Silveira, porque nos comprometemos a votar o quanto antes, até para garantir o quórum aqui, nesta Casa.

Então, achei estranho, inclusive, que o Deputado Lício Silveira dissesse que só ele falaria. E já estou vendo mais pessoas inscritas. Não me inscreverei e só por isso estou dizendo.

Quanto a essa divergência eleitoral, faremos a discussão no momento oportuno.

O SR. DEPUTADO IVAN RANZOLIN - Não poderia deixar de trazer aqui a nossa respeitosa, porém veemente, contestação a algumas afirmações feitas por V.Exa. Também gostaria de deixar muito claro os objetivos dessa nossa votação.

Poderão algumas pessoas pensar que votando isso aqui vamos elidir completamente as vendas. Não, porque esse é mais um instrumento; um instrumento forte, é verdade, mas que realmente parte de todos os Partidos Políticos. E até nós temos que também aqui respeitar aqueles que são contra essa votação, porque afinal de contas essa é uma Casa democrática. Mas tenho certeza de que a maioria vai aprovar, porque aprovando isso aqui estaremos trazendo benefícios à sociedade catarinense.

Não vamos evitar, mas vamos, sim, criar mais uma situação de dificuldade, porque assim o povo de Santa Catarina quer, assim a maioria desta Casa quer.

Eu acho, Deputado Gilson dos Santos, que esse era o nosso dever, de vir à tribuna para trazer esse esclarecimento e para ficar, realmente, uma discussão de dois lados e não unilateralmente.

Deixo a tribuna esperando que votemos favoravelmente, porque com esse voto favorável, eu repito, vamos, realmente, trazer mais um obstáculo a uma questão ilegal que ia se praticar em Santa Catarina.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Continua em discussão.

Com a palavra o próximo orador inscrito, Deputado Lício Silveira.

O SR. DEPUTADO LÍCIO SILVEIRA - Senhor Presidente e senhores Deputados...

O Sr. Deputado Júlio Teixeira - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO LÍCIO SILVEIRA - Pois não!

O Sr. Deputado Júlio Teixeira - Deputado Lício Silveira, para restabelecer as condições da verdade, temos que dizer que o Deputado Ivan Ranzolin, pelo brilhantismo na defesa do processo e do projeto e também por salvaguardar os interesses de Santa Catarina, é que foi à tribuna discutir o presente projeto, justamente para se guardar o quórum definitivo de votação.

É exatamente por esse motivo que o Deputado Ivan Ranzolin, aliado à sua competência de tribuno, ocupou a tribuna para a discussão do projeto.

O SR. DEPUTADO LÍCIO SILVEIRA - Senhor Presidente, senhores Deputados, senhores celesquianos e colegas da Escola Técnica Federal de Santa Catarina que ainda permanecem aqui, os senhores sabem muito bem que estou inscrito no Partido Popular Progressista, com muito orgulho.

Servi com o ex-Governador Esperidião Amin, servi com o ex-Governador Wilson Kleinübing e sempre procurei cumprir as suas determinações, que eram a favor da população de Santa Catarina.

Eu não gostaria de levar essa discussão para o lado político-partidário. Esse assunto está acima de qualquer coisa! Aqui está, acima de tudo, os interesses do Estado de Santa Catarina. Aqui também estão os interesses dos celesquianos, sim!

Dizem muitas pessoas que somos cooperativistas. Eu digo que somos, sim. Quem não é cooperativista? Por acaso os médicos não são cooperativistas? São. Por acaso o Sindicato dos Empresários não é

cooperativista? É. A sociedade se organiza dessa forma. A sociedade tem que se organizar.

É nesse sentido que temos que procurar fazer com que as coisas se sobressaiam para o Estado de Santa Catarina.

Essa história toda começou em outubro de 95 com a criação da Invesc. Foi uma bela discussão, composta por diversos Partidos. Faz parte da democracia - uns contra, outros a favor! Eu fui contra. E eu não digo: Graças a Deus, eu fui contra. Não! Eu digo que fui contra por convicção, porque era uma operação extremamente danosa para o Estado de Santa Catarina. E hoje ela se configura.

Alguns Companheiros desta Casa não tiveram condições, naquela ocasião, de ver aquela configuração, talvez por não trabalhar no serviço público, dentro de empresas estatais. Mas eu já tinha aquela convicção, e deu no que deu!

Arrecadaram 100,8 milhões de reais, bruto, com o lançamento das debêntures; líquido deu 98,8 milhões. Aplicaram, e não vamos discutir as suas aplicações. Mas aí vieram os juros, juros de 16,8 milhões no primeiro ano, juros estes com dinheiro dos precatórios. Veio a segunda parcela de juros: 20,5 milhões que não tiveram condições de ser pagos, e os debenturistas foram em cima da Invesc. E quem não vai? Quem investe vai! Se temos poupança e não pagam os nossos juros, aonde vamos? Vamos ao banco exigir que nos paguem aquilo que é devido. Só que o Governo não queria nessa conversa toda extinguir a Invesc.

Extinguir a Invesc era extremamente ruim, primeiro, politicamente, porque reconheceria um erro político, e, segundo, porque precisaria do apoio desta Casa, o que ele não tem.

Somando todos esses custos corrigidos, os 100 milhões, que foram aplicados, com os juros todos, hoje temos uma parcela de 195 milhões de reais para liquidar a Invesc. Liquidar a Invesc com apenas 98,8.

Aí o Governo achou a chave de fazer a operação, liquidar fazendo contrato de gestão. E esse contrato de gestão faz com que a empresa caia nas mãos de investidores que em sua minoria decidem os rumos de toda a política de energia elétrica do Estado de Santa Catarina, detendo apenas 29,5% das ações. Enquanto que o Governo, que está acumulando ao salário 51%, 50,1%, não teria mais acesso às decisões primordiais para o Estado de Santa Catarina.

A minha Bancada veio lutar comigo, e na reunião da Comissão de Justiça derrubamos o veto. Eu fiquei satisfeito, extremamente satisfeito com o comportamento dos Deputados que lá estiveram, e não eram só do meu Partido, eram de diversos Partidos.

Porém, senhores Deputados, o que me irrita do Governo do Estado de Santa Catarina é a sua obscuridade, a sua falta de transparência, a sua falta de respeito com a população de Santa Catarina. Ele faz as coisas às escondidas. E até quero dizer que nem mesmo os senhores Deputados da Situação conhecem todas as atitudes que este Governo fez!

Ontem, conversando com alguns Companheiros meus, surgiram duas pessoas iminentes do Sul, do PMDB, duas figuras iminentes. E eu vou dizer o nome, pois estava junto, inclusive, o Deputado Miguel Ximenes: era o Eduardo Pinho Moreira, Deputado Gilson dos Santos, e o ex-Presidente, hoje Prefeito Paulo Meller, que chegaram à minha pessoa

depois de destoar com o Governo do Estado que está aí e pediram: "Por favor, Lício, trabalhe, lute, faça com que todos os Deputados derrubem o veto do Governo do Estado de Santa Catarina, porque esse projeto de gestão compartilhada vai prejudicar não só o Estado de Santa Catarina, mas principalmente o Sul do Estado. Porque lá se quer construir pequenas usinas regionais de carvão, e o carvão ainda é boa parte da economia do Sul do Estado de Santa Catarina".

A preocupação deles não era só com essas usinas, mas com a Gerasul, que vai cair na mão de capital privado. Ela vai deixar de consumir no futuro o carvão catarinense, fazendo com que milhares e milhares de catarinenses do Sul percam o seu emprego. Por quê? Porque o capital privado vai buscar um carvão de melhor qualidade e um carvão de menor preço. E aí está a razão deles fazerem esse pedido para que nós, todos, Deputado Vanderlei Rosso, procurássemos defender o Estado de Santa Catarina.

Aqui não estamos querendo defender o PT, ou se o PPB é bom, ou se o PFL é bom, ou se o PMDB é bom. A mim não interessa, não. A mim não interessa. A verdadeira verdade é do interesse da sociedade catarinense. E nós, Deputados, nunca poderemos fazer aprovar um projeto de lei, manter um veto do Governador que faz questão de privatizar, porque isso seria pior do que privatizar. Pior! É muito pior do que privatizar. E isso, Deputado Gilson dos Santos, senhores Deputados e senhor Presidente, temos que evitar a qualquer custo.

Eu gostaria mesmo que todos os senhores Deputados, sem manobras nenhuma para sair de Plenário, ficassem aqui e votassem para o desenvolvimento do Estado de Santa Catarina. Repito, não está em jogo Partido "a", Partido "b", Partido "c". Estão em jogo, sim, os altos interesses do nosso Estado e os nossos interesses.

Por isso, parabeno todos vocês que vieram aqui. Parabeno mesmo, de coração, porque vieram convictos de que toda energia elétrica é extremamente importante para o Estado de Santa Catarina, que precisa ser preservado. Acredito que esse modelo irá ser preservado, porque eu, como Deputado do meu Partido, irei lutar com a maior força possível para que isso efetivamente aconteça.

Obrigado a todos!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Continua em discussão.

Com a palavra a senhora Deputada Ideli Salvatti.

A SRA. DEPUTADA IDELI SALVATTI - Senhor Presidente e senhores Deputados, quero ser muito rápida, primeiro, porque me contaram, ensinaram-me que a história não se repete, só que algumas questões estão sendo muito coincidentes.

A primeira delas: no dia 10 de julho de 1996 esta Casa votou aquele maldado projeto das Letras, duas horas e pouco antes do jogo do Brasil aqui, no estádio da Ressacada. O leilão é amanhã. Também duas horas ou quase três antes da estréia do Brasil na Copa do Mundo.

O projeto das Letras teve nesta Casa um lobby intenso de um setor da economia catarinense, altamente interessado na aprovação daquele projeto das Letras, os empreiteiros.

Sabemos que nesses últimos dias, também por coincidência, esse setor andou por aí, conversa vai, conversa vem, fazendo pressão, inclusive, para que não votássemos, para que não derrubássemos o veto do Governador.

Além dessa coincidência de jogo do Brasil e de empreiteiros, quando cheguei no Plenário, hoje, Deputado Neodi Saretta, encontrei sentado ali uma figura que na CPI apelidamos de chaveirinho do Paulo Prisco Paraíso, o famoso Professor Jucélio, que agora mudou o local onde se prender, não é mais na cintura do senhor Paulo Prisco Paraíso, mas é, sim, na cintura do senhor Marco Aurélio Dutra. Estava ali assistindo, acompanhando. Não sei se já foi embora.

Então, que se vote logo, que se derube o veto. Imediatamente o Presidente, Deputado Neodi Saretta, vai mandar isso para o Governador, para que ele seja comunicado hoje. E também imediatamente vamos informar a quem é importante informar, tanto em nível de Justiça como às bolsas de valores, como aos compradores, amanhã, do leilão, porque eles estarão comprando um grande abacaxi, porque vão pagar 250 milhões por ações que não valem 90 e não vão poder assinar contrato de acionistas, porque esta Casa não vai deixar, porque vai ter uma lei proibindo isso!

Então, meus parceiros, continuamos juntos, se preciso, junto com o Deputado Lício Silveira, em tudo que for necessário, com a Bancada do PPB, do PFL, do PDT e até do PMDB, pois sei que tem gente que é contrária à privatização! É voto secreto, e é uma boa oportunidade para passarmos para 24, 25 ou 26 votos.

Sucesso para nós, porque estamos unidos!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Continua em discussão.

(Pausa)

Não havendo mais quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

O Sr. Deputado Gilson dos Santos - Peço a palavra, pela ordem, senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o Deputado Gilson dos Santos.

O SR. DEPUTADO GILSON DOS SANTOS - Não é para encaminhamento, mas para solicitar que V.Exa. proceda à chamada dos senhores Deputados antes da votação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Para fim de verificação de quórum, solicito ao Primeiro Secretário, Deputado Odacir Zonta, que proceda à chamada dos senhores Deputados.

(Procede-se à chamada dos senhores Deputados.)

Temos vinte e quatro senhores Deputados presentes.

Há quórum para deliberação.

Esta Presidência lembra aos Deputados que, de acordo com o art. 213, parágrafo único, do Regimento Interno desta Assembleia Legislativa, a votação versará sobre o projeto vetado.

Votando "sim" os Deputados rejeitam o veto, e votando "não" aceitam o veto.

O processo de votação será secreto.

Convido o senhor Deputado Gervásio Maciel para assumir a Presidência a fim de que possamos exercer o direito de voto.

(O senhor Secretário Gervásio Maciel assume a Presidência.)

(Vota o senhor Presidente.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Solicitamos ao senhor Secretário, Deputado Odacir Zonta, que proceda à chamada dos senhores Deputados para que exerçam seu direito de voto.

(Procede-se à chamada dos senhores Deputados para a votação secreta.) Perguntamos aos senhores Deputados se alguém deixou de ser chamado para votar ou, se chamado, não exerceu seu direito de voto.

(Pausa)

Não havendo mais ninguém para votar, declaramos encerrada a votação.

Convidamos os senhores Deputados Afonso Spaniol e Ivo Konell para, juntamente com a Primeira Secretária da Mesa Diretora, procederem à apuração dos votos.

(Procede-se à apuração dos votos.)

Vinte e quatro senhores Deputados exerceram o direito de voto.

Confere o número de sobrecartas com o número de votantes.

Temos vinte e um votos "sim", dois votos "não" e um voto em branco.

Está rejeitado o veto.

(Palmas e manifestação das galerias)

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei Complementar nº 004/97, de procedência governamental, em regime de urgência, que altera o anexo único da Lei Complementar nº 136, de 30 de fevereiro de 1995. (Funções gratificadas - implantação de 4 Coordenadorias Regionais de Educação - CREs.)

Conta com parecer favorável da Comissão de Constituição, Justiça e Redação de Leis.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, passaremos à votação.

Tratando-se de lei complementar, a votação será nominal.

Solicito ao Deputado Odacir Zonta, Primeiro Secretário, que proceda à chamada dos senhores Deputados.

O Sr. Deputado Gilson dos Santos - Peço a palavra, pela ordem, senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Com a palavra, pela ordem, o Deputado Gilson dos Santos.

O SR. DEPUTADO GILSON DOS SANTOS - Senhor Presidente, tendo em vista que este projeto de lei...

(Manifestação das galerias)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Senhores e senhoras assistentes, a Assembleia Legislativa continua em processo de votação, a chamada votação nominal, então solicitamos silêncio para que possamos continuar a sessão. Os que desejarem permanecer podem permanecer, mas os que desejarem sair, por gentileza, respeitem as votações.

O SR. DEPUTADO GILSON DOS SANTOS - Eu gostaria de fazer neste momento o encaminhamento da votação deste projeto, uma vez que tivemos a oportunidade, no mês de maio próximo passado, de solicitar a aprovação da criação das quatro Coordenadorias Regionais de Educação. Evidentemente que seria incoerente se eu encaminhasse a votação, neste momento, de maneira contrária àquela que foi a posição inicial.

Assim sendo, senhor Presidente, eu gostaria de informar aos senhores Parlamentares que votarei favoravelmente ao projeto, uma vez que entendo que ao se criar as Coordenadorias, as funções gratificadas evidentemente terão que ser criadas.

Portanto, deixamos a Bancada livre para votar, porém reiteramos que votaremos favoravelmente. Aqueles que quiserem acompanhar esta Liderança, por favor, façam-no votando "sim" ao projeto.

O Sr. Deputado Carlito Merss - Pela ordem, senhor Presidente, para encaminhamento de votação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o senhor Deputado Carlito Merss.

O SR. DEPUTADO CARLITO MERSS - Senhor Presidente, a Bancada do Partido dos Trabalhadores analisou com muita seriedade e com profundidade esses projetos.

Quero dizer que até se admitiria a criação das CREs de Maravilha e Curitiba, porém desde o início tentamos fazer essa discussão aprofundada. Falou-se que não criaria cargos e está aí, estamos confirmando que existem muitos cargos.

Então, infelizmente, além disso, bem lembrado pelo Deputado Ivan Ranzolin a questão da função gratificada, estamos encaminhando pela Bancada que vote contra esse projeto.

O Sr. Deputado Wilson Wan-Dall - Pela ordem, senhor Presidente, para encaminhamento de votação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o senhor Deputado Wilson Wan-Dall.

O SR. DEPUTADO WILSON WAN-DALL - Senhor Presidente, a Bancada do PFL está livre para esta votação, mas quero comunicar que esta Liderança vai votar favorável.

O Sr. Deputado Romildo Titon - Pela ordem, senhor Presidente, para encaminhamento de votação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o senhor Deputado Romildo Titon.

O SR. DEPUTADO ROMILDO TITON - Senhor Presidente, na qualidade de Líder do Governo, eu solicitaria de V.Exa., se ainda está em tempo, a retirada deste projeto da pauta da Ordem do Dia, tendo em vista que é visível a falta de quórum para a votação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Senhores Deputados, há jurisprudência nesta Casa de que o Autor pode retirar da pauta. Como o Deputado Romildo Titon representa o Autor, como Líder do Governo, fica, portanto, retirado da pauta para ser incluído oportunamente.

O Sr. Deputado Gilson dos Santos - Pela ordem, senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Com a palavra, pela ordem, o senhor Deputado Gilson dos Santos.

O SR. DEPUTADO GILSON DOS SANTOS - Senhor Presidente, eu quero aqui fazer um apelo ao Líder do Governo no sentido de que, antes da votação desse projeto, uma vez que ele o retirou e tem a competência para tal, busque na Secretaria da Educação uma informação que é fundamental, que é a situação atual e a situação proposta no projeto.

É importante que se ressalte, senhor Presidente, que quem está ausente do Plenário, que não está propiciando o quórum, é exatamente a Bancada do PMDB.

Eu quero fazer um apelo ao senhor Deputado Romildo Titon, Líder do Governo, no sentido de que ele solicite à Secretaria da Educação uma planilha da situação atual e da situação proposta pelo projeto, porque não consta isso, o que realmente é uma situação difícil.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Fica retirada, portanto, a matéria da presente Ordem do Dia.

O Sr. Deputado Pedro Uczai - Pela ordem, senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Com a palavra, pela ordem, o senhor Deputado Pedro Uczai.

O SR. DEPUTADO PEDRO UCZAI - Senhor Presidente, na condição de Líder da Bancada do PT, também gostaríamos, já fizemos isso na Comissão com o Deputado Romildo Titon, de trazer qual o impacto financeiro para essa criação das gratificações nas quatro Coordenadorias, porque a nossa Bancada tinha uma discussão mais de Curitiba e Maravilha como necessária, as outras duas avaliamos como não-necessárias. Gostaríamos de ter também, se for possível, o impacto financeiro desses cargos e a gratificação das quatro Coordenadorias.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Esta Presidência colocará em conjunto a discussão e votação dos três projetos de decreto legislativo que aprovam convênios e que se encontram na pauta.

Se alguma Bancada desejar destacar algum para votação em separado, poderá fazê-lo em seguida pela ordem.

Discussão e votação em turno único dos Projetos de Decreto Legislativo nºs 285, 287 e 289/97.

Contam com parecer favorável das Comissões Técnicas competentes.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem os queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os senhores Deputados que os aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovados.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei nº 38/98, de procedência governamental, que concede pensão especial a Terezinha de Jesus, residente em Jaguaruna.

Conta com parecer favorável das Comissões de Constituição, Justiça e Redação de Leis, de Finanças e Tributação e de Trabalho, de Administração e de Serviços Públicos.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os senhores Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Sobre a mesa requerimento de autoria do senhor Deputado Narciso Parizotto, parabenizando o Município de Santa Cecília e Luzerna pela sua emancipação.

A Presidência defere.

Requerimento de autoria do senhor Deputado Narciso Parizotto, parabenizando o Município de Herval Velho pelo seu aniversário de emancipação político-administrativa.

A Presidência defere.

Requerimento de autoria do senhor Deputado Ivan Ranzolin, que solicita o envio de mensagem telegráfica aos familiares de Ângelo Grassi, em manifestação de pesar pelo seu falecimento.

A Presidência defere.

Requerimentos de autoria do senhor Deputado Gervásio Maciel, em número de quatro, que solicitam o envio de mensagem telegráfica aos Prefeitos, aos Presidentes das Câmaras de Vereadores e aos Presidentes dos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais de Laurentino, Tijucas, Witmarsum e Curitiba, cumprimentando-os pelo aniversário de emancipação político-administrativa destes Municípios.

A Presidência defere os quatro requerimentos, com a concordância, inclusive, do senhor Deputado Júlio Teixeira, representante do laborioso Município de Witmarsum.

Requerimento de autoria do senhor Deputado Norberto Stroisch, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao senhor Governador do Estado, solicitando a manutenção do escritório da Celesc em Piratuba.

Requerimento de autoria do senhor Deputado Neodi Saretta, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao senhor Governador do Estado, solicitando a manutenção do escritório da Celesc em Piratuba.

Em discussão os dois requerimentos.

(Pausa)

Não havendo quem os queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os senhores Deputados que os aprovam permaneçam como se encontram.

Estão aprovados e, evidentemente, serão anexados numa única mensagem.

O Sr. Deputado Reno Caramori - Senhor Presidente, peço a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Com a palavra, pela ordem, o senhor Deputado Reno Caramori.

O SR. DEPUTADO RENO CARAMORI - Senhor Presidente, nós queremos convocar, mais uma vez, os senhores Deputados que compõem a Comissão de Transporte, Desenvolvimento Urbano, Rural e Turismo para uma reunião logo após o término desta sessão, no plenarinho, com a presença do Secretário dos Transportes e Obras e outras tantas autoridades convidadas, com a empreiteira, para tratarmos do assunto referente à paralisação da rodovia acesso sul, da rodovia expressa, da via expressa acesso sul, com problemas de estagnação d'água e deterioração nas obras iniciadas.

Portanto, convocamos os senhores Deputados para que, após o término desta sessão, façam presença no plenarinho desta Casa.

Muito obrigado!

O Sr. Deputado Eni Voltolini - Peço a palavra, pela ordem, senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Com a palavra, pela ordem, o senhor Deputado Eni Voltolini.

O SR. DEPUTADO ENI VOLTOLINI - Senhor Presidente, quero me valer do ensejo para também convidar os Deputados membros da Bancada Suprapartidária Norte e Nordeste, que está há duas semanas buscando agendar com o Secretário dos Transportes uma audiência para verificação do andamento das obras do área Norte do Estado de Santa Catarina, para uma reunião.

Peço, então, para que se desloquem até o plenarinho a fim de que possamos realizar a reunião com o Secretário dos Transportes e Obras e com as representações do DER de Santa Catarina.

Então, peço a V.Exa. que me permita fazer esta solicitação aqui, deste microfone, para que os Deputados que se encontram em seus gabinetes e que pertencem à Bancada Suprapartidária Norte e Nordeste se valham desta oportunidade com a presença do Secretário nesta Casa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Feito isso, vamos ultimar os requerimentos.

O Sr. Deputado Reno Caramori - Peço a palavra, pela ordem, senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Com a palavra, pela ordem, o senhor Deputado Reno Caramori.

O SR. DEPUTADO RENO CARAMORI - Senhor Presidente, apenas endossando as palavras do Deputado Eni Voltolini, quero dizer que é importante a participação da Bancada Suprapartidária, até porque é difícil agendar uma outra reunião. É viável e em muito boa hora V.Exa. solicitou essa reunião, porque é

muito importante a participação de todos os senhores Deputados que compõem a Bancada Suprapartidária desta Casa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Requerimento de autoria do senhor Deputado Neodi Saretta, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao senhor Governador do Estado, pedindo um aumento dos recursos repassados ao Municípios que pertencem ao Programa Viva Luz.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os senhores Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Infelizmente, neste momento, é visível a falta de quórum, então, os demais requerimentos ficam retirados da pauta e incluídos na pauta da sessão de amanhã, lembrando aos senhores Parlamentares que o Projeto de Lei Complementar nº 04/97, de procedência governamental, que altera o anexo único da Lei Complementar nº 136, de 30 de fevereiro de 1995 (Funções gratificadas - implantação de quatro Coordenadorias Regionais de Educação - CREs), que estava na pauta da sessão de hoje, foi retirado e está sendo incluído na pauta da sessão de amanhã, por solicitação, inclusive, do Líder do Governo, que fez a retirada hoje.

Terminada a pauta da Ordem do Dia, passaremos à Explicação Pessoal.

Não havendo oradores inscritos, livre a palavra a todos os senhores Deputados.

(Pausa)

Não havendo quem queira fazer uso da palavra, encerramos a presente sessão convocando outra, ordinária, para amanhã, à hora regimental, com a seguinte Ordem do Dia: matérias em condições regimentais de serem apreciadas pelo Plenário.

Está encerrada a sessão.

ATA DA 070ª SESSÃO ORDINÁRIA

4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 13ª LEGISLATURA

EM 10 DE JUNHO DE 1998

PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO ODACIR ZONTA

Às nove horas, achavam-se presentes os seguintes Senhores Deputados: Adelar Vieira - Carlito Merss - Cesar Souza - Eni Voltolini - Gelson Sorgato - Gilson dos Santos - Herneus de Nadal - Ivan Ranzolin - João Henrique Blasi - Júlio Teixeira - Leodegar Tiscoski - Lício Silveira - Luiz Herbst - Manoel Mota - Miguel Ximenes - Narcizo Parisotto - Norberto Stroisch - Odacir Zonta - Olives Santini - Onofre Santo Agostini - Pedro Bittencourt - Reno Caramori - Romildo Luiz Titon - Volnei Morastoni - Wilson Wan-Dall.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Odacir Zonta) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito ao senhor Secretário "ad hoc", Deputado Gilson dos Santos, que proceda à leitura da ata da sessão anterior.

(É lida e aprovada a ata.)

Solicito ao senhor Secretário "ad hoc", Deputado Gilson dos Santos, que proceda à leitura do expediente.

O SR. SECRETÁRIO "AD HOC" (Deputado Gilson dos Santos) - O expediente consta do seguinte, senhor Presidente: OFÍCIOS NºS:

1302/98, do senhor Presidente da Câmara Municipal de Florianópolis, comunicando que o Plenário desta Casa Legislativa aprovou o Requerimento nº 151/98;

2221/98, do senhor Secretário de Recursos Hídricos do Ministério do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal, encaminhando cópia do Segundo Termo Aditivo ao Convênio MMA/SRH nº 020/95, celebrado entre este Ministério e o Governo desse Estado. GAP-5942/98, do Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado encaminhando cópia da decisão juntamente com demais peças que compõem o Processo nº PDA 205305/89, que trata do pedido de auditoria nas receitas e despesas do Ipesc;

GAP-6247/98, do Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado encaminhando o Processo nº PCG-0100303/82, que trata da prestação de

contas do Governo do Estado de Santa Catarina, referente ao exercício de 1997.

PROJETO DE LEI:

- de autoria do senhor Deputado Ivan Ranzolin, que altera a Lei nº 9.830, de 16.02.95, que dispõe sobre o tratamento diferenciado e simplificado à microempresa e à empresa de pequeno porte no campo do ICMS;

- de autoria do senhor Deputado Sérgio Silva, que acrescenta parágrafo ao art. 3º da Lei nº 5.793, de 16 de outubro de 1980.

CORRESPONDÊNCIA:

- do senhor Gerente de Mercado da Caixa Econômica Federal, comunicando a deliberação de parcelas para o Programa Pró-Saneamento;

- do senhor Reitor da Ufsc, encaminhando material referente à mobilização que está acontecendo em Curitiba para transformar aquela cidade em Capital do Mercosul.

Era o que constava do expediente, senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Odacir Zonta) - Quero agradecer, em nome da Presidência, a grande contribuição do nobre Deputado Gilson dos Santos. Fica registrada, nos Anais da Casa, mais uma vez, a participação e presença histórica deste Deputado que sempre está à disposição desta Casa e do povo catarinense.

Terminada a leitura do expediente, passaremos às Breves Comunicações.

Não havendo oradores inscritos, livre a palavra a todos os senhores Deputados.

(Pausa)

Não havendo quem queira fazer uso da palavra em Breves Comunicações, passaremos ao horário reservado aos Partidos Políticos. Hoje, quarta-feira, os primeiros 15 minutos são destinados ao PMDB.

Não havendo oradores inscritos do PMDB, livre a palavra a todos os Deputados do PMDB.

(Pausa)

Na ausência de Deputados do PMDB, os próximos nove minutos pertencem ao PT.

Não havendo oradores inscritos do PT, livre a palavra a todos os Deputados do PT.

(Pausa)

Na ausência de Deputados do PT, o próximo horário pertence ao PDT.

Não havendo oradores inscritos do PDT, livre a palavras a todos os Deputados do PDT.

(Pausa)

Na ausência de Deputados do PDT, o próximo horário pertence ao PPB.

Com a palavra o Deputado Reno Caramori, por até 16 minutos.

O SR. DEPUTADO RENO CARAMORI - Senhor Presidente e senhores Deputados, no prenúncio de uma Copa do Mundo, em que os brasileiros têm a absoluta certeza de uma vitória esmagadora já na sua estréia, nós, como Parlamentares, que temos a obrigação de defender as causas públicas aqui nesta Casa, estamos presentes nesta sessão que antecede o jogo do Brasil.

É importante essa participação, senhores Deputados, até porque ontem nós tivemos uma reunião da Comissão de Transporte, Desenvolvimento Urbano, Rural e Turismo, na qual estavam presentes os Deputados Leodegar Tiscoski, Norberto Stroisch, Eni Voltolini, Manoel Mota, Gelson Sorgato, assim como o Secretário dos Transportes e Obras, o Diretor Geral do DER, o representante do consórcio da CBPO, o Superintendente da obra da Via Expressa Sul, ou seja, do túnel e da via propriamente dita, que vai do centro da cidade até o aeroporto.

Contamos nesta reunião também com a presença dos representantes dos conselhos comunitários da Costeira do Pirajubaé, do norte da Ilha, do Saco dos Limões e da escola municipal que faz parte não da Via Expressa Sul mas da SC-401, e que está numa polêmica porque as obras atingiram parte do terreno, criando problemas de segurança para as crianças.

Estavam presentes também os Vereadores Alcino Vieira, Jaime Tonello e Lázaro, bem como representantes de empreiteiras.

Mais uma vez estamos aqui atendendo a solicitação das comunidades que constituem aquela população, que hoje estão sendo prejudicadas pela paralisação da obra da Via Expressa Sul.

Em setembro do ano passado, Deputado Leodegar Tiscoski, debatemos esse mesmo assunto, e o Governo do Estado, através da Secretaria dos Transportes e Obras, as-

sumiu o compromisso solenemente de que tomaria todas as precauções para que o problema da água que escoava dos morros daquela região fosse resolvido. Hoje está sendo represada pelo assoreamento das valas que dão acesso ao mar, criando problemas sérios, como proliferação de insetos, de ratos e outros bichos, contaminando crianças e moradores daquela região, além do perigo causado por chuvas um pouco mais acentuadas, que formam um alagadiço na região do Armazém Vieira e adjacências.

Não foi surpresa a informação que nos trouxe o Secretário dos Transportes e Obras. Ele nos disse que estão tomando providências. Havíamos convocado essa reunião para quinze dias atrás, mas eles não puderam comparecer. Nesse ínterim, talvez por mera coincidência, colocaram uma máquina para fazer a abertura das valas, tentando minimizar o problema.

Mas o que nós queremos realmente, Deputado Leodegar Tiscoski, é a palavra deste Governo de que vai retomar as obras da Via Expressa Sul. Tamanha é a surpresa de alguns que esperavam encontrar uma resposta pronta do Secretário de que as obras retomariam imediatamente ao andamento normal.

Esta empreiteira, a CBPO, do grupo do consórcio, hoje ainda tem R\$9.000.000,00 para receber.

O Sr. Deputado Leodegar Tiscoski - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO RENO CARAMORI - Pois não!

O Sr. Deputado Leodegar Tiscoski - Nobre Deputado, o que mais surpreende é que agora ficamos discutindo sobre a manutenção da obra inacabada, ou seja, os prejuízos que a obra está trazendo.

A empresa afirma que para a retomada da obra há necessidade de pagar, de quitar o passivo, que chega quase a R\$10.000.000,00. E ainda não equacionado o recurso para quitar esse passivo, principalmente não tendo o equacionamento para a retomada das obras, com custo altíssimo, a empresa contratada se sujeita a abandonar definitivamente a obra, significando mais problemas do que custos, que amanhã, quando a obra for retomada, serão muito superiores. É o caso da desmobilização, como é chamado, e depois, novamente, da mobilização na obra, que tem um custo altíssimo e, principalmente, a manutenção.

O túnel, por exemplo, que é um elemento dinâmico, não é estático, não sofre ainda o acabamento com revestimento de concreto, portanto, está sujeito a movimentos geológicos, a infiltração de água permanente. Há necessidade de um esgotamento daquela água que é depositada permanentemente no túnel, quer dizer, há necessidade de uma manutenção permanente. O abandono da obra, realmente, poderá gerar problemas seríssimos no futuro.

Então, tudo isso está sendo constatado e não se vê, de fato, nem uma solução para a continuidade da obra. Isso é o que mais preocupa. Além, é lógico, dos problemas advindos com a paralisação das obras do aterro, que tem trazido sérios problemas à comunidade que cerca a Costeira do Pirajubaé.

O SR. DEPUTADO RENO CARAMORI - Perfeitamente, Deputado Leodegar Tiscoski.

Nada como quem entende de obras rodoviárias, como o Deputado Leodegar Tiscoski, que é engenheiro respeitável no DER e que tem acompanhado, não só através da Comissão de Transportes mas no seu dia-a-dia, os problemas ocasionados não só pela paralisação desta obra como também por tantas ou-

tras que este Governo que aí está tem paralisado no Estado de Santa Catarina.

Mas o que nos preocupa mais ainda é a situação das empreiteiras que estão para receber.

O Secretário nos disse que continuam tentando viabilizar recursos para a realização desta obra, mas sabemos que os recursos da Caixa Econômica que estão programados para este ano, num total de cinco milhões e meio, e para o próximo ano, no valor de dez milhões e meio, não poderão ser utilizados para o pagamento de dívidas contraídas anteriormente. Portanto, o Governo deverá buscar nove milhões ou quase dez milhões para o pronto pagamento da dívida contraída anteriormente com essas empreiteiras.

E o Dr. Fernando, representante do consórcio, foi taxativo: não colocarão mais um centavo nessa obra se o Governo não sinalizar ou não pagar o que deve.

Portanto, este Governo continua enrolando a população de Florianópolis principalmente, e de Santa Catarina, Deputado Lício Silveira, porque esta obra não beneficia somente a Ilha, somente a população do litoral, é uma obra importantíssima que dá acesso ao aeroporto (para a internacionalização do aeroporto houve a necessidade do comprometimento do Governo na duplicação da Via Expressa Sul), bem como ao estádio de futebol, e a população que reside naquele trecho, que sofre as consequências diuturnamente.

O Sr. Deputado Gelson Sorgato - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO RENO CARAMORI - Concedo um aparte ao Deputado Gelson Sorgato, que estava presente ontem na reunião, porque tenho certeza de que ele ficou com a mesma impressão, ou seja, que os trabalhos desta obra neste ano não serão reiniciados.

O Sr. Deputado Gelson Sorgato - Deputado Reno Caramori, ouvindo a manifestação do Deputado Leodegar Tiscoski, quero dizer que ontem, na reunião Comissão de Justiça, o Superintendente e o Secretário foram muito claros quando disseram que não havia prejuízo nenhum na paralisação da obra. A não ser, então, que o Deputado Leodegar Tiscoski não entendeu a manifestação do Superintendente, para dizer que há prejuízo na paralisação da obra.

É lógico, a obra está parada e precisam ser retomados os trabalhos, Deputado Reno Caramori, mas quanto ao pagamento a empreiteira foi muito clara quando disse que se não houvesse pagamento não reiniciaria a obra.

Deputado Reno Caramori, essa obra foi iniciada e precisa ser retomada. Esperamos que o atual a retome e possa concluí-la, mas não podemos deixar de registrar aqui que essa obra foi iniciada e que nela foi aplicado um montante de recursos. Ainda temos que pagar uma parte dos recursos, mas nós temos que colaborar, ajudar o Governo a viabilizar esses recursos que se encontram na Caixa Econômica, exercícios 97 e 98, porém precisa a contrapartida do Estado. É lógico que o Governo não pode alavancar recursos sem ter receita própria e ações.

Então, Deputado Reno Caramori, acredito que os Vereadores que estiveram lá, o senhor, como Presidente da Comissão de Transportes e Obras...

A obra deve ser reiniciada, nem que seja com recursos específicos, mas nós, nesta Casa, temos que ajudar, colaborar para viabilizar. Se os recursos que aqui foram discutidos - Invesc-1 e Invesc-2 - e que o Governo...

Todos os Municípios do Estado de Santa Catarina que receberam recursos, mesmo que fossem, Deputado Ivan Ranzolin, da Invesc-1 e Invesc-2, com certeza, se V.Exa. for em cada um deles Municípios e perguntar se a obra era importante ou não, se tem juros para pagar - e eu gostaria que V.Exas. consultassem as bases -, eles nos dirão que os recursos repassados para as referidas obras eram necessários.

Acho que mesmo com a decisão no dia de ontem da não-privatização da Celesc teremos que fazer essa avaliação no futuro. Quem sabe no futuro ainda escutaremos desta Casa: "Não, as ações que estavam sendo vendidas não tinham um bom preço, mas agora o preço está bom". Quem sabe daqui há uns dias ouviremos: "Agora é bom privatizar, agora vai ser legal".

Então, sabemos que é mais função política do que função de continuidade de governo.

O SR. DEPUTADO RENO CARAMORI - Agradeço pelo aparte, Deputado Gelson Sorgato. Eu tenho certeza de que V.Exa. também está tentando fazer com que as coisas aconteçam, mas tenha a certeza de que não sai.

Quero também deixar registrada a presença, na reunião de ontem, do Deputado Volnei Morastoni.

Era isso que eu tinha a dizer.

Deputado Ivan Ranzolin, ainda temos cinco minutos dentro do tempo destinado ao PPB, se V.Exa. quiser fazer uso da palavra, nós lhe concedemos os minutos restantes.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Odacir Zonta) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, restam três minutos ao PPB.

Com a palavra o senhor Deputado Ivan Ranzolin.

O SR. DEPUTADO IVAN RANZOLIN - Nestes três minutos quero apenas refletir sobre a vitória obtida ontem na Assembléia Legislativa pelo povo de Santa Catarina.

Quero refletir aqui, Deputado Lício Silveira, que a atitude iniciada por V.Exa., o trabalho realizado pela Comissão de Justiça e o trabalho feito neste Plenário mostrou que não poderemos permitir que este Governo continue agindo como se o Estado fosse seu.

Ontem foi apenas uma vitória, mas haveremos de ficar alerta, porque o Governo continua agindo na Justiça, procurando o Supremo Tribunal Federal, procurando a Justiça para acobertar as suas iniciativas e os seus maus negócios.

Aliás, Deputado Lício Silveira, eu gostaria de falar um pouco sobre a Justiça, sobre o Poder Judiciário. Da forma como as coisas andam, acho que até não precisa mais haver a Assembléia Legislativa. Por que ter Congresso Nacional?

Porque todas as medidas que são aqui votadas, de acordo com a representação popular que têm os Deputados, votações sobre questões que dizem respeito à economia interna da Assembléia Legislativa, são alteradas pelo Poder Judiciário?

Aliás, quando alguém quer acobertar as suas falcatruas, ou alguém quer evitar uma punição imediata pelo Parlamento, vai para a Justiça, procura o Supremo Tribunal Federal, procura um juiz que deu uma liminar, e na realidade a Assembléia Legislativa não pode legislar sobre as questões que dizem respeito à sua economia, ao Regimento Interno e à própria Constituição.

Esse trabalho que V.Exa. fez, Deputado Lício Silveira, a nossa Bancada fez já quando votou a lei, aqui, de rolagem da dívida. Apresentamos um artigo impossibilitando a venda de ações sem a participação da Assembléia Legislativa.

O Supremo Tribunal Federal caçou e vai caçar mais essa. Eles vão para o Supremo e o Supremo caça, porque parece que há uma autoproteção entre o Supremo e o Poder Executivo. Mas nós, Deputado Lício Silveira, não vamos realmente ficar de braços cruzados. Se tivermos que tomar outras medidas conflitantes com as decisões que têm sido dadas pelo Supremo, como aquela do impeachment, decisões dirigidas, protetoras, vamos continuar aqui a nossa batalha, porque o Supremo não está preocupado com a economia de Santa Catarina, o Poder Executivo não está preocupado com a economia de Santa Catarina. Eles estão preocupados com os grandes negócios que têm feito e que têm enriquecido muita gente.

O futuro vai mostrar quantas pessoas do Governo de Santa Catarina estão realmente buscando benefícios próprios. Vamos verificar os destinos desses recursos que estão sendo dados para pessoas que estão buscando a sua eleição. Vejam as pessoas que passaram pelo Governo e que hoje estão fazendo campanhas caríssimas pelo Estado. De onde saem esses recursos?

Por isso, Deputado Lício Silveira, ontem foi uma vitória, uma vitória consagradora do nosso trabalho feito na Comissão de Justiça, do Deputado Olices Santini, que foi Relator por duas vezes, e foi também uma vitória do povo. Foram 21 votos de responsabilidade.

E aí eu pergunto: onde estava a Bancada do PMDB ontem? Saiu para não votar contra, porque eles estão convencidos, como disse a V.Exa. o ex-Secretário da Casa Civil, Eduardo Pinho Moreira. Realmente, esse negócio é sujo!

Por isso, Deputado Lício Silveira, isso tem que ser repercutido. Temos que mostrar para a sociedade catarinense que estamos aqui defendendo os interesses da sociedade, enquanto esse Governo está jogando para baixo do tapete a sujeira da sua administração.

O Sr. Deputado Lício Silveira - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO IVAN RANZOLIN - Pois não, Deputado!

O Sr. Deputado Lício Silveira - Deputado Ivan Ranzolin, V.Exa. tocou em um assunto de extrema importância: o comportamento da Justiça. V.Exa. acompanha de perto, assim como todos os Deputados acompanharam, como V.Exa. falou, o caso das Letras, eis que chegaram a mudar a Constituição do Estado de Santa

Catarina. V.Exa. inclusive abordou esse assunto. Mudaram a Constituição do Estado de Santa Catarina de uma forma vergonhosa.

O SR. DEPUTADO IVAN RANZOLIN - De todos os Estados!

O Sr. Deputado Lício Silveira - De todos os Estados e de forma não escrita, mudaram de forma verbal, V.Exa. sabe disso!

O SR. DEPUTADO IVAN RANZOLIN - Sei disso! O Ministro que deu essa liminar devia ter vergonha de ser Ministro, deveria pedir desculpas para o povo brasileiro e ir para casa dormir.

O Sr. Deputado Lício Silveira - Eu quero dizer - inclusive denunciei isso à imprensa - que fui procurado por certos investidores que me disseram: "Quanto a essa sua lei" - eles diziam assim: essa sua lei -, "estamos sendo informados que a Justiça vai derrubar, porque já está tudo acertado".

Atentem para a expressão que usaram: "Já está tudo acertado". Mas estava acertado com quem? Com a Justiça! Já está tudo equacionado! Mas quem fala isso? São os diretores das empresas que nos dizem para não nos preocuparmos, para irmos ao leilão. Está aqui o caso da Justiça. O Estado ganha tranquilamente, já está todo acertado o caminho.

Bom, daí é que vem a nossa repulsa. Por isso, conversamos com V.Exa. e com os demais Deputados, inclusive com os Deputados desta Casa que fazem oposição ao Governo, o que deu origem à segunda lei, que teve origem nessa expressão que esses cidadãos usaram quando me visitaram, eis que afirmavam que na Justiça já estava tudo acertado. Se o negócio funciona dessa forma, temos que, este Poder, ter uma conversa séria com aquele outro Poder.

O SR. DEPUTADO IVAN RANZOLIN - É, Deputado Lício Silveira, agora me traz aqui o Deputado Eni Voltolini uma bandeira do Brasil, que todos nós estamos carregando e hoje mais do que nunca vamos levantar bem alto, que está sendo entregue pelo Governo do Estado de Santa Catarina.

Ele está fazendo bandeiras para distribuir para a população. É um ato elogiável e é uma prova de que está sobrando dinheiro, de que tem bastante dinheiro. Este Governo tem dinheiro guardado, Deputado Gilson dos Santos, que dá para pagar dez vezes o 13º salário. E não estão pagando, porque estão guardando para a campanha.

O SR. Deputado Gilson Dos Santos (Intervindo) - Não gastar bastante, agora.

O SR. DEPUTADO IVAN RANZOLIN - Mas assim é bom, porque eles gastam, e o dinheiro que eles tiraram do povo acaba voltando para o povo. É uma forma de voltar o dinheiro para o povo.

O Sr. Deputado Reno Caramori - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO IVAN RANZOLIN - Pois não!

O SR. Deputado Reno Caramori - Só para complementar gostaria de dizer que essa bandeira é café pequeno perto do que eles gastam na televisão, no jornal, em todos os jornais do interior, em rádios do interior. O que

eles estão gastando é um absurdo! Por isso, continuo afirmando que este Governo tem dinheiro, só que está aplicando muito mal.

O SR. DEPUTADO IVAN RANZOLIN - É. O não-pagamento do 13º salário, Deputado Reno Caramori, é um disfarce para dizer que o Governo não pode pagar seus funcionários, para todo mundo dizer que o Governo não tem dinheiro. Mas eu asseguro a V.Exa. que têm muito dinheiro, porque a arrecadação é muito grande, e o Governo ainda trabalhou com muitos recursos vindos de fora, assim como a própria rolagem da dívida. Eles nos afirmaram, sempre, que a rolagem da dívida ia baixar de vinte para dez milhões o recolhimento mensal, mas continua ainda em vinte.

Então, na realidade, este Governo não é sério, não merece a nossa consideração. E a única coisa que temos que fazer, Deputado Lício Silveira, é cuidar como estamos cuidando. Inclusive já vou fazer uma proposição a V.Exa.: a sua Bancada tem que estudar para ingressar já com um outro projeto de lei semelhante àquele de V.Exa., porque quando a Justiça cassar esse, já estaremos com outro na rua, e assim vai, é um em cima do outro. Eles vão cassando uma lei, e já estaremos com outra.

Temos que preparar um projeto de lei impeditivo e trazê-lo ao Plenário, um projeto de lei mais ou menos semelhante àquele que V.Exa. fez. A nossa Bancada já tem que entrar com um outro projeto, na segunda-feira, para tramitar na Casa, para realmente termos um novo instrumento nas mãos, porque eles vão vir com a Justiça. Esse Supremo Tribunal tem voltado as costas para o povo e vai trazer mais uma dificuldade para nós. Então, já temos que bolar mais um remédio legislativo para proteger o povo contra a atitude deste Governo.

Devo registrar aqui, antes de encerrar, que a única Bancada presente neste Plenário é a Bancada do PPB. Chegou, agora, aqui o Deputado Manoel Mota. E quero dizer que quem está na Presidência não compõe uma Bancada em Plenário. Mas registro a presença em Plenário do Deputado Adelor Vieira, do Deputado Manoel Mota e da Bancada do PPB.

Senhores Deputados, vou encerrar as minhas manifestações abrindo a bandeira do Brasil, pedindo a V.Exas. para torcer pelo País. Hoje vamos fazer, seguramente, três a zero. Este é o meu placar.

Deputado Pedro Bittencourt, estou aqui saudando a bandeira brasileira, porque daqui para a frente tudo é Brasil.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Odacir Zonta) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, o próximo espaço pertence ao PFL.

Com a palavra o senhor Deputado Adelor Vieira por até nove minutos.

O SR. DEPUTADO ADELOR VIEIRA - Senhor Presidente e senhores Deputados, para provar ao decano Deputado Ivan Ranzolin que quem preside a Mesa também faz parte do Plenário, a não ser que haja um outro Regimento, um outro recinto, este Deputado registra que se faz presente na Bancada do PFL.

Também gostaria de fazer coro com os Deputados que me antecederam quanto à

caótica situação que vive o Estado de Santa Catarina nesse desgoverno financeiro e administrativo.

É lamentável o que se questiona nos quatro cantos do nosso Estado; a pergunta é sempre essa: tem Governo em Santa Catarina? Quando o Governo vai pagar as contas? Quando este Governo vai pagar o 13º salário? Quando o Governo vai fazer o repasse para as fundações educacionais?

Eu tenho dezenas de correspondências de alunos, tenho correspondências de fundações educacionais que já não sabem mais o que fazer para conseguir o que lhes é de direito, Deputado Lício Silveira!

Há ações na Justiça daqueles menos favorecidos, que clamam pelo seu direito, que necessitam de um advogado para lhes assistir nesse clamor diário.

Na semana passada, os centros comunitários, os centros sociais urbanos, que são instituições do próprio Governo mas administrados por voluntários das comunidades, ameaçaram paralisar suas atividades. Estão fazendo a maior pressão, por insistência desta Casa, de vários senhores Deputados, o Governo parece que repassou alguma coisa, algum lenitivo para os centros sociais urbanos, pelo menos para tapar a boca.

Mas, quando nós chegamos nas outras instituições que têm convênio, como as creches, por exemplo!...

As creches são entidades que fazem um trabalho por amor e com amor, e durante muitos anos tiveram sinalização de Governos para convênios, inclusive deste Governo, que não honra os seus compromissos. As creches estão com convênios do ano passado pendentes de pagamento ainda.

Eu recebi um apelo veemente de creches da minha região, e se não houver o repasse das parcelas elas também vão fechar, vão encerrar suas atividades, porque não há mais como socorrer aquelas crianças, eis que o Governo não honrou os seus compromissos do ano passado ainda. Nós já estamos entrando no segundo semestre deste ano e o Governo não sinaliza nada para essas instituições.

Então, é lamentável que este Governo proceda assim. Vimos aqui agora essa despesa, que não é muito, com a bandeira, o que é bom, pois que bom seria se nós fôssemos mais educados na prática do civismo, se amássemos mais a nossa bandeira. Agora, eu creio que esse procedimento deveria ser feito depois do Governo ter honrado os seus compromissos no atendimento principalmente às crianças, aos alunos, que têm direito de receber do Estado aquilo que a Constituição determina e lhes dá de direito.

Quero, mais uma vez, registrar o meu descontentamento, a minha insatisfação por ver tanta necessidade, tantas obras paralisadas e o Governo contemplar algumas Prefeituras, algumas instituições marcadas por favores que já se conseguiu e quem sabe por outros que se estão prometendo.

Então, é um Governo que faz discriminação, que atende apenas aos seus interesses. Lamentavelmente isso está acontecendo.

Mas eu creio que isso não deve perdurar por muito tempo. Um dia ainda voltaremos a ter um Governo sério, um Governo que atenda aos anseios da comunidade. Eu acho que não devemos desanimar, não!

Nós devemos continuar aqui protestando contra esses maus atos, contra essa gestão confusa que vem sendo realizada pelo nosso Governo, e fazer com que num futuro

não muito distante tenhamos alguém que realmente esteja preparado, que realmente tenha condições de governar os catarinenses de uma forma mais correta, mais justa.

Os recursos são parcos, é verdade, mas a distribuição está sendo feita de uma forma errônea. Nós mesmos, aqui no Poder Legislativo, infelizmente, estamos sendo preteridos. Esta Casa não está sendo honrada, não está tendo o devido tratamento! Nós estamos sendo preteridos em todos os sentidos pelo Poder Executivo, do qual deveríamos, sim (eu dizia ao Deputado Odacir Zonta), exigir mais respeito, porque existe dinheiro, sim!

O contribuinte ainda não boicotou os cofres do Estado de Santa Catarina. O contribuinte está honrando os seus compromissos, só que os repasses não estão vindo, não só para o Poder Legislativo como também para o Poder Judiciário, para o Tribunal de Contas e para as demais instituições que recebem, constitucionalmente, uma parcela daquilo que a sociedade contribuiu para os cofres do Estado.

Não posso silenciar! E como membro da Mesa Diretora desta Casa, como co-responsável pela administração desta Casa, entendo que devemos tomar medidas mais enérgicas, cobrar mais, a fim de que pelo menos esta Casa não seja inviabilizada administrativamente e possamos desempenhar a nossa função de forma independente, mas com coragem, com garra, com denodo.

Por isso, precisamos dos recursos necessários a esta Casa. Que não sejam preteridos, que o Poder Legislativo de Santa Catarina tenha a devida atenção e o respeito que merece!

Para concluir, gostaria de dar conhecimento dos demais Pares que dei entrada recentemente a um projeto de lei que julgo da maior importância para o Estado de Santa Catarina, principalmente para a classe estudantil, para os jovens que sendo portadores de deficiência física têm dificuldade de se locomover.

O projeto visa dar a eles preferência na matrícula, um espaço reservado na escola mais próxima de sua residência, porque recebemos apelos de pessoas que não podem ir para uma escola distante porque, pela deficiência física, não podem se locomover.

Então, o nosso projeto de lei visa garantir uma vaga na escola mais próxima da residência dessas pessoas, e espero que, por ele ser de um cunho social muito grande, possa encontrar guarida dos meus nobres Pares e que possamos aprová-lo logo, a fim de já ser lei quando as matrículas forem abertas no segundo semestre.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Odacir Zonta) - Passaremos à Ordem do Dia.

Esta Presidência comunica a justificativa de ausência dos senhores Deputados Jorginho Mello, Narcizo Parisotto e Vanderlei Rosso.

É visível a falta de quórum para deliberar. Por isso, esta Presidência apenas homologa os seguintes requerimentos, que estão sobre a mesa:

Requerimentos de autoria do Deputado Odacir Zonta, que solicitam o envio de mensagem telegráfica ao Prefeito Municipal de Marema, cumprimentando-o pelo transcurso do aniversário de emancipação político-administrativa do Município; à Prefeita de Curitiba, cumprimentando-a pelo aniversário de emancipação político-administrativa do

Município; e à Cooperativa de Fornecimento de Insumos Agropecuários Ltda., de Xanxerê, cumprimentando-a pelo seu aniversário de fundação, extensivo aos funcionários e associados.

A Presidência defere de plano.

As demais matérias constantes da Ordem do Dia de hoje ficam transferidas para segunda-feira, no horário regimental.

Terminada a Ordem do Dia, passaremos à Explicação Pessoal.

Não havendo oradores inscritos, livre a palavra a todos os senhores Deputados.

O Sr. Deputado Romildo Titon - Senhor Presidente, peço a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Odacir Zonta) - Com a palavra, pela ordem, o Deputado Romildo Titon.

O SR. DEPUTADO ROMILDO TITON - Senhor Presidente, gostaria que V.Exa. determinasse a retirada das palavras que aqui foram ditas pelo Deputado Ivan Ranzolin: que nenhum Deputado do PMDB estava no Plenário.

Eu queria dizer ao Colega que cheguei antes dele; assinei o ponto e ele não estava aqui. Eu estava apenas no barzinho tomando café.

Ele também disse que não havia ninguém da Bancada do PMDB na sessão de ontem. Acho que ele se enganou, porque eu estive aqui durante toda a sessão; participei, votei, juntamente com mais dois Colegas, que participaram também.

Então, ele não pode colocar que nenhum Deputado da Bancada do PMDB estava aqui.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Odacir Zonta) - Fica, portanto, registrado nos Anais da Casa a presença dos senhores Deputados da Bancadas do PMDB; do PT, com a presença agora do Deputado Carlito Merss; do PFL e principalmente do PPB, que compôs a maior presença nesta sessão.

O Sr. Deputado Ivan Ranzolin - Senhor Presidente, peço a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Odacir Zonta) - Com a palavra, pela ordem, o Deputado Ivan Ranzolin.

O SR. DEPUTADO IVAN RANZOLIN - Senhor Presidente, para restabelecer a verdade, o registro que fiz foi que no momento estava presente apenas a Bancada do PPB, que o Deputado Manoel Mota estava no Plenário representando o PMDB e que o Deputado Adelor Vieira, da Bancada do PFL, estava presidindo a Mesa.

Então, vamos restabelecer a verdade, porque o que eu falei foi o que no momento estava acontecendo: do PMDB estava apenas o Deputado Manoel Mota, e fiz questão de dizer que estava representando a Bancada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Odacir Zonta) - Feito o registro.

O Sr. Deputado João Henrique Blasi - Peço a palavra, pela ordem, senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Odacir Zonta) - Com a palavra, pela ordem, o Deputado João Henrique Blasi.

O SR. DEPUTADO JOÃO HENRIQUE BLASI - Senhor Presidente, eu quero socorrer e

me solidarizar com as palavras do Deputado Romildo Titon, tendo em vista o lamentável registro feito pelo Deputado Ivan Ranzolin, que pega um determinado momento da reunião em que as presenças são circunstanciais para afirmar que está presente apenas um Deputado do PMDB.

Não sei a que título, não sei por que razão, não sei por que motivação! É lamentável que um Parlamentar experiente como o Deputado Ivan Ranzolin possa tratar desta forma Colegas na Assembléia Legislativa e de uma Bancada que tem participado ativamente nesta Casa. Tanto é verdade, que se fizesse o registro nesta hora seria para dizer que a Bancada com a maior presença neste momento é a do PMDB!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Odacir Zonta) - Feito o registro, gostaríamos de invocar o pensamento positivo de todos os Parlamentares, dos funcionários desta Casa, dos visitantes para que iniciemos mais essa participação na Copa do Mundo com o pé direito. Vamos juntos caminhar de cabeça erguida, torcendo para o nosso País.

Continua livre a palavra a todos os senhores Deputados.

(Pausa)

Não havendo quem queira fazer uso da palavra, esta Presidência, antes de encerrar a presente sessão, convoca outra, ordinária, para amanhã, à hora regimental, com a seguinte Ordem do Dia: matérias em condições regimentais de serem apreciadas pelo Plenário.

Está encerrada a sessão.

ATA DA 071ª SESSÃO ORDINÁRIA

4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 13ª LEGISLATURA

EM 15 DE JUNHO DE 1998

PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO NEODI SARETTA

Às quatorze horas, achavam-se presentes os seguintes Senhores Deputados: Adelor Vieira - Afonso Spaniol - Carlito Merss - Cesar Souza - Ciro Roza - Eni Voltolini - Francisco Küster - Gelson Sorgato - Gervásio Maciel - Gilmar Knaesel - Gilson dos Santos - Herneus de Nadal - Ideli Salvatti - Idelvino Furlanetto - Jaime Mantelli - João Henrique Blasi - Jorginho Mello - Júlio Teixeira - Leodegar Tiscoski - Lício Silveira - Luiz Herbst - Manoel Mota - Miguel Ximenes - Narcizo Parisotto - Neodi Saretta - Norberto Stroisch - Odacir Zonta - Olives Santini - Onofre Santo Agostini - Pedro Bittencourt - Pedro Uczai - Reno Caramori - Romildo Luiz Titon - Udo Wagner - Vanderlei Rosso - Volnei Morastoni.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Vanderlei Rosso) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito ao senhor Secretário "ad hoc", Deputado João Henrique Blasi, que proceda à leitura da ata da sessão anterior.

(É lida e aprovada a ata.)

Solicito ao senhor Secretário "ad hoc", Deputado João Henrique Blasi, que proceda à leitura do expediente.

O SR. SECRETÁRIO "AD HOC" (Deputado João Henrique Blasi) - O expediente consta do seguinte, senhor Presidente:

MENSAGEM DO SENHOR GOVERNADOR DO ESTADO NºS:

3611, encaminhando projeto de lei que dispõe sobre a estrutura e organização do Sistema Financeiro do Estado de Santa Catarina e estabelece outras providências;

3612, comunicando que vetou integralmente o projeto de lei que cria o Conselho Estadual de Direitos Humanos - CEDH, e adota outras providências;

3585, 3591, 3592, 3593, 3594, 3595, 3596, 3600, 3605, 3606 e 3607, encaminhando termos de convênio firmados pelos Governo do Estado, através da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social e da Família, com as entidades e Municípios que menciona;

3578, 3579, 3580 e 3604, encaminhando termos de convênio firmados pelo Governo do Estado, através da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Rural e da Agricultura, a Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina S/A - EPAGRI -, a Companhia Integrada de Desenvolvimento de Santa Catarina S/A - Cidasc, com os Municípios que menciona;

3581, 3584, 3588, 3589, 3597, 3598, 3599, 3603, encaminhando termos de convênio firmados pelo Governo do Estado, através da Secretaria de Estado da Educação e do Desporto, com os Municípios que menciona;

3582, encaminhando termo de convênio firmado pelo Governo do Estado, através da Junta Comercial do Estado - Jucesc com a Associação Comercial e Industrial de Herval D'Oeste;

3583, encaminhando termo de convênio firmado pelo Governo do Estado, através da Secretaria de Estado da Justiça e Cidadania com os Municípios que mencionam;

3586, encaminhando termo de convênio firmado pelo Governo do Estado, através da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico e Integração ao Mercosul com a Univali, sediada no Município de Itajaí;

3587, encaminhando termo de convênio firmado pelo Governo do Estado, através do Departamento de Estradas de Rodagem de Santa Catarina - DER, a Fundação Vida - Apoio à Família Catarinense com o Município de Videira;

3590, encaminhando termos de convênio firmados pelo Governo do Estado, através da Secretaria de Estado da Fazenda com as entidades que menciona;

3601, encaminhando terceiro termo aditivo ao convênio firmado pelo Governo do Estado, através do Departamento de Estradas de Rodagem - DER, com a Associação dos Servidores do DER-SC, Asdervim, sediada no Município de Brusque;

3602, encaminhando primeiro termo aditivo ao convênio firmado pelo Governo do Estado, através da Secretaria de Estado da Justiça e Cidadania, com a interveniência da Secretaria Extraordinária para implantação do Programa de Qualidade e Produtividade no Serviço Público Estadual, com a Universidade Federal de Santa Catarina;

3608, encaminhando primeiro termo aditivo ao convênio firmado pelo Governo do Estado, através da Secretaria de Estado da Segurança Pública, gestora do Fundo para Melhoria da Segurança Pública com a Universidade da Região de Joinville - Univille, sediada no Município de Joinville;

3609, encaminhando primeiro termo aditivo ao convênio firmado pelo Governo do Estado, através da Secretaria de Estado da Segurança Pública, gestora do Fundo para Melhoria da Segurança Pública e a Fundação Universidade da Região de Blumenau - Furb, sediada no Município de Blumenau.

OFÍCIOS NºS:

389/98, do senhor Secretário de Estado dos Transportes e Obras, reportando-se ao Ofício nº DP/248/98, que encaminhou cópia da Indicação nº 052/98;

390/98, do senhor Secretário de Estado dos Transportes e Obras, reportando-se ao Ofício DP/053/98, que encaminhou cópia da Indicação nº 016/98;

391/98, do senhor Secretário de Estado dos Transportes e Obras, reportando-se ao Ofício DP/257/98, que encaminhou cópia da Indicação nº 058/98;

534/98, do Presidente da Câmara de Vereadores de Tubarão, encaminhando requerimento aprovado pelo Plenário do Poder Legislativo Tubaronense.

PROJETO DE LEI:

- de autoria do senhor Deputado Júlio Teixeira, que declara de utilidade pública o Grupo de Trabalho Comunitário Catarinense - GTCC, com sede e foro na cidade e Comarca de Florianópolis.

CORRESPONDÊNCIA:

- da APP, da Direção, Professores e Funcionários da E. B. Professor Antônio Francisco de Campos, solicitando empenho no sentido de que seja favorável ao Projeto de Lei Complementar nº 04/97, o qual oferece condições absolutamente necessárias para o funcionamento das CRES, recentemente criadas.

TELEX:

- do Presidente do Supremo Tribunal Federal, comunicando decisão por votação unânime, suspendeu, com eficácia ex nunc, até final do julgamento da ação direta, a execução e aplicabilidade da cláusula final inscrita no art. 4º e do § 3º do art. 5º, ambos da Lei Complementar nº 160, e, por votação majoritária, indeferiu o pedido de suspensão cautelar de eficácia do § 3º do art. 2º desse mesmo diploma legislativo estadual.

Era o que constava do expediente, senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Vanderlei Rosso) - Terminada e leitura do expediente, comunico que temos sobre a mesa o Requerimento nº 328/98, de autoria do Líder da Bancada do PT, Deputado Pedro Uczai, subscrito pelo Líder das Bancadas do PPB, PFL, PMDB, PSDB e PDT, através do qual pedem uma reunião especial, hoje, para discutir o sistema estadual de ensino.

Sendo assim, convido para dirigir os trabalhos dessa reunião especial o Deputado Pedro Uczai, que contará com a participação dos Líderes das outras Bancadas e das entidades aqui representadas.

Está suspensa a presente sessão até as 16h.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) (Faz soar a campainha) - Estão reabertos os trabalhos da sessão ordinária.

Convidamos as pessoas que estavam participando do debate para acompanharem a nossa sessão. Poderão utilizar as cadeiras destinadas aos assistentes.

Esta Presidência comunica que se encontra sobre a mesa a justificativa de ausência do senhor Deputado Ivo Konell, por estar cumprindo roteiro na região de Jaraguá do Sul.

Passaremos à Ordem do Dia.

Solicito ao Primeiro Secretário, Deputado Odacir Zonta, que proceda à chamada dos senhores Deputados para verificação de quórum.

(Procede-se à chamada dos senhores Deputados.)

Estão presentes 23 senhores Deputados.

Há quórum para deliberação.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei Complementar nº 004/97, de procedência governamental, que, em regime de urgência, altera o anexo único da Lei Complementar nº 136, de 30 de fevereiro de 1995 (funções gratificadas/implantação de quatro Coordenadorias Regionais de Educação - CRES).

Conta com parecer favorável da Comissão de Constituição, Justiça e Redação de Leis.

Em discussão.

O Sr. Deputado Romildo Titon - Peço a palavra, senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Com a palavra o Deputado Romildo Titon.

O SR. DEPUTADO ROMILDO TITON - Senhor Presidente e senhores Deputados, na última reunião foi solicitado que nós trouxéssemos algumas explicações ou alguns dados a mais para alguns Parlamentares que ainda não têm posição definida com relação a este projeto. Estamos tentando, na medida do possível, contribuir para que este projeto tenha a sua aprovação na tarde de hoje, tendo em vista que quando o projeto de lei que criou as referidas CRES foi aprovado por este Poder Legislativo nele não constava, então, a criação de cargos que seriam exercidos por pessoas que estariam à frente da administração desses departamentos regionais.

Por isso surgiu esse projeto de lei, que modifica o quadro de funções gratificadas da Secretaria da Educação.

Ele é muito simples, muito bem explicado, e eu acredito que qualquer Parlamentar que faça uma leitura minuciosa vai entender que não há nenhum segredo ou malandragem na questão deste Projeto de Lei Complementar nº 04/97, porque ele apenas muda o quadro que está anexo ao projeto de lei.

O quadro anterior a que a lei se refere possui 660 cargos de funções gratificadas. O quadro atual que se está criando passa a ter apenas 546. Não quer dizer que essas funções estejam ligadas às CRES, elas são, na sua totalidade, da Secretaria Estadual da Educação.

O que muda nessa questão? O quadro atual cria quatro funções em cada CRE: Assistência de Coordenação Regional, que até então tinha 22 funções gratificadas e passa a ter 26, correspondendo a 90% dos seus vencimentos; Diretor Regional de Ensino, que também tinha 22 na sua totalidade e passa a ter 26; Diretor Regional de Municipalização e

Assistência ao Estudante, que de 22 passa para 26; e Diretor Regional de Administração e Controle, de 22 passa para 26. Estas quatro funções gratificadas correspondem a 90% dos seus vencimentos.

Quando falo que são 72 cargos que estão sendo criados, também estão, em cada CRE, as funções de Integrador de Educação Especial, Integrador de Educação Religiosa Escolar, Integrador Desportivo, Integrador de Ensino, Integrador de Serviço Municipal e Assistência ao Estudante, Responsável Regional para Construções Escolares, Responsável Regional para Administração de Recursos Humanos, Responsável Regional para Administração Financeira e Serviços Gerais e Responsável Regional para o Serviço de Informática.

Todos estes, dentro daquele quadro que possuía 22 funções, e que passam para 26. Quer dizer, aumenta apenas quatro funções gratificadas de cada diretoria representativa no Estado todo.

Em resumo, senhores Parlamentares, são extintas da sua totalidade 186 funções e estão sendo criadas 72. Então, na verdade, deixam de existir 114 funções gratificadas dentro desse quadro. Portanto, não está sendo criado nenhum cargo, estão sendo transformados, e a repercussão financeira é mínima.

O quadro que está anexo representa as funções que foram extintas de 24 mil reais, se não me falha a memória, e os cargos que estão sendo criados para as CRES, que foram aprovados pela Assembleia Legislativa, passam a ter um valor de 22.850 reais. Então, além disso tem uma diferença de dois mil reais entre os quadros que estão sendo extintos com os que estão sendo criados. Portanto, não há aumento de despesa, pelo contrário, há uma redução em torno de dois mil reais nas funções que estão sendo criadas para as CRES.

Esta é a explicação que eu trouxe àqueles que porventura não tenham entendido o projeto de lei. Há algumas diversificações, porque algumas das funções representam 90% dos vencimentos e outras representam 70% apenas, totalizado (as funções que foram criadas para as CRES) R\$22.850,40.

O Sr. Deputado Gilson dos Santos - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO ROMILDO TITON - Pois não!

O Sr. Deputado Gilson dos Santos - Na última sessão da Assembleia fizemos o encaminhamento da votação optando pela aprovação do projeto, e na oportunidade até consultamos outros Partidos Políticos. O que se verifica neste momento, como é um projeto de lei complementar, precisa de 21 votos, e eu não vejo, Deputado Romildo Titon, a possibilidade da sua aprovação no dia de hoje, porque não se vai conseguir esses 21 votos.

Esta é a realidade que pesa neste momento, razão pela qual eu temo que este projeto vá à votação e não alcance o quórum devido.

A nossa posição pessoal é de votar favorável, mas teríamos que fazer mais uma chamada para verificar se o quórum melhorou ou não, e se não melhorar o projeto evidentemente não terá sucesso.

O Sr. Deputado Afonso Spaniol - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO ROMILDO TITON - Pois não!

O Sr. Deputado Afonso Spaniol - V.Exa. estava colocando que não haveria aumento de despesa por parte do Estado. Eu gostaria de entender melhor essa parte.

O SR. DEPUTADO ROMILDO TITON - Foi-me pedido, na última sessão, que eu trouxesse um comparativo financeiro para ver o que aumentaria. Essa questão, se não me engano, foi pedida pelo Deputado Pedro Uczai, não é?

O Sr. Deputado Pedro Uczai - Isso. E só mais uma pergunta na esteira do Deputado Afonso Spaniol: V.Exa. disse que serão extintos 186 cargos gratificados e criados 72. Gostaria de saber se esses 186 cargos que serão extintos estão ocupados por profissionais, ou eles estão dentro do cronograma possível de serem nomeados? Eles tinham dotação orçamentária ou existem *pro forma*, no papel? Queria entender um pouco melhor nessa direção.

O SR. DEPUTADO ROMILDO TITON - Não, Deputado Pedro Uczai, os cargos que estão sendo extintos, na faixa de 186, na verdade eles se transformam em 114 extintos, porque transformam 72.

Então, na verdade serão extintos 114 cargos. Acredito eu (e não busquei esta informação, Deputado Pedro Uczai) que se os cargos estão sendo extintos é porque não estavam sendo utilizados como função gratificada. Esse é o entendimento que eu tenho pessoalmente, senão iriam fazer falta, dentro das circunstâncias.

Com esses cargos extintos é que somavam R\$24.580,53. Os cargos criados pelas CREs somariam R\$22.850,40. Não sei se me fez entender!

O Sr. Deputado Pedro Uczai - Pedimos que V.Exa. repita o número, porque aqueles cargos gratificados dariam 20 mil e agora 22 mil. É isso?

O SR. DEPUTADO ROMILDO TITON - Está anexo ao projeto um quadro dos cargos que foram extintos. São 160 funções responsáveis por direção de escola reunida, que somavam R\$18.465,28, 7 secretários de núcleo de ensino modularizado e 7 responsáveis por turno de funcionamento. Estes foram os cargos extintos, que somavam R\$24.580,53.

Agora, passam a criar aqueles cargos que recentemente acabei de ler, os cargos especificamente para as CREs, que estão sendo transformados, o que soma R\$22.850,40.

O Sr. Deputado Norberto Stroisch - V.Exa. nos concede um aparte?

O SR. DEPUTADO ROMILDO TITON - Pois não!

O Sr. Deputado Norberto Stroisch - Só para esclarecimento: esses cargos que estão sendo extintos estavam sendo ocupados?

O SR. DEPUTADO ROMILDO TITON - Eu acredito que não, Deputado Norberto Stroisch, porque senão não iriam extinguir. Eles transformaram, portanto, acredito, os que estavam sendo ocupados. Alguns foram transformados, outros estão apenas sendo extintos, porque certamente não estavam mais sendo utilizados.

Senhor Presidente, gostaria de mais alguns minutos, porque o assunto é importante.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - V.Exa. dispõe de mais cinco minutos.

O SR. DEPUTADO ROMILDO TITON - Vamos dar um exemplo aqui, Deputado Norberto Stroisch: 160 funções responsáveis por direção de escola reunida, a municipalização, e a maioria está deixando de existir. Acho que é isso, acredito que não estão sendo pagos.

O Sr. Deputado Norberto Stroisch - Está esclarecido!

O Sr. Deputado Eni Voltolini - V.Exa. nos concede um aparte?

O SR. DEPUTADO ROMILDO TITON - Pois não!

O Sr. Deputado Eni Voltolini - Deputado Romildo Titon, inicialmente desejei lhe agradecer pelas informações que V.Exa. traz como Líder do Governo, mas quero antecipar-lhe que há uma pequena discordância com relação a um número que V.Exa. traz ao Plenário, além de uma dúvida maior que ainda subsiste por conta do PL-035.7/98, que não é objeto dessa discussão e que traz para a Casa uma autorização de crédito especial de recursos, exatamente destinados a essas novas unidades regionais de educação. Ele vem trazendo a solicitação do montante de R\$173.000,00, quando a Diretoria de Planejamento e Coordenação, Gerência, Estatística e Informática havia nos informado que o custo de criação dessas CREs resultaria em R\$26.429,76.

Eu sei que essa discussão se travará num outro momento e volto a reafirmar que não é esse o projeto que está em discussão, mas manifesto aqui a minha incompreensão com relação aos números apresentados inicialmente para a manutenção dessas unidades, e que agora parece-me que não sobreviveram, já que o próprio Governo encaminha para nós um pedido de suplementação destinada à consolidação dessas novas CREs.

Com relação ao projeto que estamos discutindo, é verdadeira a informação de V.Exa., é correta a informação de alteração de 114 cargos no confronto entre o que se cria e o que se elimina. Apenas há uma divergência onde V.Exa. fala que não há elevação da despesa, eis que um estudo que temos fala em uma alteração de R\$24.580,00 entre os diversos cargos criados e eliminados, por conta exatamente dessa diferença de percentual que é atribuída para algumas funções gratificadas ali, dentro dessas estruturas.

Acho que esse número em si não é tão relevante. A essência do projeto de lei complementar já foi discutida no âmbito da nossa Bancada, e o nosso Líder já se manifestou há pouco na direção em que a Bancada vai se posicionar - ele já disse que o nosso voto é favorável com relação a esse projeto. Apenas gostaria de antecipar, Deputado Líder, que por ocasião da discussão dessa abertura de crédito que é objeto do PL-0035.7 eu, particularmente, vou defender junto à nossa Bancada a rejeição, por conta das desinformações trazidas.

É apenas esse o comentário!

O SR. DEPUTADO ROMILDO TITON - Esse projeto já deu entrada na Assembléia?

O Sr. Deputado Eni Voltolini - Já, sim, senhor!

O SR. DEPUTADO ROMILDO TITON - Eu desconheço essa matéria, mas dentro do meu raciocínio acredito que tenha conseguido pegar alguma coisa.

O que trago aqui, de vinte e dois mil e oitocentos e cinquenta, estas são as

função que são transformadas. Em alguns casos não precisou mexer, porque já existiam esses cargos vagos. Então, naturalmente pularia para vinte e seis. É natural, porque estou colocando apenas as funções que foram alteradas dentro do quadro como, por exemplo, de assistente de coordenador regional, que foram aumentadas de vinte duas para vinte e seis. Existem alguns em que não foi preciso aumentar porque tinham os cargos suficientes para serem preenchidos.

Então, essa diferença de vinte e seis para vinte e dois é correta. Não acredito que o pedido de suplementação seja para o resto do ano, porque esses vinte e seis mil são mensais, Deputado Eni Voltolini.

O Sr. Deputado Eni Voltolini - É como eu lhe dizia antes, pois não queria atrapalhar a sua manifestação. Apenas antecipava uma preocupação que está contida nesse PL-035.7/98, que trata exatamente de abertura de crédito especial destinado a essas novas unidades regionais, que são objeto específico desta discussão.

O SR. DEPUTADO ROMILDO TITON - E seria correspondente, acredito, de hoje, ou da data em que entrarem em vigor essas funções gratificadas, até o final do ano.

O Sr. Deputado Eni Voltolini - Se for dessa forma como V.Exa. está colocando, que os valores informados pela gerência se referiam a um desembolso mensal e que o valor pretendido nessa abertura de crédito se refere ao período remanescente do ano, parece-me que não há dúvidas. Mas a informação que temos inicialmente é que não é dessa maneira.

O SR. DEPUTADO ROMILDO TITON - Justamente, Deputado Eni Voltolini, trago só para dar um exemplo aquelas funções que correspondem a 70% dos vencimentos e que dão um valor mensal por função gratificada de R\$403,93. Foi assim que cheguei aos números mensais. São trinta e seis funções de 70%, mais dezesseis funções de 90%, que de quinhentos e dezenove, trinta e três por função gratificada multiplicada, talvez pelo restante do ano, chegaria a esse valor que está pedindo a suplementação. Mas proponho-me a buscar as informações e trazer em uma próxima sessão.

O Sr. Deputado Herneus de Nadal - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO ROMILDO TITON - Pois não!

O Sr. Deputado Herneus de Nadal - Gostaria de manifestar aqui a necessidade do funcionamento completo, integral da Coordenadoria Regional de Educação no Município de Maravilha, até porque muitos são os Municípios que são atendidos por aquela Coordenadoria, dentre os quais está o nosso modesto Município de Caibi. Inclusive, precisamos dispensar aquela região o mesmo tratamento que está sendo dispensado às demais Coordenadorias do nosso Estado.

Por isso, também nos somamos ao pronunciamento de V.Exa., pedindo o apoio ao projeto.

Gostaria também de fazer uma afirmação que me parece oportuna: os cargos extintos estavam sendo ocupados, mas com a municipalização deixaram de ser necessários. Portanto, há uma economia financeira com referência ao projeto. Com a municipalização, logicamente, esses cargos foram extintos. E a

CRE precisa da estrutura que as demais têm no Estado de Santa Catarina. Seria uma discriminação não darmos essa condição ao Município, ao pólo, à microrregião, que é Maravilha, sede da Amerios.

O SR. DEPUTADO ROMILDO TITON - Gostaria de fazer um pedido aos Deputados que estão em seus gabinetes no sentido de que viessem votar, porque já por três sessões estamos tentando votar as novas CREs sem sucesso. Portanto, pediria a compreensão para que todos viessem, aqui, votar.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Continua em discussão.

(Pausa)

Não havendo mais quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Como se trata de projeto de lei complementar a votação será nominal.

Quem votar "sim" aprova o projeto e quem votar "não" o rejeita.

O Sr. Deputado João Henrique Blasi - Peço a palavra, pela ordem, senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Com a palavra, pela ordem, o Deputado João Henrique Blasi.

O SR. DEPUTADO JOÃO HENRIQUE BLASI - Senhor Presidente, peço a palavra pela ordem no sentido de que antes que se proceda à chamada nominal para a votação se faça uma chamada para verificação de presença, uma vez que se trata de um projeto de lei complementar que exige, no mínimo, 21 votos para a aprovação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Solicito ao Primeiro Secretário, Deputado Odacir Zonta, que proceda à chamada dos Deputados para a verificação de quórum.

(Procede-se à chamada dos senhores Deputados para a verificação de quórum.)

Temos trinta Deputados presentes.

Há quórum para a votação.

Em votação.

Lembramos que quem votar "sim" aprova o projeto e quem votar "não" rejeita o projeto.

O Sr. Deputado Pedro Bittencourt - Senhor Presidente, peço a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, em nome da Bancada do PFL, o Deputado Pedro Bittencourt.

O SR. DEPUTADO PEDRO BITTENCOURT - Autorizado pelo nosso Vice-Líder, Deputado Norberto Stroisch, que exerce a Liderança no lugar do Deputado Wilson Wandall, a Bancada do PFL, mantendo a coerência da votação inicial deste projeto quando foi autorizada a criação das quatro Coordenadorias, agora baseada em dois pontos, vai novamente votar favoravelmente.

O primeiro deles é que o projeto que dispõe pela criação de um cargo em cada uma das Coordenadorias vai dar uma isonomia nos quadros funcionais dos cargos comissionados em cada uma das Coordenadorias em funcionamento no nosso Estado. No dia de hoje, as Coordenadorias que funcionam em outras sedes de Municípios têm números superiores a essas quatro. Por isso, é normal e natural que se dê o mesmo padrão das outras Coordenadorias a essas quatro que estão sendo criadas.

O segundo ponto em que a Bancada do PFL se baseia também para manifestar-se

favorável é a circunstância de que o projeto apresenta uma diminuição no número de funções de confiança. Apesar de serem tratamentos diferenciados das chamadas FECs para os cargos comissionados, o Governo apresenta - mesmo que não estejam hoje sendo ocupados - uma significativa redução no número de possíveis despesas que poderiam onerar os cofres do Estado, e dando-se a essa redução a criação desses novos cargos.

Ficamos ainda com um único ponto obscuro, levantado pelo Deputado Eni Voltolini, mas acreditamos que os dois pontos positivos e mais a própria coerência da Bancada - que já votou favoravelmente ao primeiro projeto - levam-nos a posicionarmos-nos favorável a este projeto que ora está em tramitação. Assim, orientamos a nossa Bancada, em nome do Partido, para votar favorável ao projeto de lei em votação.

O Sr. Deputado João Henrique Blasi - Peço a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o senhor Deputado João Henrique Blasi, pela Bancada do PMDB.

O SR. DEPUTADO JOÃO HENRIQUE BLASI - Senhor Presidente, a Bancada do PMDB encaminha favoravelmente à votação do projeto, referendando a argumentação trazida à tribuna pelo Deputado Romildo Titon, que esclareceu as dúvidas ainda remanescentes, e sobretudo por entender que a relação custo/benefício é muito favorável para o Estado.

Há necessidade de descentralização, de desconcentração e, por esta razão, a Bancada do PMDB vota integralmente a favor do projeto.

O Sr. Deputado Gilson dos Santos - Pela ordem, para encaminhamento de votação, senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o senhor Deputado Gilson dos Santos, em nome da Bancada do PPB.

O SR. DEPUTADO GILSON DOS SANTOS - Senhor Presidente, quando da realização da sessão anterior nesta Casa, na última quinta-feira, tivemos a oportunidade de fazer o encaminhamento favorável, por entender que no instante em que criamos as CREs não temos como não deixá-las funcionar.

Assim sendo, tendo em vista a criação de funções gratificadas e oito cargos em comissão, votaremos favoravelmente.

É o encaminhamento que faço pela Bancada do PPB.

O Sr. Deputado Pedro Uczai - Pela ordem, para encaminhamento de votação, senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o senhor Deputado Pedro Uczai.

O SR. DEPUTADO PEDRO UCZAI - Para a Bancada do Partido dos Trabalhadores, durante o debate no ano passado, em que se discutia a criação das CREs, no nosso entendimento de mérito se justificava a criação de duas CREs, uma em Curitiba e outra em Maravilha, por várias razões apresentadas no debate nas discussões das Comissões. Fomos derrotados nesse debate, mas manifestamos contrário no mérito da criação das quatro CREs.

E na esteira da discussão daquele projeto colocava-se o impacto financeiro de seis mil e oitocentos reais. Hoje, percebemos que há um impacto maior

financeiramente, até porque as extinções dos cargos se deve à municipalização da Educação e não à criação das CREs.

São duas realidades distintas que se colocam nas extinções dos cargos, pela mudança da própria estrutura educativa.

Então, a posição da Bancada do Partido dos Trabalhadores, considerando agora, já depois de criados, a importância da criação dos cargos, justificaria a criação em duas CREs e não em quatro.

Por isso, vamos nos manifestar, enquanto Partido dos Trabalhadores, enquanto Bancada, contrário à criação desses cargos, em função do projeto como um todo e não dos cargos em si.

O Sr. Deputado Francisco Küster - Pela ordem, para encaminhamento de votação, senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o senhor Deputado Francisco Küster.

O SR. DEPUTADO FRANCISCO KÜSTER - Senhor Presidente, é para anunciar o nosso apoio ao projeto e consequentemente o nosso voto favorável.

Eu faço também um encaminhamento partidário. Se o meu Líder chegar em tempo, seremos então dois votos favoráveis ao projeto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Findos os encaminhamentos, o senhor Secretário procederá à chamada dos senhores Deputados para a votação nominal, lembrando mais uma vez que os senhores Deputados que desejarem aprovar o projeto deverão votar "sim" e os Deputados que desejarem rejeitar o projeto deverão votar "não".

O SR. PRIMEIRO SECRETÁRIO

(Deputado Odacir Zonta) -	
DEPUTADO ADELOR VIEIRA	ausente
DEPUTADO AFONSO SPANIOL	não
DEPUTADO CARLITO MERSS	não
DEPUTADO CESAR SOUZA	sim
DEPUTADO CIRO ROZA	sim
DEPUTADO ENI VOLTOLINI	sim
DEPUTADO FRANCISCO KÜSTER	sim
DEPUTADO GELSON SORGATO	ausente
DEPUTADO GERVÁSIO MACIEL	sim
DEPUTADO GILMAR KNAESEL	sim
DEPUTADO GILSON DOS SANTOS	sim
DEPUTADO HERNEUS DE NADAL	sim
DEPUTADA IDELI SALVATTI	não
DEPUTADO IDELVINO FURLANETTO	não
DEPUTADO IVAN RANZOLIN	ausente
DEPUTADO IVO KONELL	ausente
DEPUTADO JAIME MANTELLI	sim
DEPUTADO JOÃO HENRIQUE BLASI	sim
DEPUTADO JORGINHO MELLO	ausente
DEPUTADO JÚLIO TEIXEIRA	ausente
DEPUTADO LEODEGAR TISCOSKI	sim
DEPUTADO LÍCIO SILVEIRA	sim
DEPUTADO LUIZ HERBST	sim
DEPUTADO MANOEL MOTA	sim
DEPUTADO MIGUEL XIMENES	ausente
DEPUTADO NARCIZO PARISOTTO	sim
DEPUTADO NEODI SARETTA	Presidente
DEPUTADO NORBERTO STROISCH	sim
DEPUTADO ODACIR ZONTA	sim
DEPUTADO OLICES SANTINI	sim
DEPUTADO ONOFRE SANTO AGOSTINI	sim
DEPUTADO PEDRO BITTENCOURT	sim
DEPUTADO PEDRO UCZAI	não
DEPUTADO RENO CARAMORI	sim
DEPUTADO ROMILDO TITON	sim
DEPUTADO SERGIO SILVA	ausente
DEPUTADO UDO WAGNER	ausente
DEPUTADO VANDERLEI ROSSO	sim
DEPUTADO VOLNEI MORASTONI	não
DEPUTADO WILSON WANDALL	ausente

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Temos vinte três votos "sim" e seis votos "não".

Está aprovado o projeto.

Sobre a mesa requerimento de autoria do Deputado Odacir Zonta, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao Presidente da Cooperativa Rural Veneto Ltda., manifestando cumprimentos pelo transcurso da data de 13 de junho, aniversário de fundação da cooperativa.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria da Deputada Ideli Salvatti e do Deputado Carlito Merss, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao Reitor da Udesc para comparecer nas Comissões de Educação, Cultura e Desporto e de Fiscalização e Controle e Eficácia Legislativa, para falar sobre o contrato de financiamento entre o Governo do Estado e a Financiadora de Estudos e Projetos (Finep).

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os senhores Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Requerimento de autoria do Deputado Odacir Zonta, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao Governador do Estado, pedindo que seja determinada a revisão na posição tomada pela agência regional da Celesc de Joaçaba em retirar do Município de Piratuba o escritório daquela empresa.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os senhores Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Requerimento de autoria do Deputado Norberto Stroisch, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao Secretário dos Transportes e Obras, requerendo a inclusão da Rodovia SC-455, que liga os Municípios de Arroio Trinta e Macieira, no Plano de Conservação do DER de Santa Catarina.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os senhores Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Indicação de autoria do Deputado Reno Caramori a ser enviada ao Governador do Estado e ao Secretário da Fazenda, propondo a redução do ICMS sobre veículos adquiridos pelas Apaes.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os senhores Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Indicação de autoria do Deputado Reno Caramori, a ser enviada ao Governador do Estado e à Secretária da Educação,

solicitando providências para a regulamentação da Lei nº 10.641, que dispõe sobre o crédito educativo para estudantes das instituições de ensino superior.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os senhores Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Pedido de informação de autoria do Deputado Odacir Zonta, a ser enviado ao Secretário dos Transportes e Obras, solicitando dados acerca da obra do contorno norte de Concórdia.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os senhores Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Não havendo mais matéria na Ordem do Dia, passaremos à Explicação Pessoal.

O Sr. Deputado Idelvino Furlanetto - Peço a palavra, pela ordem, senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - com a palavra, pela ordem, o senhor Deputado Idelvino Furlanetto.

O SR. DEPUTADO IDELVINO FURLANETTO - Senhor Presidente, como tenho que me ausentar do Plenário, gostaria de lembrar aos Membros da Comissão de Agricultura que amanhã, às 8h, teremos uma audiência pública no plenarinho, que contará com a participação do Secretário da Agricultura, do Secretário da Fazenda e da Câmara Setorial do Crédito, para tratar do financiamento de emergência que vence em agosto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - O primeiro orador inscrito em Explicação Pessoal é o Deputado Volnei Morastoni, a quem concedemos a palavra.

O SR. DEPUTADO VOLNEI MORASTONI - Senhor Presidente e senhores Deputados, serei breve. Quero apenas registrar uma homenagem a Itajaí, minha cidade, que no dia de hoje comemora 138 anos de emancipação político-administrativa.

Itajaí é uma cidade praiana, rota do sol, é a porta de entrada do Vale do Itajaí, o maior porto pesqueiro do atlântico sul e o segundo polo da construção naval do Brasil.

Itajaí é uma cidade portuária, com um porto mercante em franca atividade e único porto público no País. Ocupa o primeiro lugar na exportação de congelados e o quarto lugar na movimentação de cargas containerizadas.

Itajaí é uma cidade universitária. Possui hoje, através da Universidade do Vale do Itajaí, a segunda maior universidade do Estado, com mais de 15 mil estudantes.

Itajaí reúne todas as condições para ser uma grande cidade, para vencer os seus obstáculos, as suas dificuldades e poder compartilhar com o seu povo uma vida melhor. Portanto, reúne todas as condições para

vencer os grandes desafios, como o desemprego e a Aids, que hoje, infelizmente, ocupam o primeiro lugar em nível de Brasil.

Itajaí, assim denominada pelos índios, significa Rio das Pedras ou Rio dos Taiás, rio que corre sobre as pedras.

Para concluir, queria registrar aqui o que escrevi há 30 anos, quando cursava o segundo ano do Curso Científico no Colégio Salesiano em Itajaí, num trabalho que realizamos. Naquela época, iniciei aquele trabalho assim: Itajaí, cidade bela por natureza, onde o rio e o mar se abraçam. Cidade evoluída do litoral catarinense, beijada pelas águas azuis e balançantes do Oceano Atlântico, que na satisfação incontida de quererem beijar a orla marítima, rendilham-na de branca espuma.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Com a palavra a senhora Deputada Ideli Salvatti, Segunda oradora inscrita.

A SRA. DEPUTADA IDELI SALVATTI - Senhor Presidente e senhores Deputados que ainda permanecem no Plenário, na terça-feira passada derrubamos nesta Casa o veto ao projeto do Deputado Lício Silveira que proibia o Governo do Estado a assinar contratos de acionistas que pudessem comprometer o controle das nossas estatais.

Na quarta-feira o jornalista Moacir Pereira publicou em sua coluna o editorial *Privatização Suicida*, na qual relata tudo que estava por trás do leilão, da perda do controle efetivo da Celesc para esse acionista prioritário, acionista extremamente especial, que ao comprar 29% das debêntures da Invesc, conversíveis em 29% das ações da Celesc, passaria a ter o controle administrativo e financeiro da empresa, até colocando diversas coincidências ocorridas entre o procedimento das Letras e também do leilão.

Esta coluna do senhor Moacir Pereira, publicada no jornal A Notícia, não foi publicada no jornal O Estado. E trago a esta tribuna o ocorrido pela gravidade do fato em si, já que um colunista respeitável como o senhor Moacir Pereira não poderia ser alvo de um procedimento que é equivalente a censura, até porque continuam apregoando que nós estamos numa democracia.

Este episódio que se abateu sobre a coluna, do dia 10.06.98, do senhor Moacir Pereira, por conta e obra dos responsáveis pelo jornal O Estado, eu encaminho à Mesa. Inclusive deverá ser votado amanhã um requerimento que solicita o envio de mensagem telegráfica aos donos do jornal O Estado, aos responsáveis, repudiando isto, porque nós não podemos mais ter esse tipo de comprometimento do direito à livre expressão.

Junto a este fato, no dia de hoje, inclusive, estou protocolando junto ao Ministério Público Federal, junto ao Ministério das Comunicações e junto ao Procurador-Geral de Justiça também do nosso Estado, uma determinação: uma entidade chamada Associação Brasileira de Emissoras de Rádios Independentes (Asberi) determinou em assembleia, no dia 20 de maio de 1998, na cidade de São Miguel do Oeste, que estão impedidos de participar da programação das emissoras associadas todos os políticos, Deputados e outras pessoas envolvidas na defesa da formação das rádios comunitárias.

Eu tenho em mãos um documento assinado pelo responsável por esta associação, que consegui pegar junto à Rádio Chapecó numa visita que fiz àquele Município. Fui impedida de dar entrevista naquela rádio, em especial no programa do senhor Zander Meira, que é um programa ao vivo das 9 às 10h.

Tenho aqui também a transcrição do pronunciamento do senhor Zander no programa, que faço questão de reproduzir.

(Passa a ler)

"Tem aí uma posição assumida agora pela Associação das Emissoras de Rádios, que estão revoltadas porque o PT defendeu as rádios comunitárias, de não abrir mais espaço para ninguém, para os Parlamentares do PT porque defenderam as rádios comunitárias. Porque as rádios comunitárias, segundo a associação, esse segmento que representa as rádios difusoras do Brasil, vai ser para fazer política. É uma concorrência desleal, porque o rádio comercial gera emprego, paga imposto, paga direito autoral, abre espaço para a comunidade, é controlado pelo Governo. As rádios comunitárias vão promover uma concorrência desleal, vão botar gente desqualificada para falar e vai, inclusive, atrapalhar o mercado de trabalho para os profissionais, uma série de coisas. Por 'n' razões a Associação das Emissoras de Rádios é contra entrevistar Parlamentares do PT. Não é uma decisão minha."

Esta é a transcrição do pronunciamento do radialista Zander Meira, no programa Tribuna Popular, da Rádio Chapecó, no dia em que estivemos lá para prestar solidariedade ao nosso Prefeito José Fritsch.

Nós estamos, repetimos, fazendo uma representação junto ao Ministério das Comunicações, ao Ministério Público Federal e ao Ministério Público de Santa Catarina pelo entendimento de que da mesma forma como o colunista Moacir Pereira não pode ser censurado pelo proprietário do jornal O Estado, o editor chefe, porque tanto a rádio, como o jornal e a televisão são órgãos de serviço de concessão pública, portanto, não podem fazer censura, não podem tomar qualquer iniciativa no sentido de não permitir a livre manifestação, no nosso caso, Parlamentares do PT, com muito mais gravidade, estamos sendo punidos pelo exercício do nosso mandato.

Defendemos legalmente a constituição das rádios comunitárias, defendemos o projeto no Congresso Nacional, que foi aprovado, está regulamentado, é lei, e nós agora somos punidos! Não podemos mais falar nas rádios porque defendemos uma idéia, trabalhamos isso dentro da legalidade no Congresso Nacional transformando em lei!

Consideramos isso extremamente grave! Estamos tomando a iniciativa de fazer a representação junto aos dois Ministérios e também ao Ministério Público do nosso Estado, e estamos encaminhando cópia das representações à Mesa da Assembléia.

Queremos já, de público, deixar a solicitação ao Presidente da Assembléia para que na reunião da Mesa de quarta-feira nós pudéssemos ter um pronunciamento oficial do Poder Legislativo, porque na audiência pública que foi realizada aqui nesta Casa para tratar das questões das rádios comunitárias não foram apenas os Parlamentares do PT que participaram, tivemos a participação de inúmeros Parlamentares de vários Partidos.

Portanto, se essa moda pega de repente ninguém mais vai poder falar nas rádios. Todos os que participaram da audiência pública não vão mais poder participar de entrevistas nas rádios não vão mais poder dar entrevistas!

Eu quero dizer que acho isso extremamente grave! É um atentado ao nosso mandato, é um atentado ao nosso direito de livre expressão, de comunicação, é um atentado à concessão pública, como é um órgão de difusão como a rádio, como o jornal, e nós não podemos calar e achar que isso é coisa de menor importância. É uma gravidade, do meu ponto de vista, imensa, e este Poder não deverá se omitir.

O Sr. Deputado Carlito Merss - V.Exa. me concede um aparte?

A SRA. DEPUTADA IDELI SALVATTI - Pois não!

O Sr. Deputado Carlito Merss - Deputada Ideli Salvatti, numa parte da sua fala V.Exa. levantou esta questão que eu queria abordar, que é a questão da concessão pública. Este é o grande problema deste País. Há uma mistura muito grande da elite desta Nação em perceber o que é público e o que é privado.

Não é à toa a grande discussão do Brasil hoje em relação à questão da Telebrás. É um sistema que, com certeza, vale mais de 40 bilhões. Todos os técnicos, as pessoas que conhecem minimamente esse sistema, sabem que vale mais de 40 bilhões. Agora, como vão vender por 13, mandam processar o Lula.

Assim como há 120 anos não se faz reforma agrária e a situação começa a ficar ruim, dizem: manda prender o Stédile. Ah! Mas o PT é a favor das rádios comunitárias e não deixa falar! Essa é a democracia formal em que algumas pessoas ainda insistem em achar que alguns podem mais e outros menos. Utilizaram-se da estrutura do Estado, das concessões públicas como se fossem deles, determinando o que é certo e o que é errado, o que é o bem e o que é o mal como se o ar fosse deles. Eles já têm até o subsolo, a água, e agora o ar também é deles. E as rádios comunitárias, modelo que existe no mundo todo, vêm para democratizar isso.

Nobre Deputada, não se tem idéia do número de rádios comunitárias que há em Santa Catarina, mas a maioria delas é dominada pelos mesmos setores que têm as rádios comerciais, e as estão utilizando de forma comercial. E isso é ilegal!

Em São Bento do Sul, na minha região, vejo que são pessoas ligadas ao poder. Inclusive ao Partido que tem esse controle das comunicações eternamente, desde a época da ditadura. Eles têm as rádios, e contra essas rádios o Dentel não fez nada; prejudicou somente aquelas que tinham grupos ligados a movimentos populares.

Hoje isso é lei, e vamos fazer com que ela seja cumprida, mesmo que algumas pessoas mais atrasadas, que ainda pensam que são donas da vida e do ar, não queiram. Vamos fazer a lei, e a democracia vai começar a progredir no País, porque não vamos aceitar mais atrasos como a questão da reforma agrária e da escravidão que ainda persiste no País.

Não me disseram explicitamente, mas sei que algumas rádios não nos permite dar entrevistas, ter espaço. Vamos conseguir fazer com que as pessoas saibam as versões dos atos e fatos de um jeito ou de outro, porque a democracia vai ser irreversível no País.

A SRA. DEPUTADA IDELI SALVATTI - Deputado Carlito Merss, eu quero deixar registrado ainda que é uma pena que este debate esteja sendo feito num horário em que o Plenário esteja tão vazio, porque a questão é muito grave.

Por isso, eu entendo que a decisão da Mesa, do Poder Legislativo se faz extremamente necessária com relação a essas questões.

Quero dizer que nós sabemos como os meios de comunicação procedem, como servem ao poder dominante em inúmeras situações e em inúmeros casos. Agora, neste caso específico, é que conseguimos colocar a mão em um documento assinado. E temos a cópia da fita em que, no ar... O senhor Zander Meira, atendendo a uma obrigação (isto tem que ficar registrado), tinha assinado um documento em que seria demitido da rádio caso entrevistasse qualquer pessoa do PT. Então ele deu a sua situação da impossibilidade de me entrevistar no ar, pois tinha uma ordem, tinha assinado um documento. Portanto, é algo extremamente grave.

O Sr. Deputado Jaime Mantelli - V.Exa. me concede um aparte?

A SRA. DEPUTADA IDELI SALVATTI - Pois não!

O Sr. Deputado Jaime Mantelli - Nobre Deputada, quero me solidarizar com V.Exa. e protestar contra essa situação criada pela Asberi, porque ela mostra claramente que, usando até um dito popular, farinha pouca meu pirão primeiro. Então, no caso de qualquer concorrência tenta-se impedir o crescimento da democracia nas comunicações, mas revela também uma outra face dessa questão, que é a vontade, o desejo e as tentativas quem vêm se sucedendo na história de segmentos dos setores de comunicação social quererem dominar as ações políticas também.

Então, é importante o grito desprendido por V.Exa. da tribuna desta Casa.

Entendemos que a manifestação do Poder Legislativo, neste particular, em solidariedade ao Partido dos Trabalhadores, é necessária, para que se ponha fim neste tipo de cerceamento da liberdade de expressão e também da liberdade de posicionamentos políticos.

Gostaria de dizer que tudo que foi dito tem a nossa mais irrestrita solidariedade, nobre Deputada!

Muito obrigado!

A SRA. DEPUTADA IDELI SALVATTI - Eu agradeço, Deputado, e fico no aguardo do pronunciamento da Mesa do Poder Legislativo.

Muito obrigada!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Continua livre a palavra a todos os senhores Deputados em Explicação Pessoal.

(Pausa)

Não havendo mais quem queira fazer uso da palavra, esta Presidência, antes de encerrar a presente sessão, convocamos outra, solene, para hoje, às 18h, em homenagem ao Colégio Coração de Jesus.

Está encerrada a sessão.

PUBLICAÇÕES DIVERSAS**ATAS DE COMISSÃO PERMANENTE****ATA DA 5ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 13ª LEGISLATURA**

Às dez horas do dia dezoito de maio de hum mil novecentos e noventa e oito, reuniu-se a Comissão acima epigrafada no Plenarinho da Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina, para ser discutido a Proposta de Emenda Constitucional PEC - 370, cujo Relator é o Deputado Federal Paulo Bornhausen. Presentes os Senhores Deputados Ideli Salvatti, Vice-Presidente, que nesta oportunidade presidiu esta Audiência Pública; Idelvino Furlanetto, Pedro Uczai e Norberto Stroisch Filho e os Deputados Federais Paulo Bornhausen; Milton Mendes de Oliveira e Vânio dos Santos. A Senhora Presidente convidou para participar da Mesa, os Deputados Federais Paulo Bornhausen; Milton Mendes de Oliveira; Vânio dos Santos; Senhor Ulisses Mello, Associação pós-graduados da UFSC; Senhora Helena Olinda Dalri, Presidente dos SINTUFSC - Sindicato dos Trabalhadores da UFSC; Professor Milton Muniz - APUFSC, SSind. ; Reitor Rodolfo Pinto da Luz da UFSC e Paulo Sérgio da Silva - SINASEFE, Secção Sindical da Grande - Florianópolis. Deputada Ideli Salvatti, Invocando a proteção de Deus, declaro aberto os trabalhos para a presente audiência pública. Desejo saudar os que aqui comparecem a mais uma atividade relacionada às questões das universidades públicas brasileiras. Já realizamos uma audiência pública e dela dois encaminhamentos foram tirados. O primeiro já foi cumprido, que foi a entrega da pauta de reivindicação e a solicitação junto ao Fórum Parlamentar, catarinense de intermediação das negociações da greve. E o segundo encaminhamento é esse que vamos realizar no dia de hoje que é o debate sobre a Proposta de Emenda Constitucional nº 370 que está tramitando no Congresso Nacional. Como o Deputado Federal Paulo Bornhausen é o Relator da matéria, ele é o nosso convidado para o debate. Proponho o encaminhamento do nosso debate nos seguintes termos: que estabeleçêssemos um período inicial ao Deputado Paulo Bornhausen, como Relator, para que fizesse uma explanação sobre o conteúdo da PEC e sua tramitação. Em seguida, que um representante das entidades ligadas à Universidade dessem o posicionamento sobre a emenda e sua tramitação. Depois daríamos a palavra para os demais membros da mesa e os demais participantes para o debate. A nossa proposta é no sentido de trabalharmos num prazo máximo de até o meio-dia. O Deputado Paulo Bornhausen fará uma explanação, alguém em nome das entidades em seguida, com o mesmo tempo, e depois os demais membros da mesa. E aí, já no debate, o plenário de maneira geral. Com a palavra o Deputado Paulo Bornhausen para a sua explanação inicial. O Senhor Paulo Bornhausen. Inicialmente, bom dia. É um prazer estar aqui na Comissão de Educação da Assembléia. Quero cumprimentar a Deputada Ideli Salvatti, o Senhor Reitor, o Deputado Milton Oliveira, os representantes das entidades aqui presentes que vão debater o tema. Vou aproveitar esse espaço para poder fazer algumas considerações a respeito das PEC - 370, que na verdade é um desdobramento da PEC - 233, que criou o fundo para o 1º grau e que trazia no seu bojo um artigo que caminhava na regulamentação do artigo 207 da Constituição, no que diz respeito à autonomia. Na verdade esse tema tem causado uma grande polêmica dentro do meio Acadêmico, tem causado uma grande polêmica, inclusive, no Congresso Nacional com os Senhores Reitores que têm procurado participar. Existem duas posições claras: a posição do Governo que vem sendo discutido pelos Reitores no sentido de aprimorar, de regulamentar o artigo 207, que versa sobre a autonomia, e a posição das entidades, que acham que o artigo por si só se auto-regula. Dentro desse parâmetro de comparação entre as duas posições, entre regulamentar ou não o artigo, existe uma realidade, e assim vou me expressar dentro daquilo que entendo ser essa realidade. O que temos assistido no parâmetro das universidades brasileiras públicas federais é que nos últimos anos, e aí eu falo desde a

década de 80,81, quando entrei na Universidade Federal de Santa Catarina, que já há uma grande luta, uma grande briga pela questão de autonomia, de forma a encontrar um caminho que perpetue a universidade pública brasileira, o sistema federal de ensino, e que represente realmente uma verdadeira autonomia. Na Constituição de 88 o Constituinte colocou essa autonomia, mas na minha opinião faltou alguns detalhes que deveriam ter sido colocados dando realmente uma autonomia não só pedagógica, mas financeira e administrativa para as universidades. A realidade que eu enxergo hoje, e muitas pessoas assim vêem, é que o sistema público federal acabou ficando à mercê de ter uma autonomia constitucional sem ter autonomia administrativa e financeira. Esta é a posição inicial que vem basicamente perpetuando uma posição que de certa forma é desconfortável no dia-a-dia, mas é confortável para a questão de mando, porque você tem o sistema de pessoal através do Regime Jurídico Único vinculado ao Mare, onde então, o Ministro da Administração é o Ministro das Universidades também, porque mexe as autorizações, com toda a área de pessoal, quer dizer, o Reitor da Universidade Federal quando vai a Brasília tem que passar no Mare, não há como não passar no Mare autorizações de vagas e tudo mais. Então criou-se um Ministro de Administração Pública também das Universidades Federais. E, em seguida tem que passar no MEC para saber se pode ou não receber mais recursos, se vai vir neste mês ou se não vai, como é que vem. E aquele recurso extra para construir aquilo? Só tem dinheiro para pagar a folha, o custeio fica atrasado, porque o investimento não tem. Então na verdade estamos vivendo um momento de faz de conta. Faz-se de conta que nós temos autonomia, não tendo. Eu não quero aqui abusar da presença do Reitor Rodolfo, que não é o caso dele, mas para certos Reitores isso serve, porque fica com um bônus de ser Reitor e fica sem o ônus de ter que decidir, porque vão dizer que a culpa é do MEC que não manda dinheiro, a culpa é do Mare que não abre o número de vagas necessárias para repor os professores. E no final a culpa é do Presidente da República. Então, acho que essa não é a universidade que nós sonhamos, que nós queremos e não é esse o conceito de universidade. A outra questão que eu também acho que se transformou em uma questão muito dogmática já está superada dentro da PEC - 370. Eu não vou mexer, porque na verdade sou Relator de um pensamento médio da Comissão e não sou Relator do meu pensamento pessoal. Acho que a questão da indissociabilidade do ensino, pesquisa e extensão é um conceito que ultrapassou os dias de hoje. Após uma longa explanação o Deputado Federal Paulo Bornhausen finalizou dizendo, de qualquer forma, nós estamos dispostos a discutir o assunto da PEC. Ela está parada neste momento, porque o próprio Governo tem uma discussão interna corporis a respeito de quem vai assumir o possível previdenciário, porque a idéia do Ministro Paulo Renato é passar todo o atual sistema, todos aqueles que estão no sistema para o Tesouro Nacional, que é a fonte pagadora final. Mas tirando isso dos 18%. Quer dizer, então, os aposentados não receberiam mais pelos 18% para a educação. Receberiam do Tesouro. E o Pedro Malan diz que não pode assumir isso, porque há uma projeção de passivo feita pelo Luciano, de que isso representaria até o último funcionário desse regime, na média de aposentadoria, na média de vida, em torno de sessenta bilhões, que seria o encargo nos próximos sessenta ou setenta anos da união com isso. Então, teria que se fazer uma fórmula alternativa. Então na verdade parou aí. Mas acredito que isso deva ser retomado depois da reforma da Previdência. Portanto, agora, no mês de junho já pode ser retomado e voltado ao mês de outubro. Portanto, eu acho que vale e é oportuno o reinício das discussões por parte do mundo universitário dessa questão. Muito obrigado! Deputada Ideli Salvatti, conforme tínhamos acordado passo a palavra ao Reitor, Rodolfo Pinto da Luz. Cumprimentando a Deputada Ideli Salvatti, Vice-Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Desporto, representando neste ato a Presidência. Eu gostaria, também numa forma breve, apenas de tentar recuperar alguns pontos para auxiliar no debate. Em primeiro lugar, só quero lembrar que a autonomia universitária é algo inerente às universidades. No mundo inteiro há

constantes debates e, diria, muito vezes, conflitos entre o Estado e as universidades, porque a autonomia acadêmica é algo que é intrínseco a uma universidade já que a universidade tem que ter liberdade, de liberdade de cátedra, a liberdade de divulgar e de debater as idéias sem nenhuma restrição. No nosso País essa autonomia tem, além da liberdade acadêmica, em determinados períodos, tido restrição, mas um aspecto muito importante também é autonomia administrativa, orçamentária, em fim, de gestão da universidade. É esse o ponto que mais constantemente vem sendo discutido neste momento em que se está um regime democrático. Agora, só lembro que todas as leis que tratam da universidade, desde o início do século, sempre colocaram como condições da universidade a autonomia. Entretanto, para que a lei viesse de fato garantir essa autonomia, foi colocada na Constituição de 1988, no seu artigo 207 - estamos em 98 e continuamos a debater a autonomia. Até imaginávamos que naquela época (na época eu estava, inclusive, no Conselho de Reitores) a FASUBRA e a SBPC. Enfim, todas as entidades reivindicavam, praticamente, dois pontos que eram de consenso: a autonomia e a vinculação orçamentária para a educação. Até imaginávamos que esse assunto saísse da pauta. Por quê? Ele está na pauta exatamente porque a autonomia não existe! Se ela existisse, não se discutiria. Após uma longa exposição o magnífico Reitor finalizou dizendo, entendemos que o avanço na autonomia poderá acontecer à medida em que reunamos não só a comunidade universitária, através das suas diversas representações, como também toda a sociedade. Para isso já tivemos um exemplo que foi a Agenda Autonomia 94, onde todas as entidades estavam representadas numa discussão, numa proposta de avançarmos gradativamente na autonomia. Esta é uma das formas de se discutir e de se avançar. É evidente que com a representação da sociedade e não só da comunidade. Muito obrigado! Deputada Ideli Salvatti, agradeço ao magnífico Reitor e queria justificar a saída do Deputado Milton Mendes de Oliveira, pois já tinha agendado uma viagem. Concedemos a palavra ao Professor Milton Muniz. Cumprimentando Deputada Ideli Salvatti, cumprimento os demais membros da Mesa, as senhoras e os senhores presentes. Queremos registrar a sofisticação, como Presidente da APUFSC, de este debate estar sendo realizado neste ambiente e com essa participação expressiva da comunidade universitária e demais pessoas interessadas na discussão da autonomia universitária. Reconheço a importância da vinda do Deputado Paulo Bornhausen, uma vez que ele é o responsável por esta questão na Comissão Especial que discute a PEC-370. Agora é preciso recuperar uma questão anterior, que talvez nos esclareça por que essa PEC-370 foi colocada. Todos nós lembramos que imediatamente após a promulgação da Constituição de 88 o Presidente José Sarney disse o seguinte: "Essa Constituição deixa o Brasil ingovernável". A partir dessa fala o Executivo conseguiu através de duas linhas, assumir a prioridade ou aprimaziar nas discussões políticas, econômicas e sociais em função da nova Constituição. A primeira via é das medidas provisórias, quer dizer, o executivo usa e abusa de medidas provisórias todos os dias, desde que isso lhe interesse. Por outro lado, assegura-lhe também a possibilidade de propostas de emendas à Constituição, famosas PECs. Com isso, aquilo que não agrada na Constituição, via proposta de emenda constitucional, o Executivo também está intervindo. Com isso, conseguiu num curto espaço de tempo imobilizar o Congresso, imobilizar o Judiciário, em função dessas duas questões. Entretanto, o Executivo reserva para si todo o poder através dessas duas vias de intervenção. E é nesse sentido que entra a PEC-370. Ela entra como uma proposta para regulamentar a autonomia universitária. Neste sentido, tenho que esclarecer a todos que as universidades federais se encontram em greve por uma questão extremamente importante para todo o servidor público federal. Estamos há três anos, quatro meses e dezoito dias sem reajuste. É dentro da PEC e dentro dessa disposição do Governo de não dar aumento, criou-se duas oportunidades: vamos criar uma universidade de excelência, via centros de excelência que são implementados. Foi adicionado a partir do dia 11 de fevereiro, o Programa de Incentivos à Docência, que é o incentivo ao colegião ao 3º grau do tipo mediano. Isso é para atender à comunidade. Felizmente, a discussão está em determinado ponto que não foi implementado o Programa de Incentivos à Docência. Ao contrário, determinou a greve das instituições federais de ensino. E com isso abriu espaço, um espaço importante como esse, que é discussão da PEC-370, que envolve a autonomia da universidade. Então, a

greve que parte de uma premissa salarial precipitada por uma atitude do Governo, numa medida provisória que introduz o Programa de Incentivo à Docência, trouxe-nos aqui para discutirmos a autonomia da universidade, o que acho muito importante. Está circulando um documento da ANDES, sindicato nacional, feito pelo comando nacional de greve, intitulado "Em defesa da autonomia universitária", pela retirada da PEC - 370. A AMDES entregou ao Ministério da Educação, em 1982, a sua proposta para a universidade brasileira. Essa proposta foi reeditada em 1996 e continua pronta para ser discutida, não só com o Governo, mas, também, com a sociedade e demais entidades. A FASUBRA tem proposta, a ANDIFES e a ANDES tem proposta, isto é, estamos municiados para discutir a autonomia universitária, naquilo que ela tem de mais importante. Por último, o parecer do Deputado Paulo Bornhausen, aqui relatado levanta uma questão que não está na constituição, que é o problema do crédito educativo. Então o que fez? Essa possibilidade dele ser Relator permitiu-lhe constitucionalizar 7,5% daqueles 18% destinados ao crédito educativo. Essa é uma questão que eu também gostaria de ver discutida. Muito obrigado! Senhora Helena Olinda Dalri, Presidente do SINTUFSC, bom-dia a todos! Com o objetivo de cumprir esse espaço para que todos nós participamos do debate, vou fechar em cinco minutos a minha intervenção para que cumpramos o objetivo desse debate. Gostaria de dizer ao Deputado o porque de estarmos aqui. Sempre estamos, no nosso dia-a-dia, na universidade, discutindo a universidade. Infelizmente dessa vez tivemos que parar novamente para discutir a universidade, por que estão querendo vendê-la. E não adianta dizer-nos que isso é mentira, pois bem sabemos que isso não é mentira. Tem um artigo esta semana, na revista Veja que diz, em três itens separados em quadradinhos, que é mentira as informações que a comunidade universitária está dizendo ao Governo. Então, nós estamos dizendo que se disserem diferente de nós, estão mentindo. A nossa greve tem dois eixos: o econômico e o político. O econômico, pela reposição salarial de 65% e emergencialmente 48%. Com isso, temos profissionais da área da educação indo embora. O eixo econômico também é o ajuste das nossas tabelas, a nossa carreira, o nosso regime jurídico único deixado de lado na reforma administrativa e agora, sem crédito nenhum, sendo colocado no projeto de autonomia universitária. Só diz que teremos um regime jurídico especial, mas não diz que. E nós queremos resgatar o artigo 207, da Constituição, aquele do conceito de autonomia universitária. O eixo político é que nós estamos em greve para tirar, sim, no Congresso Nacional, a proposta de emenda constitucional. Até deveria ser postura do Relator fazer essa propostas. Vamos retirar essa proposta de emenda constitucional do Congresso, porque temos que respeitar as entidades nacionais. Quero também dizer que na intervenção o Deputado falou que a discussão está presa. Está presa porque querem, porque a comunidade, a sociedade está diariamente discutindo a educação brasileira. Prova disso é esse movimento. Já estamos remetendo essa discussão desde 92, a PEC-56, PEC-56-A, 56-B, Projetos Geres da década de 80, tudo com o mesmo conteúdo. E o Governo ainda não aprendeu. E infelizmente representações estaduais, no seu âmbito federal, vão para lá, mas ainda não respeitam a vontade da sociedade. Finalizando, eu digo o seguinte: espero que esse debate não seja transformado num espaço político eleitoral e, sim, que saia daqui, no seu parecer, o resumo das intervenções feitas até então. Senhor Ulisses Mello. - É bom ver a Casa do Povo com o povo, porque geralmente Casa do Povo tem tido muita ausência do povo ou da vontade do povo. Para iniciar, questionarei um pouco a legitimidade que o Professor Milton colocou, que esse Governo vem implementando essas obturações ousadas dentro da Constituição. Então, é uma desfiguração completa daquele texto constitucional de 88. Hoje, vivemos um novo regime jurídico, um novo ordenamento, eu diria melhor, jurídico-constitucional, certamente. Então, a primeira questão: qual é a legitimidade que tem o Governo de desfigurar esta Constituição? Aí se diz: mas não é o Governo, são os Deputados! Mas quem são os Deputados se não a correia de transmissão desse Governo, que tenta de todas as maneiras desfigurar esta Constituição? Então, acho muito bem colocado. As MPs e as PECs tem representado esses instrumentos que o Executivo tem implementado com toda a força a sua vontade a contragosto de vários setores da sociedade, chamando, inclusive, como foi a pouco tempo, setores amplos de trabalhadores, de vagabundos. Quer dizer um Governo que diz desta maneira ao povo,

aos trabalhadores, certamente está ausente de qualquer legitimidade para falar em nome dele. Após uma longa exposição, o Senhor Ulisses Mello, concluiu que a greve chegou num ponto que se nós sairmos para fora dos nossos muros para defender a universidade pública, para articular com setores populares, com CUT, com MST, com CMT, com todos os setores populares, em greve vai sair fracassada, assim como vai sair fracassada essa iniciativa de barrar essa PEC. Sem mobilização, esse Governo não arreda o pé. Muito obrigado! Senhor Paulo Sérgio da Silva, representando o SINASEFE, eu vou ser também breve. E muitos poderão estar perguntando o que é que a Escola Técnica está fazendo nessa mesa. É bom lembrar que o ataque deste Governo é em cima de toda a estrutura da Educação. E as Escolas Técnicas tem papel relevante, importante e histórico neste País. É ainda o que sobra em termos de 2º grau de escola pública, alguma coisa que apresenta qualidade. Nós temos uma LDB, recentemente, aí, autoritária e privatizante. E nesse sentido ela não assegura gratuidade no ensino, não deixa isso terminantemente claro, da mesma forma que abre espaço para o Estado legislar por decretos. E é aí que entra a Escola Técnica, no tal Decreto nº 2.208. Está embutida também nessa LDB uma concepção de treinamento, não educação, que é bem diferente. E finalmente, conforme a Deputada colocou, essa LDB legitima o financiamento externo. E aí estão as Universidades, a PEC-370, e aí está este Decreto nº 2.208 na Escola Técnica, que é a prática de realmente privatizar, e não venham com palavras. O que diz na essência desse Decreto sem entrar em detalhes? Duas coisas básicas: desvincula o ensino médio do ensino técnico. Para aqueles que não sabem, o aluno é oriundo do 1º grau, faz o 2º grau e sai técnico. Ele tem a formação de cidadão, que é o ensino propedêutico, e sai com habilidade específica para poder entrar no mercado, inclusive na condição de cidadão pensante, de cidadão cognitivo e não apenas uma arruela obediente. Então esse decreto desvincula isso: o cidadão pode fazer concomitante ou sequencial. Em outras palavras: ele tem que fazer o 2º grau para poder fazer o técnico, quando sabemos que cada 100 estudantes, menos de 50 terminam o 1º grau e menos de 10 terminam o 2º grau. Então, para que ir à Escola Técnica? Outra questão grave desse decreto é que ele faz o ensino de modulação, meu Deus! Módulo? Propõe módulo. E pior, propõe estabelecimentos diferenciados, desde que aprovados pelo Conselho Federal ou Estadual de Educação. Só que como a educação mexe com o sentimento mesmo dos menos politizado, o Governo não pode chegar na televisão e dizer: vamos privatizar! Então, faz a publicidade, põe lá o decreto, põe a PEC, e daí a pouco estará privatizada. Então, essas explicações nós queremos do nosso representante do que vejam a Educação! Engraçado, aqui nós temos que privatizar, e dá para a gente pegar pesquisas concretas, científicas de que há, nos Estados Unidos, na Alemanha, etc. a maioria tem ensino público. E nós que temos que privatizar. Então são essas as questões que colocamos ao Deputado, nosso representante, para colocar a esta comunidade. Muito obrigado! Deputado Vânio dos Santos - Companheiros e companheiras, eu gostaria de fazer a seguinte proposta: eu tenho participado, lá em Brasília, de várias iniciativas sobre a greve e sobre esse debate que se refere à educação. Estivemos na criação da Frente Parlamentar em Defesa das Universidades, com o Ministro, discutindo a greve. Eu tenho um boletim que fala sobre essa matéria da greve e tenho o voto em separado da Bancada do PT contrário à PEC. Portanto, quero entregar ao professor Milton com o compromisso dele divulgar amanhã a posição da nossa Bancada sobre a posição da PEC. Eu havia feito um resumo e certamente em cinco minutos não vou poder falar, mas vou ter oportunidade de debater com o Deputado Paulo Bornhausen, coisa que nem todo mundo, aqui, tem. Então, estou abrindo mão do meu tempo para que os companheiros e as companheiras possam perguntar ao Deputado. Muito obrigado. Após muitos debates em torno da PEC-370, o Deputado Paulo Bornhausen disse - eu quero agradecer a oportunidade e a presença de todos e deixar aberta a possibilidade de nós continuarmos o debate, de receber sugestões. Eu não sou tão fatalista. Não acho que a gente vá chegar num ponto que não tenha volta, acho que nós vamos avançar, que vamos conseguir fazer alguma coisa, senão com um consenso total, mas dentro de pontos consensatos, que possam avançar. É essa a minha disposição. E quero só lembrar ao Deputado Pedro Uczai que rico que não é assalariado neste País não paga imposto. Não paga porque tem dinheiro para pagar advogado. Quem paga é a classe

média, é a classe remediada, é a classe menos favorecida e que está sem condições de aumentar o imposto. Volto a dizer, quando as pessoas dizem "O Paulo quer privatizar o ensino", que a iniciativa privada pode trabalhar numa área de ensino, acho que não tem problemas, mas tem que ser muito cobrada, tem que ter qualidade e não pode ter abuso. Deputada Ideli Salvatti, gostaria de agradecer, em nome da Comissão de Educação, e acho que o Deputado Paulo Bornhausen deixou bastante claro que não é prerrogativa dele retirar a PEC, porque ela é de autoria do Executivo. Até aí está claro. Agora, enquanto Relator, o Deputado Paulo Bornhausen tem condições de protelar e abrir o debate efetivo com a sociedade brasileira sobre esta questão. Nós sabemos muito bem que exatamente este ano este assunto interessa de forma ostensiva a toda sociedade, então seria muito importante que nós pudéssemos sair daqui com o compromisso daquilo que o Deputado pode fazer, que é abrir o debate sobre a PEC na tramitação, ou seja, suspender a tramitação, não deixar voltar sem o debate. Acho que isso nós podemos pedir ao Deputado Paulo Bornhausen como resultado dessa audiência pública. Deputado Paulo Bornhausen - Deputada Ideli Salvatti, eu quero dizer o seguinte: não houve imposição pela votação, está lá o projeto, a verdade é que a Comissão não tem se reunido. Então, eu faria um apelo, já que está sendo colocado isso pelas entidades: que nós façamos um apelo também à Presidente da Comissão Especial, Marisa Serrano, para que instale a Comissão e abra o debate, o fórum. Ele está aberto, parou porque parece que de repente desapareceu o interesse de mexer no assunto. Agora com a greve das Universidades voltou, e acho que é um bom momento para reaquecer a discussão. Fazer mais audiências públicas, chamar mais pessoas para escutar (nós temos um rol de pessoas), acho que isso não tem problema, só quero dizer que a minha prerrogativa esgota no dia 31 de janeiro. Deputada Ideli Salvatti - então até lá fica o compromisso de não deixar votar antes de debater - Deputado Paulo Bornhausen - Eu não posso deixar de votar, Deputada Ideli Salvatti. Deputado Vânio dos Santos - Diante da colocação do Deputado Paulo Bornhausen, eu acho que esse fórum deveria (e a Comissão de Educação ficaria responsável) tirar uma moção, resultado deste debate, pedindo a instalação da Comissão, encaminhada à Presidência da Comissão e ao Presidente da Câmara, e que se marque uma série de audiências públicas para se poder fazer esse debate imediatamente. Acho que é uma proposta concreta deste debate aqui. Deputada Ideli Salvatti - A retirada da PEC tem que ser encaminhada ao Ministro e ao Executivo, ao Presidente. Com relação à Comissão de Educação, é no sentido de reabrir as discussões. É o seguinte: se não retirar a PEC, ela vai continuar tramitando. E se não tivermos qualquer garantia de... Orador não identificado - A minha proposta é muito clara. Temos um documento, subscrito por todos, parece-me, que é trabalhar no sentido da retirada da PEC. Essa questão central. Quanto ao documento à Presidente da Comissão, é no seguinte sentido: a nossa posição é pela retirada da PEC. Cabe ao Executivo, só ele pode retirar a PEC neste momento, e o Paulinho poderá ajudar. Caso não ocorra a retirada, queremos ser ouvidos no momento do debate pela Comissão, e que isso não seja atropelado, como reiteradamente tem sido. Deputada Ideli Salvatti - Quero só dizer para vocês que a Comissão tem uma autonomia relativa. Isso vai ser apresentado o Plenário da Assembléia, para ir em nome do Poder Legislativo. Não tem havido problemas. Temos aprovado em Plenário tudo aquilo que a Comissão de Educação tem produzido. Mas é bom vocês saberem que tem essa burocracia de tramitação. Agradeço mais uma vez e quero dizer que, apesar de não resolver, é mais um passo no sentido de buscarmos uma real autonomia para as nossas universidades. Tenho a clareza do espaço restrito que temos, mas não foi nulo o que construímos hoje aqui. Está encerrada a reunião. Do que para constar, eu Orion Luiz Ramos, Secretário da Comissão de Educação, Cultura e Desporto, lavrei a presente ata, que vai assinada pelo Presidente e demais membros.

Plenarinho da Casa, em 18 de maio de 1998.

Deputada Ideli Salvatti - Vice-Presidente
Deputado Lício Mauro da Silveira - Membro
Deputado Idelvino Furlanetto - Membro
Deputado Manoel Mota - Membro
Deputado Udo Wagner - Membro

*** X X X ***

**ATA DA 6ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE
EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA
DA 13ª LEGISLATURA**

Às dez horas do dia vinte e cinco de maio de mil novecentos e noventa e oito, reuniu-se a Comissão acima epigrafada, no Plenarinho do Palácio Barriga-Verde da Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina, para mais uma Audiência Pública com a presença da Secretária de Estado da Educação e do Desporto, Senhora Eliane Neves Rebello Adriano, convocada através do Requerimento nº 217/98, da Deputada Ideli Salvatti, aprovada em Sessão do dia 29/04/98, para prestar esclarecimentos sobre as leis nºs. 10.723, de 16 de março de 1997, que dispõe sobre a distribuição da Quota Estadual do Salário Educação e 10.724, de 16 de março de 1997, que dispõe sobre a implantação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério e sobre o envio a Assembléia Legislativa, projeto de lei estabelecendo o novo Plano de Carreira do Magistério. A Deputada Ideli Salvatti, Vice-Presidente da Comissão de Educação, que na oportunidade presidiu a Audiência Pública, devido a ausência do Presidente Deputado Luiz Herbst. Eu quero agradecer a presença de todos e imediatamente chamar, para compor à Mesa, a Professora Eliane Rebello, Secretária da Educação do Estado de Santa Catarina e o Deputado Romildo Titon, que vai representar o Deputado Luiz Herbst. Nós convidamos para esta Audiência a FECAM, a UNDIME e o SINTE. Então, os assuntos que serão tratados na convocação são relativos a duas leis, a distribuição de quarta parte do salário-educação, da lei que regulamenta o Fundão, estando embutido neste assunto a questão do transporte escolar, tendo em vista que na lei há um artigo relativo ao repasse dos recursos para o transporte escolar, e a questão do plano de carreira posteriormente foi aprovado novo requerimento para que a Secretária pudesse trazer a esta audiência documentos e comprovantes dos repasses financeiros dos convênios estabelecidos com as Prefeituras Municipais referentes ao transporte escolar, e trazer documentos e demonstrativos da aplicação dos recursos financeiros do salário - educação no período de janeiro de 98 até a presente data. Portanto, são complementações aos assuntos já aprovados inicialmente no requerimento aprovado na Sessão de 29 de abril de 1998. Então, eu gostaria de inicialmente, passar a palavra à Secretária, Professora Eliane, para que ela pudesse tecer as suas considerações sobre os três assuntos, para que posteriormente nós possamos abrir o debate para todos os que se fazem aqui presentes, já que nós convidamos os Secretários Municipais de Educação, os Prefeitos de todo o Estado e também os representantes da categoria do Magistério a nível estadual. Professora Eliane Neves Rebello Adriano, Secretário da Educação do Estado. Eu quero cumprimentar a Deputada Ideli Salvatti, que preside esta Comissão de Educação, substituindo o Deputado Luiz Herbst, bem como alguns Secretários de Educação que conheço, com os quais já tive contato. Quero cumprimentar também a Professora Ana Aquini, que representa o SINTE, o Deputado Romildo Titon e os demais educadores que vêm aqui, acredito, com o objetivo de podermos, todos nós no diálogo, no debate, na compreensão e na interpretação, aproximarmo-nos de algumas ações que beneficiem a educação. O nosso objetivo não é outro se não o de ajudar a melhorar, a buscar uma qualidade, a resgatar a educação para todas as crianças e jovens de Santa Catarina. De forma que eu fico muito contente de estar aqui e poder, dentro das minhas limitações, oferecer aos amigos algum esclarecimento. Quero de antemão, dizer que sempre entendi a função pública como um trabalho de ajuda mútua e de parceria. Não entendo diferente disso. De forma que entendo que a Comissão de Educação desta Assembléia possa, nesta etapa em que a Professora Eliane está à frente da Secretaria de Estado da Educação, ser uma parceira para nos ajudar notadamente no momento que é novo para a educação. Nós estamos com a nova Lei de Diretrizes e Bases para ser implementada, com a Emenda Constitucional nº 14, que deu origem à Lei do Fundo, também aí nos primeiros momentos. Na verdade, vivemos um momento muito novo, muito diferente. E neste novo, por certo, existe a diferença de interpretação, é natural. E, nesta diferença de interpretação, provavelmente surgem os impasses e até conflito, que com parceria, com diálogo haveremos de chegar. É um objetivo, que são os repasses que na verdade é o cumprimento das leis que estão aí. De forma que eu me coloco aqui à disposição

para dialogar com a Presidente, Deputada Ideli Salvatti, com os Secretários de Educação Municipais, com os representantes do SINTE e com as demais lideranças políticas. Sobre aquilo que foi pedido à professora e à Secretária do Estado, que foi a Lei do Salário - Educação, cabe alguns registros. Poucos Estados da Federação, três ou quatro, já estão com esta questão devidamente colocada. Daí a minha colocação de que se vive um momento novo. E tanto Estados como Municípios estão procurando se adequar a uma nova realidade. A Lei do Salário-Educação, que foi mandada pelo Governo à Assembléia Legislativa... E existiu aqui, também, o projeto da Deputada Ideli Salvatti, que foi votado, enquanto que o nosso foi apenas apensado. A Lei que temos, que é a de nº 10.723, de certa forma acabou dando um certo prejuízo aos Municípios, porque contemplou o ensino supletivo, cujo maior contingente se encontra na rede estadual. Somente esta vontade da Secretaria de Estado da Educação já manifestada, coloca claramente vontade que o Executivo tem de fazer os repasses, que são justos, aos Municípios. Como a Lei foi publicada no dia 16 de março, a Secretaria de Estado da Educação, até o dia 16, tratou a questão do Salário-Educação como vinha historicamente fazendo. Fez convênios com alguns Municípios e repassou ou firmou Convênio da ordem de R\$ 4.100.000,00 (quatro milhões e cem mil reais), manifestando desta forma claramente a vontade de fazer esses repasses. Ora, na ausência de um instrumento que criteriasse, com hoje nós temos esta distribuição, agiu como a Secretaria sempre tem agido historicamente, ou seja, conveniou, repassou. Então, a partir da publicação da lei, qual foi a medida da Secretaria de Estado da Educação? Fez uma reprogramação, porque todo salário-educação passa o seu plano de aplicação, obrigatoriamente, pelo Conselho Estadual de Educação. No município terá, obrigatoriamente, que passar pelos Conselhos Municipais. E aí reside alguma dificuldade, pois alguns municípios, ainda não tem seu Conselho Municipal. E há que haver um plano de aplicação aprovado pelos Conselhos Municipais, assim como o Estado, a partir de 16 de março, reprogramou, passou pelo Conselho Estadual de Educação e há dez dias teve, então, esta oficialização do Conselho Estadual de Educação. A partir desta aprovação do Conselho, a Secretaria de Estado da Educação providenciou a todos os Municípios uma correspondência, e manteve contato com o BESC aqui em Florianópolis, no sentido de abrimos as contas para os repasses. Até fez isso porque estamos vivendo um momento novo. Então com relação ao salário-educação, estas foram as providências que a Secretaria de Estado da Educação tratou. Deputada Ideli Salvatti - Eu acato a sugestão da Secretária no sentido de tratarmos assunto por assunto, até para que possamos ser bastante produtivos. A questão do salário-educação foi debatida nesta Casa diversas vezes. Inclusive houve uma audiência pública que contou, na metade do ano passado, com a participação de mais de cinquenta Secretários Municipais da Educação. Infelizmente, o Secretário João Matos não compareceu. E esta audiência nós tiramos como deliberação a necessidade de fazer cumprir a medida provisória do Presidente Fernando Henrique, que estabelecia, delegava aos Estados a competência para regulamentar a distribuição da cota estadual do salário-educação, por lei estadual. A Presidência da República abria mão da sua competência legislativa, delegava aos Estados a competência para regulamentar a distribuição dos salários. A Assembléia e a UNDIME, de maneira muito especial, mantiveram durante o segundo semestre do ano passado uma contundente cobrança do envio do projeto. No dia 4 (quatro) de setembro o Secretário João Matos compareceu a uma convocação idêntica a esta. E nesta convocação se comprometeu, de público, enviar à Assembléia Legislativa três projetos de lei, o projeto do sistema estadual de educação, o projeto da cota estadual do salário educação e o projeto da regulamentação do Fundo do nosso Estado. Senhora Isaura Maria da Luz Silveira, Representante da UNDIME - Bom dia a todos. Gostaria de cumprimentar a Deputada Ideli Salvatti que preside este trabalho; a Secretária da Educação, professora Eliane; os demais membros já nominados; e os Secretários Municipais de Educação. Tivemos a oportunidade, em diversos momentos, de discutir as questões que hoje estão em pauta. No último dia 12 a diretoria da UNDIME foi recebida pela Secretária, quando conversamos e procuramos colocar os fatos, que vinham sendo discutidos, no decorrer do último ano, com o ex-Secretário João Matos. Naquele momento ficou acordado que nos meses de maio e junho as definições estariam concretizadas, colocando dessa forma algumas

dificuldades pela Secretária no que dizia respeito ao transporte que deixamos para mais adiante. Com relação ao salário-educação, pelo menos o entendimento do nosso último encontro foi que no mês de maio estaria estabelecido o cronograma de repasse aos municípios, e hoje a Secretária nos coloca que a primeira parcela, se bem entendi, já foi distribuída aos Municípios pelo critério anterior à lei. Então a título de esclarecimento, gostaríamos de saber quais os municípios que foram contemplados e que cota, baseado na legislação vigente, os municípios poderão contar. Além do cronograma, queremos saber a conta e a data de repasse, que não é do conhecimento da UNDIME. Acredito que para evoluirmos no diálogo deveríamos obter esses esclarecimentos. Secretária da Educação - em nenhum momento da fala da professora Eliane ficou concretizado que nós descumpriríamos a questão da distribuição e do critério que a lei estabelece. O que dissemos, inicialmente, salvo se eu estiver equivocada, o que não acredito, porque está muito claro, foi que a Secretaria da Educação manifestou a vontade de repasse, e o fez na ordem de R\$ 4.125.883,00 (quatro milhões, cento e vinte e cinco mil e oitocentos e oitenta e três reais) ou, há uma ausência, como historicamente a senhora bem sabe, como ocorreu em todos os Estados da Federação. Fazia-se esses repasses via convênios. Essa era uma praxe, era assim que se procedia. E na ausência da lei o que se fez? Repassou-se via convênio, aos Municípios valores dessa ordem a que me referi. Em nenhum momento da minha fala disse que nós descumpriríamos os repasses, que estão criados por lei, ou seja, a participação, tanto é que nós temos todos os Municípios e seus percentuais. De forma que aquilo que foi estabelecido, como está estabelecido per capita aos Municípios que não efetuaram os convênios, será repassado na forma da lei. Nós teremos que repassar aos Municípios a soma de R\$ 16.930.000,00 (dezesseis milhões, novecentos e trinta mil reais) e nós o faremos devidamente, tanto que a senhora deve, no seu Município, ter recebido a nossa correspondência, estabelecendo algumas questões que possamos habilitar conforme a legislação! E a Deputada Ideli Salvatti, que é a autora da lei, sobre que é o plano de aplicação, aprovado pelo conselho Municipal, e a declaração de que o Município cumpre o art. 212 da Constituição. Ana Aquini, Presidente do SINTE - A única colocação que faríamos enquanto sindicato é o seguinte: na verdade as Prefeituras vivem praticamente de vento. Muitas responsabilidades têm sido jogadas para as Prefeituras, em especial para a área de educação. Portanto seria de bom alvitre que esse dinheiro já estivesse nas mãos das Prefeituras para poder aliviar minimamente uma situação muito difícil para todos. Temos que cobrar dos correios, porque em uma semana não chegou nem na Prefeitura de Florianópolis, na sede, esta correspondência. Então, no mínimo, o Correio não está funcionando. Secretária da Educação. Professora Ana Aquini, a senhora disse que as Prefeituras vivem num momento de penúria? Ana Aquini - Numa situação muito difícil, na medida que muitas responsabilidades tem sido transferidas para as Prefeituras, em especial na área da educação. A pauta foi cumprida na íntegra, depois de muitos debates e esclarecimentos a Secretária da Educação, Senhora Eliane Neves Rebello Adriano agradeceu o convite, a forma que foi tratada e colocou-se à inteira disposição para eventuais momentos em que precisemos dirimir dúvidas. A Deputada Ideli Salvatti, agradeceu a presença de todos, e tenho certeza que tivemos bom proveito, principalmente se desta audiência tivermos os pontos concretos que todos nós aguardamos. Está encerrada a reunião, do que para constar, eu Orion Luiz Ramos, Secretário da Comissão de Educação, Cultura e Desporto, lavrei a presente Ata, que vai assinada pelo Presidente e demais membros.

Plenarinho da Casa, em 25 de maio de 1998.

Deputada Ideli Salvatti - Vice-Presidente
Deputado Lício Mauro da Silveira - Membro
Deputado Manoel Mota - Membro
Deputado Júlio Teixeira - Membro

*** X X X ***

ATA DA 3ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO, DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 13ª LEGISLATURA

Às dezessete horas do dia vinte e seis de maio de hum mil novecentos e noventa e oito, reuniu-se a Comissão acima epigrafada, na Sala de Reunião das Comissões do Palácio Barriga-Verde da Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina, presentes os Senhores Deputados Luiz Roberto Herbst, Presidente; Ideli Salvatti, Vice-Presidente; Udo Wagner; Idelvino Furlanetto. Havendo quórum regimental, o Senhor Presidente deu início aos trabalhos, iniciando com apresentação dos Projetos PL/0055.4/98, relatado pelo Senhor Presidente e o PD/ 0288.8/97, relatado pelo Deputado Udo Wagner, colocados em votação, foram aprovados por unanimidade. Em seguida o Senhor Presidente passou a palavra a Deputada Ideli Salvatti e esta pediu licença a Presidência e convidou os Professores João Tadeu, Ricardo Dias Martins de Carvalho da Faculdade de Engenharia de Joinville e a Professora Ana Maria Juliana, Coordenadora do Curso de Biblioteconomia da UDESC a assentarem à mesa. Senhor Presidente, nós recebemos uma documentação bastante volumosa, vindo dos Professores da Faculdade de Engenharia de Joinville que solicitaram a possibilidade de fazer uma exposição na Comissão de Educação, das irregularidades ocorridas na Universidade, num projeto envolvendo órgão do Ministério da Ciência e Tecnologia e a UDESC. E como a UDESC é uma Universidade Estadual, Órgão do Governo do Estado e que está submetido à fiscalização da Assembléia Legislativa, nós entendemos que é muito importante que nós podemos ter na Comissão de Educação a oportunidade de ouvir as explicações dos professores aqui presentes e que pudéssemos tomar, dentro no que tivesse no alcance desta Comissão e desta Casa as providências cabíveis. A Deputada Ideli Salvatti passou a palavra ao Professor João Tadeu que iniciou dizendo que em 1994 foi assinado um convênio entre o Estado de Santa Catarina e o FINEP, Financiadora de Estudo e Pesquisa, no valor de R\$ 6.000.000,00 (seis milhões de reais). Este financiamento não foi a fundo perdido, e que será pago pelo governo do Estado. Nós esperávamos que houvesse um aparelhamento da Universidade, dos laboratórios, construções de laboratórios, que houvesse uma mudança, seria na redenção da UDESC, a nível de capacitação e aparelhamento da Universidade para cumprir as suas funções de educação. Professor Ricardo Dias, eu quero denunciar aqui as irregularidades cometidas com a prestação de contas, quando a Reitoria da UDESC diz que está prestando contas de R\$ 3.361.000,00 (três milhões, trezentos e sessenta e um mil reais) do valor total de R\$ 6.000.000,00 (seis milhões de reais), na verdade nós conseguimos somar apenas R\$ 2.057.000,00 (dois milhões, cinquenta e sete mil reais), tendo uma diferença de R\$ 1.320.000,00 (hum milhão, trezentos e vinte mil reais). Existe inúmeras notas fiscais somadas mais de uma vez. Nestas notas fiscais datadas do dia 3, elas aparecem no dia 8 também, com a mesma numeração, o mesmo valor e a mesma empresa, isto é uma irregular bastante grosseira. E aí tantas outras, conforme consta na prestação de contas que estamos deixando em poder da Comissão de Educação. Deputada Ideli Salvatti sugeriu que fosse convocado o Reitor da UDESC e trazer consigo os documentos originais da prestação de contas. Deputado Luiz Roberto Herbst falou que segunda feira tem a reunião da Comissão de Fiscalização, Controle e Eficácia Legislativa, que juntamente com o Deputado Carlito Merss somos membros da referida Comissão e levaremos ao conhecimento do Presidente, Deputado Norberto Stroich Filho, juntamente com a presença dos Senhores Professores. Nada mais havendo a tratar o Senhor Presidente agradeceu a presença de todos e convocou para a próxima terça-feira a reunião ordinária da Comissão de Educação e deu por encerrada a presente reunião. Do que para constar, eu Orion Luiz Ramos, Secretário da Comissão de Educação, Cultura e Desporto, lavrei a presente Ata que vai assinada pelo Presidente e demais membros.

Sala de Reuniões, em 26 de maio de 1998.

Deputado Luiz Roberto Herbst - Presidente
Deputada Ideli Salvatti - Vice-Presidente
Deputado Udo Wagner - Membro
Deputado Idelvino Furlanetto - Membro

*** X X X ***

**ATA DA 7ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE
EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA
DA 13ª LEGISLATURA**

Às dezessete horas do dia vinte e dois de junho de mil novecentos e noventa e oito, reuniu-se a Comissão acima epigrafada, no Plenarinho do Palácio Barriga-Verde da Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina. Presentes os Senhores Deputados Luiz Roberto Herbst - Presidente, Ideli Salvatti - Vice-Presidente, Deputado Manoel Mota - Membro, Deputado Carlito Merss, que substituiu o Deputado Idelvino Furlanetto, Deputado Norberto Stroisch Filho que substituiu o Deputado Júlio Teixeira. O senhor Presidente cumprimentou a todos e deu início aos trabalhos, apresentado PL/0090.5/98, o PL/0091.8/95 e o PL/0078.0/98, tendo como relator o Deputado Luiz Roberto Herbst Presidente da Comissão, colocado em votação foram aprovados por unanimidade. O Presidente agradeceu a presença de todos e deu por encerrada a reunião, do que para constar eu Orion Luiz Ramos, Secretário da Comissão de Educação, Cultura e Desporto, lavrei a presente Ata, que vai assinada pelo Presidente e demais membros.

Sala de Reuniões, em 22 de junho de 1998.

Deputado Luiz Roberto Herbst - Presidente

Deputada Ideli Salvatti - Vice-Presidente

Deputado Carlito Merss - Substituto

Deputado Norberto S. Filho - Substituto

*** X X X ***

EDITAL

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA - ALESC

COMISSÃO DE PROCESSO ADM. DISCIPLINAR 001/98

EDITAL DE CITAÇÃO DE ACUSADO EM PROCESSO ADM. DISCIPLINAR

O Presidente da Comissão de Processo Administrativo Disciplinar nº 001/98, constituída pela Resolução nº 351/98, da Mesa Diretora da Assembléia Legislativa de Santa Catarina, faz saber ao servidor **JOSÉ JOÃO DE SOUZA**, ocupante do cargo de Técnico em Serviços Especializados, código PL/ART-6, matrícula 1565, que estão correndo, em seus termos legais, os autos do Processo Administrativo em que o mesmo figura como indiciado, no qual lhe pesa a acusação de infringência do Art. 137, inciso II, 2 (Inassiduidade Permanente), da Lei 6.745/85 (Estatuto dos Funcionários Públicos Cíveis do Estado). E, constando dos autos que se encontra em lugar incerto e não sabido, fica, pelo presente edital, citado para, no dia dezesseis de julho do ano de hum mil, novecentos e noventa e oito, quinta-feira, às 9:00 hs. comparecer, sob pena de revelia, perante esta Comissão, sediada na Sala nº 309, 3º andar, no prédio do Poder Legislativo, a fim de ser interrogado sobre o fato que lhe é imputado. Fica também citado para acompanhar, na condição de indiciado, toda a instrução do Processo Administrativo Disciplinar que ora lhe é movido, podendo se fazer assistir por advogado legalmente constituído, bem como, dentro do prazo de 5 (cinco) dias, contados da audiência inicial de interrogatório, apresentar rol de testemunhas, até o máximo de 05 (cinco), e requerer as provas de seu interesse. Para ciência do indiciado, conforme manda o Art. 160 da aludida lei, e expedido o presente edital, a ser publicado por três dias consecutivos.

Florianópolis, 22 de junho de 1998.

Henrique Vaz

Presidente da Comissão

*** X X X ***

PROJETOS DE LEI

PROJETO DE LEI Nº 198/98

Altera dispositivo da Lei nº 8.295, de 08 de julho de 1991.

Art. 1º - O art. 3º da Lei 8.295, de 08 de julho de 1991, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 3º - Consideram-se idosos para efeito desta Lei, as pessoas maiores de 60 (sessenta) anos de idade.”

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 15 de junho de 1998.

Deputado Pedro Uczai

Partido dos Trabalhadores - PT

Lido no Expediente

Sessão de 24/06/98

JUSTIFICATIVA

A Política Nacional do Idoso, estabelecida na Lei Federal 8.842, de 04 de janeiro de 1994, considera idoso as pessoas maiores de 60 (sessenta) anos em seu Art. 2º.

O Fórum de Direitos Humanos, que discute a questão, nesta Assembléia Legislativa, em relatório indica a necessidade de alteração da legislação objeto deste Projeto de Lei, afim de adequar o conceito com a Política Nacional.

Assim sendo, entendemos como legítima esta mudança e a qual solicitamos a aprovação pelo nobres Pares.

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 199/98

DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA

Art. 1º - Fica declarado de utilidade pública o CONSELHO DO BEM ESTAR SOCIAL DE BOMBINHAS, do Município de Bombinhas - SC.

Art. 2º - À entidade de que trata o artigo anterior ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Florianópolis (SC), em 22 de junho de 1998

Deputado João Henrique Blasi

Lido no Expediente

Sessão de 24/06/98

JUSTIFICAÇÃO

EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE E DEMAIS MEMBROS DA COLENDAS ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA

À luz do Art. 50, **caput**, da Carta Magna Barriga-Verde, compaginado com o Art. 111, I, do Pergaminho Regimental, proponho a outorga do **status** de utilidade pública para o CONSELHO DO BEM ESTAR SOCIAL DE BOMBINHAS - BOMBINHAS - SC.

Do ponto de vista formal, a proposição se pauta pela diretivas hospedadas na Lei Complementar nº 066, de 20 de outubro de 1992, que “Disciplina o disposto pelo parágrafo único do Art. 18 da Constituição do Estado de Santa Catarina, e dá outras providências”.

Outrossim, a entidade **sub examine** provê os quesitos impostos pelas legislação atinente à matéria, nomeadamente as Leis nºs 9.540, de 18 de abril de 1994; 9.704, de 30 de setembro de 1994; e 10.062 de 8 de janeiro de 1996.

Destarte, a proposição se reveste das condições jurídica tramitacionais, podendo se submeter ao rito regimental pertinente, uma vez que o deferimento da admissão se apresenta pacífico.

De outro vértice, quanto ao mérito, os préstimos da entidade patenteia a justeza da iniciativa, de modo que pleiteio o acolhimento de VV. Exas.

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 200/98

Declara de utilidade pública

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Ação Paroquial de Ingleses (ASPI), com sede no Município de Florianópolis e foro na Comarca da Capital.

Art. 2º À entidade de que trata o artigo anterior ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Florianópolis (SC), em 16 de junho de 1998.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE BLASI

Líder da Bancada do PMDB

Lido no Expediente

Sessão de 24/06/98

JUSTIFICAÇÃO

À luz do Art. 50, **caput**, da Carta Magna do Estado de Santa Catarina, compaginado com o Art. 111, I, do Pergaminho Regimental, proponho o **status** de utilidade pública para a AÇÃO SOCIAL PAROQUIAL DE INGLESSES (ASPI).

A presente iniciativa colima os relevantes préstimos da Entidade à comunidade, cujo relatório de atividades, constante dos autos, constitui-se em prova eloquente.

Outrossim, figuram, apenso, os documentos peticionados pela legislação atinente à matéria **sub examine**.

Igualmente vislumbrando justeza no preito, peticiono a tramitação regimental e o acolhimento da proposta de minha lavra.

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 201/98

**Declara de Utilidade Pública a entidade
Abrigo Luz do Amanhã, com sede e foro no
município de Itajaí-SC.**

Art. 1º - Fica declarada de utilidade pública a entidade **Abrigo Luz do Amanhã**, sediada no município de Itajaí, comarca de Itajaí-SC.

Art. 2º - À entidade de que trata o artigo anterior, ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões, 23 de junho de 1998.

Deputado VOLNEI MORASTONI

Lido no Expediente

Sessão de 25/06/98

JUSTIFICATIVA A PROJETO DE LEI

Senhor Presidente

Senhores Deputados

Na forma prescrita pelo artigo 50 da Constituição do Estado de Santa Catarina e artigo 100, inciso I, do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, submeto à apreciação de Vossas Excelências, o Projeto de Lei que declara de utilidade pública a entidade **Abrigo Luz da Manhã**, com sede e foro no município de Itajaí-SC.

A referida entidade iniciou suas atividades em 01 de agosto 1994, com seus estatutos sociais sendo devidamente registrados em 19 de Setembro de 1994, sob nº 0.885 do livro A-04, no Cartório de Registro de Títulos e Documentos e das Pessoas Jurídicas da Comarca de Itajaí - Santa Catarina.

O "Abrigo Luz da Manhã" é uma entidade civil sem fins lucrativos, de duração indeterminada, e tem por objetivos:

- Promover o bem-estar, a proteção e a integração da criança na sociedade;

- Prestar atendimento à crianças de zero a doze anos de idade, privadas de condições essenciais a sua subsistência, saúde e educação obrigatória;

- Prestar atendimento às crianças privadas de representação ou assistência legal, pela falta eventual dos pais ou responsáveis, encaminhadas pelo Conselho Tutelar ou Juizado.

Considerando o acima exposto, conto com o apoio dos Senhores Deputados para a aprovação da presente proposição.

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 202/98

**Dispõe sobre a apreciação dos convênios,
ajustes, acordos e instrumentos congê-
neres previstos no art. 20 da Constituição
Estadual e dá outras providências.**

Art. 1º A apreciação dos convênios, ajustes, acordos e instrumentos congêneres previstos no art. 20 da Constituição Estadual será realizada na forma prevista na presente Lei.

Parágrafo único - Para fins desta Lei, consideram-se:

I - convênios, os atos administrativos praticados pela administração pública estadual que formalizam acordos, firmados por órgãos ou entidades da administração pública, de qualquer dos Poderes, entre si, e ou com órgãos ou entidades da administração pública federal e municipal, com entidades ou empresas privadas nacionais ou estrangeiras, com órgãos de administração de governos estrangeiros, para realização de objetivos de interesse comum dos partícipes, que resultem em benefício da sociedade ;

II - ajustes, os atos administrativos, praticados pela administração pública estadual, de qualquer dos Poderes, entre si, e ou com órgãos ou entidades da administração pública federal e municipal, com entidades ou empresas privadas nacionais ou estrangeiras, com órgãos de administração de governos estrangeiros, pelos quais são ajustados as condições e cláusulas estabelecidas para a efetivação de obrigações recíprocas, visando a consecução de objetivos de interesse público;

III - acordos, os atos administrativos, convenções e pactos, concretizados entre órgãos ou entidades da administração pública estadual, de qualquer dos Poderes, firmado, entre si, e ou com órgãos ou entidades da administração pública federal e municipal, com entidades ou empresas privadas nacionais ou estrangeiras, com órgãos de administração de governos estrangeiros, em que haja um acordo de vontades para a formação de vínculo e a estipulação de obrigações recíprocas, seja qual for a denominação utilizada, visando a consecução de objetivos de interesse público;

IV - instrumentos congêneres, os atos administrativos praticados pela administração pública estadual, de qualquer dos

Poderes, não definidos nos incisos anteriores deste artigo, mas que objetivam a pactuação ou contratação de direitos e deveres, firmados entre si, com órgãos ou entidades da administração pública federal e municipal, com entidades ou empresas privadas nacionais ou estrangeiras, com órgãos de administração de governos estrangeiros, e que resultam na estipulação de obrigações recíprocas, seja qual for a denominação utilizada, visando a consecução de objetivos de interesse público,

Art. 2º As matérias, firmadas pelos órgãos ou entidades da administração pública de qualquer dos Poderes, serão submetidas à deliberação da Assembleia Legislativa no prazo de 30 (trinta) dias contados da sua assinatura, e serão apreciados na forma e nos prazos previstos no regimento interno.

Parágrafo único - É facultado, aos Chefes de qualquer dos Poderes e aos parlamentares solicitar, a qualquer tempo, a tramitação em regime de urgência da matéria de que trata esta Lei.

Art. 3º Aplica-se ao disposto nesta Lei os convênios, os ajustes, os acordos e os instrumentos congêneres, firmados por empresas públicas e de economia mista, cujo controle acionário pertençam ao Estado de Santa Catarina, visando:

I - a venda de ações, com ou sem transferência de controle acionário, administrativo, técnico ou de gestão compartilhada das mesmas;

II - ao arrendamento mercantil, lançamento e ou alienação de debêntures, conversíveis ou inconvertíveis em ações, com ou sem transferência do controle acionário, administrativo e ou técnico.

Art. 4º Os convênios, ajustes, acordos e instrumentos congêneres perderão sua eficácia, e serão nulos para todos os efeitos legais, desde a data em que forem firmados, quando não forem encaminhados à deliberação da Assembleia Legislativa no prazo estabelecido nesta lei ou por esta rejeitados.

Art. 5º O não cumprimento ao disposto nesta lei, caracteriza-se como crime de responsabilidade, devendo o agente público que for responsabilizado ressarcir a administração pública estadual dos eventuais prejuízos financeiros.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões,

Deputado Lício Mauro da Silveira

Lido no Expediente

Sessão de 29/06/98

JUSTIFICATIVA

Apresento à deliberação dos demais Pares desta Casa, Projeto de Lei, que visa explicitar o disposto no art. 20 da Constituição do Estado de Santa Catarina.

Em seu artigo primeiro, a proposição define claramente os termos usados na administração pública, que em seus objetivos pretendem a formalização de instrumentos legais afim de que o Estado cumpra o seu papel de gestor da coisa pública, ou a consecução de objetivos de interesse público, resultando em benefícios para a sociedade .

Nos demais artigos estabelece a obrigatoriedade do pronunciamento desta Casa sobre estes atos, bem como prevê as normas para sua tramitação e as conseqüências do resultado da nossa deliberação, quando for negativa.

Entendemos que esta explicitação se faz necessária, tendo em vista que da forma que esta disposto na Carta Magna, ficam evidenciados o resultado prático, ou efeito legal do procedimento adotado.

O embasamento constitucional da proposta é fundamentado, no artigo que pretende clarificar, aliado ao Inciso XI, do art. 40 da Constituição Estadual que assim aduz:

"Art. 40 - É competência exclusiva da Assembleia Legislativa:

...;

XI - fiscalizar e controlar diretamente aos atos administrativos dos órgãos dos Poderes Executivo e Judiciário, incluídos os das entidades da administração indireta e do Tribunal de Contas;"

Para que possa esta Casa exercer na plenitude o papel constitucional que a sociedade lhe confiou e para que os reais interesses da sociedade catarinense sejam efetivados é que peço a aprovação deste Projeto de Lei.

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 203/98**AUTORIZA A SECRETARIA DA SAÚDE A DISTRIBUIR SERINGAS DESCARTÁVEIS AOS USUÁRIOS DE DROGAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

O GOVERNADOR DO ESTADO DE SANTA CATARINA:

Faço saber que a Assembléia Legislativa decreta e eu promulgo a seguinte lei:

Artigo 1º - Fica a Secretaria de Estado da Saúde autorizada a adquirir e distribuir seringas e agulhas descartáveis aos usuários de drogas endovenosas, com o objetivo de prevenir, controlar e reduzir a transmissão do vírus da AIDS em Santa Catarina, mediante atividades de Redução de Danos.

Parágrafo 1º - As atividades de Redução de Danos, previstas no "caput" deste artigo, incluindo a troca de agulhas e seringas descartáveis, dirigidas aos usuários de drogas injetáveis, deverão contemplar as seguintes ações:

I - orientar e aconselhar sobre os riscos à saúde decorrentes do uso de drogas;

II - orientar e aconselhar sobre procedimentos destinados a minimizar os riscos inerentes ao uso de drogas, incluindo os métodos de desinfecção de agulhas e seringas;

III - orientar sobre a prevenção da transmissão sexual da infecção pelo vírus da AIDS e outras Doenças Sexualmente Transmissíveis;

IV - distribuir preservativos;

V - oferecer encaminhamento dos usuários de drogas injetáveis aos serviços de tratamento de dependência química e atenção integral à saúde, bem como a outros serviços públicos que estimulem o exercício da cidadania.

Parágrafo 2º - A Secretaria de estado do saúde garantirá anonimato aos usuários que procurarem o serviço.

Artigo 2º - É facultado à Secretaria da Saúde celebrar convênios com municípios, universidades e organizações não-governamentais, visando o acompanhamento, execução e avaliação desta lei.

Artigo 3º - O Poder Executivo desenvolverá campanhas públicas maciças de prevenção ao uso de drogas e à AIDS no Estado.

Artigo 4º - O Poder Executivo regulamentará a presente lei no prazo de 30 (trinta) dias a contar de sua publicação.

Artigo 5º - As despesas com a execução da presente lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Artigo 6º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Florianópolis, 24 de Junho de 1998.

VOLNEI MORASTONI

Deputado Estadual - PT/SC

Lido no Expediente

Sessão de 29/06/98

JUSTIFICATIVA

Cresce assustadoramente a incidência da AIDS em Santa Catarina e o consumo de drogas psicoativas, ao mesmo tempo em que observamos a sua "pauperização", aumento do número de casos nas camadas mais pobres da população. Em relação à AIDS, também observamos que está ocorrendo uma "infantilização" da doença (aumento do número de casos entre crianças), uma "juvenilização" (aumento do número de casos entre jovens) e um aumento do número de casos entre as mulheres.

As drogas e a AIDS andam de mãos dadas. Há dados que mostram a proliferação e o grande número de usuários de drogas injetáveis no Estado como fatores principais do crescimento da AIDS.

Santa Catarina apresenta as duas cidades brasileiras, Itajaí e Balneário Camboriú, com o maior índice de casos de AIDS notificados por 100 mil habitantes, e Florianópolis ocupa o 7º lugar. Mas, o problema se alastra por todas as regiões do estado.

Segundo uma entrevista dada pelo infectologista Dr. Miranda, do Hospital Nereu Ramos de Florianópolis ao Jornal Tribuna Metropolitana, edição de 14 a 20 de junho de 1998, em anexo, (documento nº 1) "se não forem feitas ações efetivas no combate à AIDS em Santa Catarina, nos próximos anos o estado não terá como tratar seus doentes. Cada vez mais a doença está atingindo as camadas mais pobres da população, que não tem como bancar um tratamento adequado contra a AIDS e, o pior, não tem consciência do poder letal que carregam no corpo. Se ninguém mais fosse contaminado a partir de hoje, nos próximos anos cerca de 100 mil pessoas no estado morrerão vítimas do HIV." Ainda de acordo com o infectologista Dr. Miranda, "um dos principais fatores que fazem com que Santa Catarina lidere o ranking da AIDS no

Brasil é a proliferação e o grande número de usuários de drogas injetáveis no estado. Em Santa Catarina, de cada 10 pessoas que são soro positivas, 5 delas contraíram o vírus através de uma agulha coletiva." "Esses índices são dos maiores do mundo", afirma o médico. Ele defende "uma ação mais efetiva na educação e conscientização destas pessoas para que os níveis de contaminação do vírus não aumentem ainda mais. É preciso parar com a hipocrisia, se referindo ao fato de a distribuição de seringas descartáveis não ser aceita e permitida por governantes, políticos e alguns setores da sociedade."

O documento (nº 2), em anexo, relativo ao I FORUM E I ENCONTRO CATARINENSE DE REDUTORES DE DANOS, realizado no período de 04 a 06 de junho de 1998, em Florianópolis, patrocinado pela Secretaria Estadual de Saúde e Secretarias Municipais de Saúde, contando com participantes de vários estados brasileiros, além dos objetivos e resultados esperados, apresentou a seguinte justificativa para a sua realização: "O Estado de Santa Catarina, de acordo com os últimos registros no Boletim Epidemiológico, apresenta índices dos mais elevados de notificação pelo vírus HIV, sendo que a grande parte destes acontecem entre usuários de drogas injetáveis, atingindo também os seus (suas) parceiros(as) sexuais. No município de Itajaí, segundo o Boletim Epidemiológico da Secretaria Municipal de Saúde, Divisão de Vigilância Epidemiológica, 69% dos casos notificados são por uso de drogas injetáveis. Em Florianópolis temos 43% dos casos notificados de acordo com o PM/DST/AIDS-SSDS." Em Santa Catarina, estima-se que em torno de 40% dos casos de AIDS estejam entre os usuários de drogas injetáveis (o maior fator de exposição) como pode ser observado no documento nº 3, em anexo, da Secretaria Estadual de Saúde, onde mostra "DISTRIBUIÇÃO DE CASOS DE AIDS POR CATEGORIA DE EXPOSIÇÃO, SEXO, FREQUÊNCIA RELATIVA, SANTA CATARINA, 1984-1987: - CATEGORIA DE EXPOSIÇÃO SANGÜÍNEA: USO DE DROGAS INJETÁVEIS, CORRESPONDE 39.4%."

Para enfrentar especificamente esta realidade e evitar a contaminação desenfreada pelo HIV, se propõe a distribuição de seringas descartáveis, mediante troca, aos usuários de drogas injetáveis, dentro de um Programa de Redução de Danos.

O Programa de Redução de Danos, que inclui a distribuição de seringas, mediante troca, para os usuários de drogas injetáveis, pode propiciar a aproximação e a conquista da confiança entre os participantes do programa e os usuários de drogas injetáveis (UDIS), abrindo caminho para convencê-los a abandonarem o uso de drogas e encaminhá-los para o devido tratamento da dependência química. É um programa do ponto de vista da saúde pública, em defesa da vida.

A proposta de Redução de Danos sustentada, hoje preconizada pelo Ministério da Saúde, conforme documentos em anexo, documentos nº 4, 5, 6, 7) não dispensa o engajamento pela "redução do uso ou da demanda". A Redução de Danos se fundamenta numa tríplice recomendação: 1) NÃO USE DROGAS. 2) SE VOCÊ É DEPENDENTE, NÃO FAÇA USO INJETADO E COMPARTILHADO. 3) SE VOCÊ DEPENDE DE DROGAS INJETÁVEIS, FAÇA USO LIMPO.

Há argumentos favoráveis à distribuição de seringas, mediante troca, entre os usuários de drogas injetáveis, através dos Programas de Redução de Danos, que defendem:

- Infecções pelo HIV caíram em todos os países em que o programa foi implantado.
- Caíram também os casos de reinfecção pelo vírus da AIDS e contaminação por hepatite e doenças sexualmente transmissíveis.
- Implantação do programa de trocas não aumentou o número de usuários, pelo contrário, alguns iniciaram tratamento.
- Dependentes criaram vínculo com ONG'S ou serviços de saúde, saindo da clandestinidade.
- Acesso a preservativos diminuiu infecções por meio de relações sexuais.
- Diminuiu a violência policial contra usuários e a discriminação foi reduzida.

O Ministério Público do Estado de Santa Catarina, a respeito de consulta formulada pela Secretaria de Saúde de Itajaí, sobre a legalidade da distribuição de seringas descartáveis entre usuários de drogas injetáveis (UDIS), como forma de combate à disseminação do vírus da AIDS, de acordo com documento nº 8, em anexo, assim se manifesta: "...Ora, se o bem jurídico protegido pelos delitos previstos na Lei Federal Nº 6.368/76, Lei Antitóxicos, é a saúde pública, a AIDS, doença dos tempos contemporâneos, tem causado ainda maior perigo ao aludido bem jurídico, face a sua letalidade e seu devastador poder de disseminação. Vivemos um verdadeiro estado de necessidade social, onde o combate imediato e eficiente à propagação da AIDS se torna imperativo." Continua o documento: "...a distribuição de seringas e outros materiais afins a usuários de drogas injetáveis, empreendida por autoridade sanitária e estabelecida por política de controle e orientação, não configura pois, infração às normas previstas no Capítulo I, da Lei de Tóxicos, ou crime previsto nos inciso I

(induzimento, instigação ou auxílio ao uso de substâncias entorpecentes) ou inciso III (contribuição de qualquer forma para o incentivo ou difusão do uso indevido ou tráfico ilícito de entorpecentes) do § 2º, do artigo 12 da lei Antitóxicos." "...A distribuição de seringas é legal sob a égide do princípio da equidade..." "...A ausência de combate eficaz a disseminação do vírus HIV entre usuários de drogas, trará consequências letais, inviabilizando, as demais ações públicas no combate ao uso indevido de drogas injetáveis." Assim, conclui o documento do Ministério Público de Santa Catarina, dizendo: "O *animus* existente na ação de distribuição de seringas aos usuários de drogas injetáveis, pelas autoridades sanitárias, está voltado à proteção dos próprios usuários destas, de seus parceiros sexuais, de seus futuros filhos e daqueles que mantiverem contato sanguíneo. A vontade resume-se em combater uma das mais nocivas causas do uso indevido de substâncias entorpecentes. De todo o exposto, a execução do Projeto de Redução para Redução de Danos em UDIs (Usuários de Drogas Injetáveis), desenvolvido pelas autoridades sanitárias, através de programas de aconselhamento, encaminhamentos clínicos, trocas de seringas e agulhas, distribuição de hipoclorito de sódio, estímulo à auto-organização de usuários de drogas injetáveis, dentre outros, não caracteriza ofensa à lei, ao contrário, vem ao encontro dos interesses sociais emergentes.", assim conclui a manifestação do Ministério Público do Estado de Santa Catarina.

Por isso, ao participar, do I Fórum e I Encontro Catarinense de Redutores de Danos, ocorrido no período de 04 a 06 de junho de 1998, em Florianópolis, tomei a decisão de apresentar este projeto de lei que propõe especificamente "autorização à Secretaria Estadual de Saúde para distribuir seringas descartáveis, mediante troca, aos usuários de drogas injetáveis". Ao mesmo tempo, porém, mantenho o outro projeto de lei nº 381/97, que está tramitando na Assembléia Legislativa desde novembro de 1997, em cujo artigo nº 4, já preconiza proposta similar, e, nos seus demais artigos, propõe tratar a questão das drogas e da AIDS de uma forma mais abrangente, do ponto de vista da prevenção ao uso de drogas e à AIDS, do tratamento aos dependentes químicos e do combate ao tráfico de drogas.

Precisamos urgentemente reunir representantes do Ministério da Saúde, da Secretaria Estadual de Saúde, das Secretarias Municipais de Saúde, do Ministério Público, da Secretaria de Segurança Pública, da Polícia Federal, do Conselho Estadual e dos Conselhos Municipais de Entorpecentes, das Organizações Não-Governamentais e de todas as demais entidades públicas ou privadas interessadas para debatermos o assunto e tomarmos as decisões que se fazem necessárias.

Em anexo, ainda acrescentamos os seguintes documentos: nº 9 - Lei Nº 9.758 (do Estado de São Paulo) e seu decreto de regulamentação que versam sobre a distribuição de seringas descartáveis para os usuários de drogas injetáveis e que serviram de modelo para o presente projeto de lei para o nosso Estado de Santa Catarina), nº 10 - Projeto de Lei Nº 381/97, que estabelece medidas de prevenção ao uso de drogas psicoativas e à AIDS, tratamento aos dependentes químicos e combate ao tráfico de drogas (de autoria do Deputado Volnei Morastoni), nº 11 - número estimado de pessoas sofrendo com HIV/AIDS no mundo, nº 12 - Boletim Epidemiológico do MS mostrando os municípios com maiores números de casos de AIDS, nº 13 - Diversos artigos de revistas e jornais sobre drogas e AIDS: Revista Manchete (270997) - A República das Seringas, JSC (26e271097) - Usuários de Drogas Recebem Seringas, F. S. Paulo (221197) - As punições previstas na atual lei de tóxicos devem ser revistas?, F. S. Paulo (241197) - Seringas, Aids e Drogas, F. S. Paulo (251197) - Aids, Ignorância e Pobreza, F. S. Paulo (091297) - Cresce o uso de drogas entre estudantes, F. S. Paulo (101297) - Jovens estão mais próximos das drogas, F. S. Paulo (110598) - Aids, crime e droga ameaçam teen do século 21, Gazeta Mercantil (130598) - Estratégia contra a Aids, Diário da Cidade (220598) - Saúde implementa programa que vai distribuir seringas para usuários de drogas injetáveis, JSC (24e250598) - Tráfico nas escolas deixa polícia assustada, F. S. Paulo (300598) - Armas e Crack, A Notícia (040698) - Drogas, o outro lado, F. S. Paulo (050698) - Escolas têm 6.000 crianças com HIV, DC (050698) - Debatida a transmissão da Aids com seringas, DC (060698) - Sc debate formas de prevenir Aids, JSC (070698) - Crack toma o lugar da cocaína, F. S. Paulo - FHC discute nos EUA plano de combate ao tráfico de drogas, F. S. Paulo (090698) - FHC decide instituir secretaria antidrogas, A Notícia (090698) - MP criará secretaria antidrogas, A Notícia (100698) - Crack e outras drogas, A Notícia (110698) - A globalização das drogas, DC (140698) - Atribuição da Secretaria Antidrogas gera polêmica, Revista ÉPOCA (150698) - DROGAS, PERIGO NO RECREIO, F. S. Paulo (200698) - Sul lidera o avanço da Aids no Brasil, F. S. Paulo (200698) - FHC cria Secretaria Antidrogas, F. S. Paulo (200698) - Narcotráfico mina indústria colombiana.

Obs.: Os documentos, em anexo, citados estão à disposição dos interessados que queiram cópias.

*** X X X ***

REDAÇÕES FINAIS

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 110/98

Autoriza a abertura de crédito especial em favor da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico e Integração ao Mercosul.

A Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina Decreta:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir crédito especial no valor de R\$ 1.462.115,60 (um milhão, quatrocentos e sessenta e dois mil, cento e quinze reais e sessenta centavos), em favor da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico e Integração ao Mercosul, obedecido ao seguinte detalhamento:

5900	SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E INTEGRAÇÃO AO MERCOSUL
5901	GABINETE DO SECRETÁRIO
Atividade	Subvenção Econômica a Santa Catarina Turismo
Código	5901.11080312.037
3000.00	DESPESAS CORRENTES
3200.00	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES
3210.00	Transferências Intragovernamentais
3212.00	(00) Subvenções EconômicasR\$ 1.462.115,60

Art. 2º Os recursos ofertados para a abertura de crédito especial são provenientes da anulação parcial de dotações orçamentárias consignadas ao subelemento de despesa da atividade a seguir especificada:

5900	SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E INTEGRAÇÃO AO MERCOSUL
5901	GABINETE DO SECRETÁRIO
Projeto	Desenvolvimento de Ações Voltadas a Promoção do Estado e Expansão Industrial
Código	5901.11623461.052
3000.00	DESPESAS CORRENTES
3100.00	DESPESAS DE CUSTEIO
3130.00	Serviços de Terceiros e Encargos
3132.00	(00) Outros Serviços e EncargosR\$ 1.462.115,60

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

SALA DAS SESSÕES, em 24 de junho de 1998.

Deputado Ivan Ranzolin - Presidente da CCJRL

Deputado João Henrique Blasi - Membro

Deputado Olives Santini - Membro

*** X X X ***

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 184/98

Estabelece linha de correlação no âmbito da Fundação do Meio Ambiente - FATMA, do extinto Departamento Autônomo de Edificações - DAE, da Fundação Catarinense de Educação Especial - FCEE, para efeitos da aplicação da Lei Complementar nº 83, de 18 de março de 1993, inclui função no anexo único da Lei nº 9.818, de 29 de dezembro de 1994 e estabelece outras providências.

A Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina Decreta:

Art. 1º Para efeitos de aplicação do disposto na Lei Complementar nº 83, de 18 de março de 1993, com a redação dada pelo art. 8º da Lei Complementar nº 112, de 31 de janeiro de 1994, no âmbito da Fundação do Meio Ambiente - FATMA, no extinto Departamento Autônomo de Edificações - DAE e na Fundação Catarinense de Educação Especial - FCEE, ficam estabelecidas as linhas de correlação constantes dos Anexos I, II e III, respectivamente, partes integrantes desta Lei.

Art. 2º Fica estendida a aplicação do art. 1º da Lei nº 9.818, de 29 de dezembro de 1994, no âmbito do Departamento de Estradas de Rodagem - DER, às funções de Chefe de Serviço, conforme linha de correlação constante do anexo IV, parte integrante desta Lei.

Parágrafo único. O disposto no caput deste artigo, aplica-se a função de Chefe de Seção no âmbito do DER, conforme linha de correlação constante do anexo V, parte integrante desta Lei.

Art. 3º As despesas decorrentes da aplicação desta Lei correrão à conta das dotações próprias do orçamento do Estado.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

SALA DAS SESSÕES, em 23 de junho de 1998.

Deputado Ivan Ranzolin - Presidente da CCJRL

Deputado Romildo Titon - Membro

Deputado Miguel Ximenes - Membro

Deputado Olives Santini - Membro

Deputado João Henrique Blasi - Membro

Anexo I	
Funções Anteriores - Níveis	Níveis para efeitos da aplicação da Lei Complementar nº 83/93
Funções de Diretor, Gerência, Chefia, Secretaria, Assessoramento e de Assistência - FG-4 Funções de Chefia e de Coordenação - FG-3	DASU-2
Chefe de Parque - FG - 2 e funções correlatas	DASU - 1

Anexo II	
Cargos e Funções Anteriores Dec. 1.497, de 19.04.88 Dec. 1.912, de 04.07.88	Cargos/Níveis para efeitos da aplicação da Lei Complementar nº 83/93
Presidente - DAS - 4	Diretor Geral (não codificado)
Diretor Geral - DAS - 4	Diretor Geral (não codificado)
Diretor - DAS - 2 Procurador Jurídico - DAS - 2 Oficial de Gabinete - DAS - 1	DAS - 3
Chefe de Distrito - DAI - 4 Chefe de Divisão - DAI - 4 Chefe de Unidade - DAI - 4 Chefe de Serviço - DAI - 3	DAS - 2
Chefe de Seção - DAI - 1	DAS - 1

Anexo III	
Função Anterior - Nível	Nível para efeitos da aplicação da Lei Complementar nº 83/93
Diretor de CDH - FG - 3 Coordenador Assessoria de Superintendente - FG - 3 Coordenador de Programas - FG - 3 Coordenador de Unidade - FG - 3	DASU - 2
Chefe de Divisão - FG - 2 Chefe de Gabinete - FG - 2 Chefe de Setor - FG - 2 Coordenador de Programa - FG - 2 Coordenador de Unidade - FG - 2	DASU - 1

Anexo IV	
Função Anterior Dec. 3.135/89	Níveis para efeitos da aplicação da Lei Complementar nº 83/93
Chefe de Serviço - DAI-3	DAS-2

Anexo V	
Função Anterior Dec. 3.135/89	Níveis para efeitos da aplicação da Lei Complementar nº 83/93
Chefe de Serviço - DAI-1	DAS-1

*** X X X ***

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 194/98

Acrescenta parágrafo único ao artigo 6º da Lei nº 9.483, de 19 de janeiro de 1994 e adota outras providências.

A Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina Decreta:

Art. 1º O artigo 6º da Lei nº 9.483, de 19 de janeiro de 1994, fica acrescido do seguinte parágrafo único:

"Art. 6º

Parágrafo único. O disposto no "caput" deste artigo aplica-se aos servidores ocupantes do cargo da categoria funcional de Técnico em Controle Ambiental, graduados em Engenharia, Arquitetura e Agronomia, no efetivo exercício da profissão e com registro nos respectivos conselhos.

Art. 2º A aplicação do disposto no art. 1º da Lei nº 6.414, de 17 de setembro de 1994, com as alterações da Lei nº 6.521, de 08 de

junho de 1985, fica estendida aos ocupantes dos cargos de Nível Superior e Nível Médio das ocupações qualificadas como de responsabilidade técnica, com registro em órgãos de classe para o desempenho de atividade profissional, no Departamento de Estradas de Rodagem - DER, mantidas as demais disposições da Lei nº 8.065, de 13 de setembro de 1990."

Art. 3º As despesas decorrentes da aplicação desta Lei correrão à conta das dotações próprias do orçamento do Estado.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

SALA DAS SESSÕES, em 24 de junho de 1998.

Deputado Julio Teixeira - Vice-Presidente da CCJRL

Deputado João Henrique Blasi - Membro

Deputado Miguel Ximenes - Membro

*** X X X ***